



## O SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



**SETEMBRO DE 2005**

# INDÍCE

I	INTRODUÇÃO.....	4
II	MACARONÉSIA.....	7
II.1	Território e Demografia.....	8
II.2	Enquadramento Sócio-Económico.....	9
II.3	O Sector da Construção.....	13
III	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR NOS AÇORES.....	14
III.1	Enquadramento Macroeconómico.....	15
III.2	Empresas.....	18
III.3	Mão-de-obra Empregue.....	22
III.4	Estrutura Empresarial.....	32
III.5	Volume de Negócios/Vendas.....	34
III.6	Tipologia de Negócios.....	40
III.7	Inputs.....	44
IV	ANÁLISE DA PROCURA.....	48
IV.1	Licenciamento de Edifícios.....	49
IV.2	Parque Edificado da Região.....	55
IV.3	Particular.....	61
IV.4	Actividades Económicas.....	70
IV.5	Pública.....	73

## INDÍCE

<b>V</b>	<b>CONTEXTO DO SECTOR.....</b>	<b>82</b>
<b>V.1</b>	<b>Inquérito às Empresas.....</b>	<b>84</b>
<b>V.2</b>	<b>Recursos Humanos.....</b>	<b>88</b>
<b>V.3</b>	<b>Pontos Fortes e Pontos Fracos.....</b>	<b>92</b>
<b>V.4</b>	<b>Ameaças e Oportunidades.....</b>	<b>97</b>
<b>V.5</b>	<b>Cenários Evolutivos.....</b>	<b>104</b>
<b>V.6</b>	<b>Plano de Acções a Implementar.....</b>	<b>111</b>
<b>V.7</b>	<b>Síntese dos Objectivos Estratégicos.....</b>	<b>120</b>

# I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, integrado no projecto GlocalNet (ClocalNetworks - Parcerias Público-Privadas PME's, Clusters Interregionais) no âmbito do PIC Interreg IIIB MAC Açores-Madeira-Canárias, tem como principal objectivo caracterizar o Sector de Construção Civil e Obras Públicas da Região Autónoma dos Açores (RAA), actualizando e revendo um outro trabalho executado em 1999/2000.

O projecto GlocalNet tem como objectivo fundamental a criação e desenvolvimento de uma Rede de Negócios e Competências das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, que fomente e fortaleça os Clusters Interregionais, de forma, a reforçar a sua competitividade e a das Regiões. Os parceiros do projecto são o CEM – Conselho Empresarial da Madeira, a AICOPA – Associação de Industriais de Construção Civil e Obras Públicas e a CEOE - Confederación Provincial de Empresarios de Tenerife.

Neste trabalho e após um breve enquadramento da RAA e do seu sector da Construção no espaço Macaronésia, passaremos à descrição das principais características do mercado neste sector.

Numa primeira parte, analisaremos as características fundamentais do lado da oferta, designadamente, o número de empresas, a mão-de-obra empregue pelo sector, a estrutura empresarial, o volume e tipologia de negócios e o mercado de inputs.

Após isto, serão descritos os principais indicadores da procura e a sua evolução nos últimos anos. Examinaremos, desta forma, as diferentes procuras dirigidas ao sector de construção, de modo a descortinar o padrão de evolução do mercado.

Esperamos com isto, definir os principais elementos caracterizadores do sector na RAA, o seu comportamento nos últimos anos e as principais perspectivas para o futuro. Neste sentido, identificaremos os principais Pontos Fortes e Pontos Fracos das empresas que integram o sector da construção nos Açores, e apontaremos as principais Ameaças e Oportunidades de negócio com que se depararão estas mesmas empresas, a médio prazo.

Ao longo do trabalho serão utilizadas diferentes fontes estatísticas, das quais destacam-se o INE – Instituto Nacional de Estatística, o SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores e o Observatório do Emprego e Formação Profissional. O critério subjacente à aplicação destas fontes foi o da desagregação disponibilizada pelas mesmas e o objectivo a atingir com a análise.

Sempre que pertinente, apresentaremos os resultados do inquérito efectuado pela equipa de trabalho junto dos empresários, designadamente, na análise da tipologia de negócios, na análise do mercado de inputs e, sobretudo, na análise e compilação das principais expectativas e perspectivas dos empresários operantes no sector.

# I.1 INTRODUÇÃO



O desenvolvimento de um trabalho desta natureza implica uma diversidade de contactos com inúmeras entidades, de forma a que se possa obter a informação mais actualizada e, especialmente, um quadro abrangente das perspectivas dos principais “players” do mercado (tanto do lado da Oferta, como do lado da Procura). Neste aspecto, devemos agradecer o imprescindível apoio prestado pelas empresas (que participaram no inquérito e nas entrevistas realizadas) e pelas instituições públicas (Secretarias Regionais e Câmaras Municipais) que nos receberam.

Cabe-nos, igualmente, agradecer todo o apoio dos parceiros Interreg do Glocalnetworks e ,de modo muito especial, o da Direcção e quadros da AICOPA.

## **II. MACARONÉSIA**

**II.1 Território e Demografia**

**II.2 Enquadramento Sócio-Económico**

**II.3 O Sector da Construção**

### AÇORES



### MADEIRA



### CANÁRIAS



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística  
ISTAC – Instituto Canário de Estadística

A Macaronésia é uma Região que engloba os arquipélagos atlânticos dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde. Três destes arquipélagos são consideradas Regiões Ultra-periféricas da União Europeia, sendo sobre estas que incidirá o presente capítulo.

Apresentamos um conjunto de quadros, onde, por necessidade de incluir indicadores comparativos, recorremos a dados nem sempre os mais actuais existentes em algumas das Regiões observadas.

A Comunidade Autónoma de Canárias, com 7.446,95 Km<sup>2</sup> é a maior das Regiões da Macaronésia. Os Açores com 2.322 Km<sup>2</sup>, e a Madeira com 828 Km<sup>2</sup>, surgem muito atrás das Canárias.

### Indicadores Demográficos e de Território

2001	AÇORES	MADEIRA	CANÁRIAS
<b>Área Total (Km<sup>2</sup>)</b>	2322,00	828,00	7446,95
<b>População Residente</b>	241 763	245 011	1 694 477
<b>Densidade Populacional</b>	103,8	291,4	239,2

A Região Canárias, sendo a maior em termos de área, é, igualmente, a que possui uma maior população residente, no caso, 1.694.477 pessoas. Esta relação positiva (Área / População) não se aplica, todavia, à comparação Açores e Madeira, com a Região Autónoma da Madeira a apresentar, apesar de bastante menor em termos de dimensão geográfica, uma população um pouco superior à da Região Autónoma dos Açores, o que é indicativo da forte dispersão geográfica e demográfica desta última Região.

Desta forma, a Madeira, embora seja a mais pequena das três Regiões, é a que apresenta uma maior (291,4 Habitantes por Km<sup>2</sup>) densidade populacional, sendo seguida pelas Canárias com 239,2 Hab/ Km<sup>2</sup> e pelos Açores com 103,8 Hab/Km<sup>2</sup>.



### Indicadores Macroeconómicos (em milhões de euros)

Região Indicadores	AÇORES			MADEIRA			CANÁRIAS		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002
<b>PIB<sup>1)</sup></b>	2 096	2 244	2 427	3 064	3 214	3 483	24 541	26 652	28 964
<b>RDL<sup>2)</sup></b>	1 399	1 497	1 576	1 763	1 922	2 058	14 495	15 478	16 876
<b>VAB<sup>3)</sup></b>	1 802	1 938	2 089	2 635	2 776	2 997	22 102	24 085	26 071

Fontes: Eurostat

Notas:

1) PIB – Produto Interno Bruto a Preços de mercado – representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes, num determinado período de tempo (ano).

2) RDL – Rendimento Disponível Líquido das Famílias, após os impostos e contribuições para Segurança Social.

3) VAB – Valor Acrescentado Bruto a Preços de Base – Valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo, a preços de base (preços constantes baseados num determinado período de tempo).

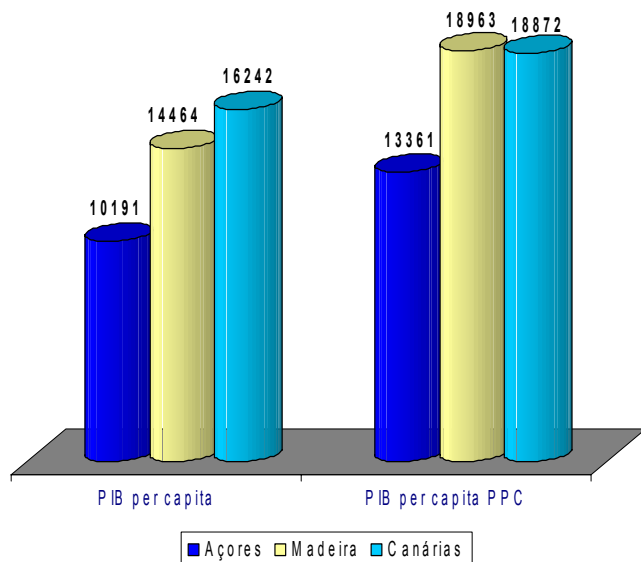
A análise dos principais indicadores macroeconómicos permite-nos, novamente, observar a grande dicotomia entre as Regiões portuguesas e a Região de Canárias. Esta dicotomia, resultante, essencialmente, das diferentes dimensões geográficas e demográficas, traduz-se nos grandes intervalos entre os valores do PIB, VAB e RDL (diferenças na ordem dos 20 milhões de euros).

A comparação entre as Regiões Portuguesas, mostra-nos que, em todos os indicadores abordados, a Madeira encontra-se acima dos Açores. Analisando, por exemplo, o PIB a preços de mercado de ambas as Regiões, podemos observar que o valor relativo aos Açores, em 2002, correspondia apenas a cerca de 70% do PIB da Madeira, verificando-se o mesmo se analisarmos o RDL das famílias (77%) e o VAB (70% em 2002).

Tomando por base o PIB per capita (PIBpc) mantém-se a ordenação estabelecida na análise anterior, nomeadamente, a Região Canárias em primeiro lugar, sendo seguida pela Madeira e por fim pelos Açores.

Nota-se, todavia, que ao usarmos este indicador, diminuiu a diferença entre a Madeira e as Canárias, dado que, neste caso, o valor correspondente à Madeira equivale a cerca de 89% do valor das Canárias. Os Açores continuam a apresentar os piores níveis de desenvolvimento, sendo o seu PIB per capita, representativo de cerca de 70% do da Madeira e cerca de 63% do das Canárias.

### Produto Interno Bruto *per capita* e Produto Interno Bruto *per Capita* em PPC (Paridade de Poder de Compra), em 2002 (valores em euros)



Fontes: Eurostat

Notas: PIB per capita – Produto Interno Bruto a preços de mercado, dividido pela população total.

PPC – Paridade de Poder de Compra – taxa de conversão de moedas que converte a moeda local numa moeda padrão, eliminando as diferenças existentes nos níveis de preços entre os países ou Regiões. Por outras palavras equivale ao custo de um cabaz de produtos e serviços “comum” ao conjunto de países em apreço.

Se associarmos o poder de compra ao PIB per capita (PIB per capita em PPC – Paridade de Poder de Compra) conseguimos um melhor indicador do nível de riqueza das Regiões. Neste caso, a Madeira ocupa o mais alto nível, apresentando um valor ligeiramente superior ao das Canárias. Os Açores continuam a apresentar o nível mais baixo de desenvolvimento, sendo o seu PIBpc em PPC cerca de 70% dos das restantes Regiões.

Esta diferença, entre os Açores e as restantes Regiões, especialmente a Madeira, e tendo em conta as boas taxas de crescimento registadas nos últimos anos, poderá indicar um maior potencial de crescimento dos Açores, com influência positiva no sector de Construção.

### População Empregada, por Ramo de Actividade Económica

2002	Açores	Madeira	Canárias
<b>Sector Primário</b>	13,3%	12,2%	4,7%
<b>Sector Secundário</b>	28,3%	27,1%	21,6%
<b>Sector Terciário</b>	58,4%	60,8%	73,7%

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito ao Emprego  
ISTAC – Instituto Canário de Estadística

O Sector Terciário (serviços) emprega a maioria da população activa nas três Regiões. Apesar disto, existem diferenças entre os valores, com as Canárias a apresentar uma percentagem superior (73,7%), em comparação com a Madeira (60,8%) e com os Açores (58,4%).

O Sector Secundário emprega em média 25% da população nas Regiões da Macaronésia. Não existem fortes diferenças entre as três Regiões com os valores a variarem entre os 21,6% das Canárias e os 28,3% nos Açores.

Por fim, o Sector Primário é o que emprega a menor percentagem de trabalhadores, detendo maior relevância nas Regiões Portuguesas (13,3% nos Açores e 12,2% na Madeira) do que nas Canárias (4,7%).

### Taxa de Actividade e Taxa de Desemprego

2002	AÇORES	MADEIRA	CANÁRIAS
<b>Taxa de Actividade (População Activa)</b>	55,1%	58,7%	57,3%
<b>Taxa de Desemprego</b>	2,6%	2,5%	11,3%

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito ao Emprego  
ISTAC – Instituto Canário de Estadística

Do quadro ao lado, destaca-se essencialmente, a grande diferença existente entre as Taxas de Desemprego, designadamente, comparando as Regiões Portuguesas com as Canárias. Desta feita, podemos verificar que, enquanto a taxa de Canárias é de 11,3%, as taxas relativas às Regiões Autónomas Portuguesas são substancialmente inferiores (2,5% na Madeira e 2,6% nos Açores).

### Estatísticas do Turismo

2003	Açores	Madeira	Canárias
<b>Estabelecimentos Hoteleiros</b>	69	183	527
<b>Capacidade de Alojamento</b>	6 183	26 776	147 246

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Turismo  
ISTAC – Instituto Canário de Estadística

Nota: Os estabelecimentos hoteleiros referem-se a Hotelaria tradicional (Hotéis, Aparthotéis, Pensões, etc.)

O Arquipélago das Canárias apresenta valores turísticos muito acima das outras Regiões, existindo, neste arquipélago, em 2003, 527 estabelecimentos de hotelaria tradicional, que representavam uma capacidade de alojamento de 147.246 camas. A Madeira com 183 estabelecimento e com uma capacidade de alojamento de 26.776 camas surge em segundo lugar.

### Estatísticas do Turismo, nos Açores (1999-2003)

Açores	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Estabelecimentos Hoteleiros</b>	51	52	59	63	69
<b>Capacidade de Alojamento</b>	3 608	3 864	4 645	5 474	6 183
<b>Dormidas</b>	524 129	579 061	718 095	776 613	804 028

Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, Estatísticas do Turismo

Os Açores apresentam valores (69 estabelecimentos com 6.183 camas) muito abaixo das restantes Regiões. Dado que, os Açores apresentam um potencial turístico semelhante e tendo em conta a evolução verificada nos últimos anos (em todos os indicadores descritos no quadro acima), será de esperar um aumento, nos próximos anos, destes indicadores.

### Parque Edificado

2001	Açores	Madeira	Canárias
<b>Edifícios</b>	87 585	74 799	388 078
<b>Fogos de Habitação</b>	92 617	94 271	827 787
<b>Fogos/Edifício</b>	1,1	1,3	2,1
<b>População Residente</b>	241 763	245 011	1 694 477
<b>População/Fogos</b>	2,6	2,6	2,0

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001  
ISTAC – Instituto Canário de Estadística

Da análise dos rácios apresentados ao lado, destaca-se a dicotomia existente entre as Regiões Portuguesas e as Canárias, o que poderá evidenciar uma diferente estrutura do parque edificado, nomeadamente, como podemos ver no rácio fogos/edifícios, na maior importância nas Canárias (rácio de 2,1) da chamada “construção em altura”.

Do mesmo modo, nota-se a existência de um possivelmente maior défice habitacional nas Regiões Portuguesas, como se descortina da diferença existente (2,6 nas Regiões Portuguesas em oposição aos 2,0 nas Canárias).

### Síntese das Principais Variáveis Sectoriais

2002	Açores	Madeira	Canárias
VAB do Sector (milhões de euros)	174	323	<b>3 285</b>
Peso Relativo do VAB Sectorial	8,3%	10,8%	<b>12,6%</b>
Emprego no Sector	18 146	19 300	<b>109 200</b>
Peso Relativo do Emprego Sectorial	<b>18,0%</b>	17,2%	14,8%
Produtividade Média	9.588,89 €	16.735,75 €	<b>30.082,42 €</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística  
ISTAC – Instituto Canário de Estadística

Neste capítulo, examinaremos, de forma breve, as principais características e evolução do sector de Construção nas três Regiões em análise.

Como seria de esperar, as Canárias apresentam valores brutos (VAB e Emprego do sector) muito superiores aos apresentados pelas Regiões Portuguesas.

A confrontação dos valores brutos entre as duas Regiões Portuguesas, mostra-nos que o sector de Construção madeirense tem maior relevo, tanto no total do VAB (323 milhões contra 174 milhões), como no Emprego (19.300 contra 18.146).

O exame dos rácios sectoriais mostram-nos que o sector apresenta nas Canárias um peso superior (12,6%) no VAB total da Região, em comparação com a Madeira (10,8%) e os Açores (8,3%). O peso do sector no Emprego total segue uma distribuição inversa, com os Açores a apresentar um peso (18%) superior ao da Madeira (17,2%) e ao das Canárias (14,8%).

O acima referido, traduz-se na superior taxa de produtividade média (30.082,42 €) dos trabalhadores das Canárias. Como comparação podemos constatar que a produtividade dos trabalhadores madeirenses corresponde a cerca de 56% da taxa representativa das Canárias, e que a dos Açores apenas representa cerca de 32% da mesma.

### Total de Licenças Concedidas para Construção de Edifícios

	1999	2000	2001	2002	2003	MÉDIA
<b>Açores</b>	1 968	1 881	2 221	2 515	1 820	<b>2 081</b>
TCA	-	-4,4%	18,1%	13,2%	-27,6%	<b>-0,2%</b>
<b>Madeira</b>	1 547	1 604	1 662	1 413	1 415	<b>1 528</b>
TCA	-	3,7%	3,6%	-15,0%	0,1%	<b>-1,9%</b>
<b>Canárias</b>	4 966	4 822	4 503	4 787	4 751	<b>4 766</b>
TCA	-	-2,9%	-6,6%	6,3%	-0,8%	<b>-1,0%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística  
ISTAC – Instituto Canário de Estadística  
Notas: TCA – Taxa de crescimento anual

Os Açores apresentam, apesar da quebra registada em 2003, a melhor média de crescimento de Licenças Concedidas para Construção de Edifícios. Esta média é indicativa do maior dinamismo do mercado açoriano, causado pelas necessidades já exemplificadas (maior mercado potencial).

# **III. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR NOS AÇORES**

**III.1 Enquadramento Macroeconómico**

**III.2 Empresas**

**III.3 Mão-de-obra Empregue**

**III.4 Estrutura Empresarial**

**III.5 Volume de Negócios/Vendas**

**III.6 Tipologia de Negócios**

**III.7 Inputs**

## VAB a preços de base, nos Açores, segundo Classificação CAE (1998-2002)

Classificação CAE	1998	1999	2000	2001	2002
<b>A</b> - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	131	154	154	139	176
<b>B</b> - Pesca	33	36	39	36	40
<b>C</b> - Indústrias Extractivas	7	7	7	8	8
<b>D</b> - Indústrias Transformadoras	126	130	136	135	139
<b>E</b> - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	33	34	46	52	54
<b>F</b> - Construção	134	135	134	161	174
<b>G</b> - Comércio	173	190	207	220	237
<b>H</b> - Alojamento e Restauração	26	27	29	32	36
<b>I</b> - Transportes	178	199	201	222	218
<b>J</b> - Actividades Financeiras	61	71	79	88	80
<b>K</b> - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços às Empresas	143	150	167	180	203
<b>L</b> - Administração, Defesa e Segurança Social	264	292	344	366	378
<b>M</b> - Educação	101	111	139	160	184
<b>N</b> - Saúde e Acção Social	111	123	140	156	170
<b>O</b> - Outras Actividades e Serviços	41	60	58	66	71
<b>P</b> - Famílias com Empregados Domésticos	15	16	16	18	21
<b>Sub Total</b>	1 577	1 735	1 896	2 039	2 189
<b>- SIFIM</b>	78	83	92	102	100
<b>TOTAL</b>	1 499	1 652	1 804	1 937	2 089

### Peso do Sector no Total do VAB

Anos	Portugal	Açores
1998	7,8%	8,9%
1999	7,8%	8,2%
2000	8,1%	7,4%
2001	8,2%	8,3%
2002	8,0%	8,3%

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Contas Regionais – Nuts 2002  
Unidade: milhões de euros

A análise do VAB (Valor Acrescentado Bruto - Valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo), principal indicador do nível de produção da economia, mostra-nos que, nos Açores, o sector de construção era responsável, em 2002 (últimos dados disponíveis), por 8,3% do total. Em termos percentuais, entre 1998 e 2002, não existiram grandes variações, destacando-se ligeiramente, pela negativa, o valor de 2000 (7,4%).

Não existe uma relevante dicotomia entre o panorama açoriano e o nacional, com os valores percentuais dos Açores a serem apenas ligeiramente superiores, em praticamente todos os anos analisados, à excepção do referido ano de 2000.

# III.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO (CONTAS REGIONAIS)



## Emprego Total, nos Açores, segundo Classificação CAE (1998-2002)

Classificação CAE	1998	1999	2000	2001	2002
<b>A</b> - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	23,6	25,7	24,3	24,3	24,5
<b>B</b> - Pesca	3,2	3,0	3,3	3,4	3,4
<b>C</b> - Indústrias Extractivas	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4
<b>D</b> - Indústrias Transformadoras	9,5	9,7	9,7	10,1	10,2
<b>E</b> - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	1,2	1,6	1,7	1,5	1,6
<b>F</b> - Construção	9,9	10,1	10,7	11,4	11,2
<b>G</b> - Comércio	12,5	13,3	14,0	14,0	14,7
<b>H</b> - Alojamento e Restauração	2,7	2,9	2,9	3,0	3,2
<b>I</b> - Transportes	3,6	3,8	4,2	4,3	4,4
<b>J</b> - Actividades Financeiras	1,8	1,9	1,9	1,8	1,7
<b>K</b> - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços às Empresas	3,3	3,6	3,5	3,5	3,7
<b>L</b> - Administração, Defesa e Segurança Social	13,4	13,8	14,8	13,1	13,6
<b>M</b> - Educação	4,9	5,2	6,0	7,6	7,6
<b>N</b> - Saúde e Acção Social	6,0	6,2	6,4	6,9	7,2
<b>O</b> - Outras Actividades e Serviços	3,8	4,5	4,7	4,8	5,0
<b>P</b> - Famílias com Empregados Domésticos	3,7	3,7	3,6	3,7	4,1
<b>TOTAL</b>	103,4	109,3	112,1	113,8	116,5

### Peso do Sector no Total de Emprego

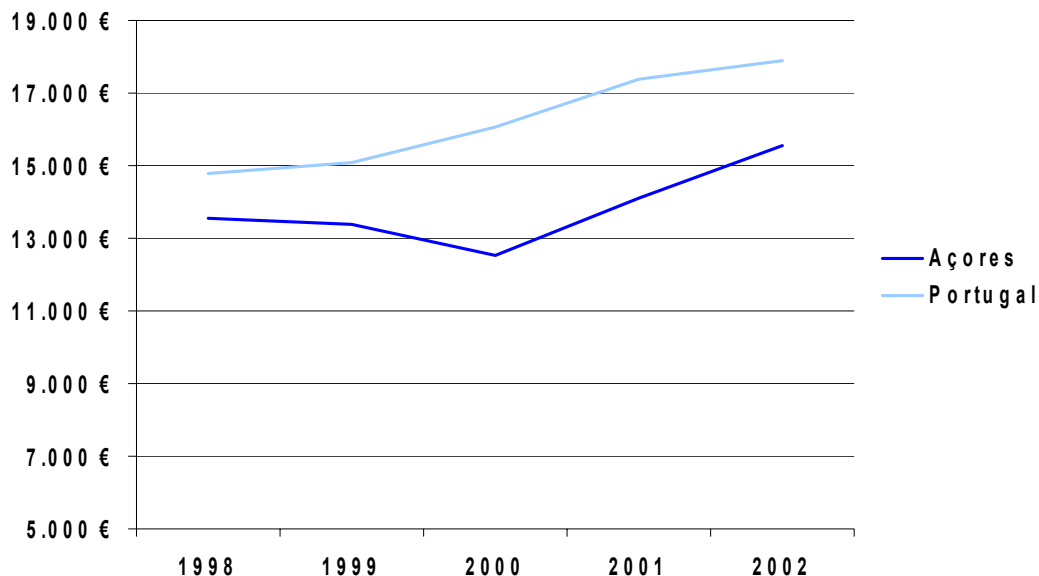
Anos	Portugal	Açores
1998	9,7%	9,6%
1999	10,0%	9,2%
2000	10,3%	9,5%
2001	10,0%	10,0%
2002	9,8%	9,6%

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Contas Regionais – Nuts 2002  
 Unidade: milhares de pessoas

De acordo com as Contas Regionais, o sector de Construção empregava em 2002, 11.200 pessoas, o que representa 9,6% do total da população activa açoriana. Novamente, os valores percentuais são similares à média nacional. Entre 1998 e 2002, os valores têm-se mantido estáveis, variando entre os 9,2% em 1999 e os 10,0% em 2001.



## Produtividade Média dos Trabalhadores no Sector de Construção (VAB/Empregados)



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Contas Regionais – Nuts 2002

A produtividade média nos Açores é inferior à média nacional. Este resultado aplica-se aos cinco anos em análise, sendo que, em 2002, a produtividade açoriana era cerca de 16.000€, em oposição à média nacional de cerca de 18.000€.

Pode-se constatar igualmente, a tendência notoriamente crescente da produtividade do trabalho, tanto no contexto açoriano, como no contexto geral nacional.

## Número de Empresas de Construção (1998 a 2003)

	1998	1999	TCA	2000	TCA	2001	TCA	2002	TCA	2003	TCA	TCMA	1998-2003
<b>CONTINENTE</b>	66.477	75 801	14,0%	76.254	0,6%	70.312	-7,8%	89.736	27,6%	105.075	17,1%	10,3%	58,1%
<b>MADEIRA</b>	855	657	-23,2%	827	25,9%	1.089	31,7%	1.596	46,6%	1.912	19,8%	20,2%	123,6%
<b>AÇORES</b>	1.190	1.514	27,2%	1.301	-14,1%	1.489	14,5%	1.595	7,1%	1.922	20,5%	11,0%	61,5%

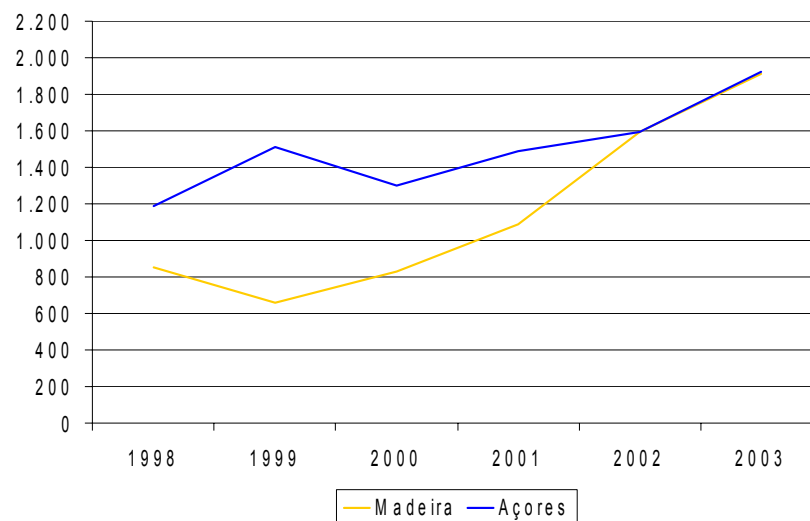
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Inquérito às Empresas

De acordo com os últimos dados disponíveis (2003) existem nos Açores, 1.922 empresas integradas no sector da Construção (valor superior em 61,5% ao registado em 1998). À excepção do ano de 2000, assistiu-se a aumentos anuais no número de empresas na Região, como podemos constatar, analisando as TCA's (Taxas de Crescimento Anual), o que se traduz numa TCMA (Taxa de Crescimento Média Anual) de 11%.

Este cenário de crescimento é semelhante ao registado nas restantes Regiões presentes no quadro acima, destacando-se a Região Autónoma da Madeira que apresenta um TCMA de 20,2% e um valor de 2003 superior em 123,65% ao de 1998.

O gráfico adjacente demonstra, em comparação com os Açores, o forte crescimento do número de empresas na Região Autónoma da Madeira. Deste modo, depois de representar, em 1998, cerca de 72% do total de empresas açorianas, o número de empresas madeirenses em 2003, é praticamente igual ao dos Açores.

## Evolução do Número de Empresas nos Açores e na Madeira (1998 a 2003)



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Inquérito às Empresas

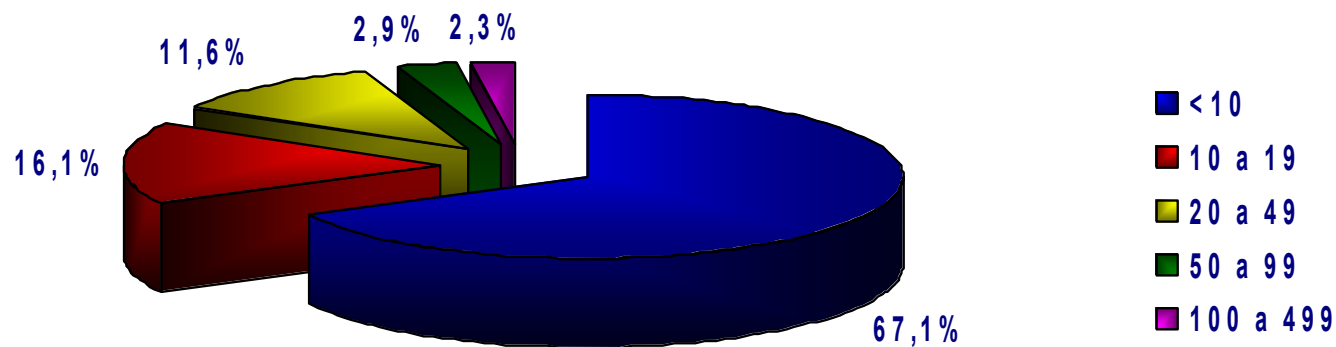
## Número de Empresas e Estabelecimentos na RAA, segundo número de trabalhadores (2003)

Ilha	Empresas / Estabelecimentos	Total	< 10	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499
Santa Maria	Empresas	7	4	2	1	-	-	-
	Estabelecimentos	8	5	2	1	-	-	-
São Miguel	Empresas	193	110	33	30	12	5	3
	Estabelecimentos	232	146	38	33	10	4	1
Terceira	Empresas	123	89	19	12	1	2	-
	Estabelecimentos	153	105	26	18	2	1	1
Graciosa	Empresas	6	5	-	1	-	-	-
	Estabelecimentos	12	8	1	2	1	-	-
São Jorge	Empresas	29	22	4	3	-	-	-
	Estabelecimentos	34	25	4	3	2	-	-
Pico	Empresas	56	41	9	5	1	-	-
	Estabelecimentos	66	45	12	7	1	1	-
Faial	Empresas	59	45	10	4	-	-	-
	Estabelecimentos	77	59	10	4	3	1	-
Flores	Empresas	11	9	1	-	-	1	-
	Estabelecimentos	11	9	1	-	1	-	-
Corvo	Empresas	0	-	-	-	-	-	-
	Estabelecimentos	2	1	1	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>Empresas</b>	<b>484</b>	<b>325</b>	<b>78</b>	<b>56</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>3</b>
	<b>Estabelecimentos</b>	<b>595</b>	<b>403</b>	<b>95</b>	<b>68</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

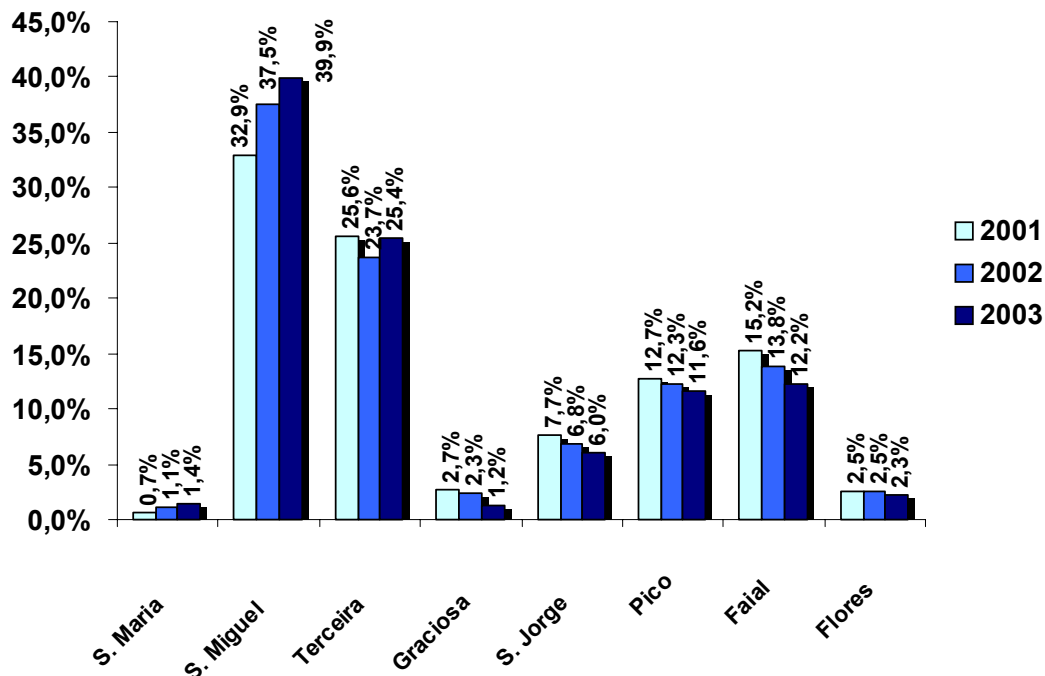
O quadro acima, baseado nas informações dos Quadros de Pessoal (informação das empresas tratada pelo Observatório de Emprego e Formação Profissional da RAA), faz a repartição entre empresas (sede na RAA) e estabelecimentos, apresentando as mesmas, por categoria de número de trabalhadores. Segundo o quadro, existiam, em 2003, 484 empresas e 595 estabelecimento do sector de Construção nos Açores, destacando-se, sobremaneira, como esquematizado no gráfico seguinte, as empresas que empregam menos de 10 trabalhadores.

### Empresas de Construção na RAA, segundo número de trabalhadores, em 2003



Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

## Repartição de Empresas de Construção por ilha



Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

Desagregando por ilha, São Miguel surge, durante todo o espaço temporal considerado, como a ilha onde estão sedeadas a maior parte das empresas de Construção Civil dos Açores, sendo igualmente, a par com Santa Maria, a única onde se nota uma tendência crescente do peso da ilha, no total dos Açores.

## Número de Trabalhadores no Sector de Construção

	1998	1999	98-99	2000	99-00	2001	00-01	2002	01-02	2003	02-03	2004	03-04	2005*	04-05*	Média	98-05*	TCMA
<b>Total</b>	93 374	95 464	2,2%	96 171	0,7%	98 360	2,3%	100 974	2,7%	102 066	1,1%	104 891	2,8%	104 271	-0,6%	<b>99 446</b>	<b>11,7%</b>	<b>1,6%</b>
<b>Construção</b>	11 128	13 435	20,7%	13 963	3,9%	16 744	19,9%	18 146	8,4%	17 661	-2,7%	16 702	-5,4%	16 235	-2,8%	<b>15 502</b>	<b>45,9%</b>	<b>6,0%</b>
<b>% Total</b>	11,9%	14,1%	2,2%	14,5%	0,4%	17,0%	2,5%	18,0%	0,9%	17,3%	-0,7%	15,9%	-8,0%	15,6%	-2,2%	<b>15,5%</b>	<b>3,7%</b>	<b>-0,7%</b>

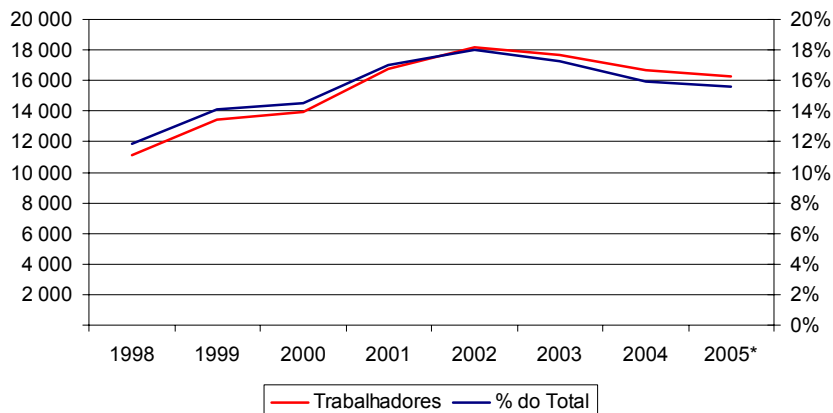
Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, Inquérito ao Emprego

Notas: \*- Segundo Trimestre

Segundo o Inquérito ao Emprego do INE (questionários recolhidos junto dos alojamentos familiares), estavam empregados no sector de Construção, no segundo trimestre de 2005, 16.235 pessoas, número inferior em 2,2% ao de 2004, mas superior em 45,9% ao registado em 1998.

Segundo esta fonte, assistiu-se no sector de construção e entre 1998 e 2002, a aumentos sucessivos, tanto no número de trabalhadores como no peso destes no total da população empregada. A partir de 2003, ao contrário das variações registadas no total da população empregada, têm-se registado decréscimos no número total e no peso do emprego do sector da Construção o que, contudo, não impede que os últimos valores (2º Trimestre de 2005) se encontrem muito acima do que se registava em 1998 (em 45,9% no número de trabalhadores empregados no sector e em 3,7% no peso do sector no total da população empregada). Esta situação é, igualmente, exemplificada pelo sinal positivo da Taxa de Crescimento Média Anual apresentada no quadro (6% no sector da Construção, em oposição aos 1,6% do total da população empregada).

### Número de Trabalhadores no Sector de Construção (Número absoluto e Proporção do Total da População Empregada), entre 1998 e o 2º Trimestre de 2005



Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, Inquérito ao Emprego

Notas: \*- Segundo Trimestre

#### Número de Trabalhadores no Sector de Construção, por diversas Fontes

Anos	Q. Pessoal			I. Empresas			I. Emprego		
	Nº	TOTAL	%	Nº	TOTAL	%	Nº	TOTAL	%
<b>1998</b>	5342	38438	13,9%	5.629	42261	13,3%	11 128	93374	11,9%
<b>1999</b>	5309	40372	13,2%	5.991	40433	14,8%	13 435	95464	14,1%
<b>2000</b>	6343	43298	14,6%	5.602	42082	13,3%	13 963	96171	14,5%
<b>2001</b>	8432	47143	17,9%	8.303	45267	18,3%	16 744	98360	17,0%
<b>2002</b>	8402	48342	17,4%	7.147	43348	16,5%	18 146	100974	18,0%
<b>2003</b>	7998	48671	16,4%	8.928	46691	19,1%	17 661	102066	17,3%

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito ao Emprego  
 INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito às Empresas  
 Observatório do Emprego e Formação Profissional, Quadros de Pessoal

Ao analisarmos, por diferentes fontes estatísticas, o número de trabalhadores do sector, deparamo-nos com a existência de diferenças substanciais.

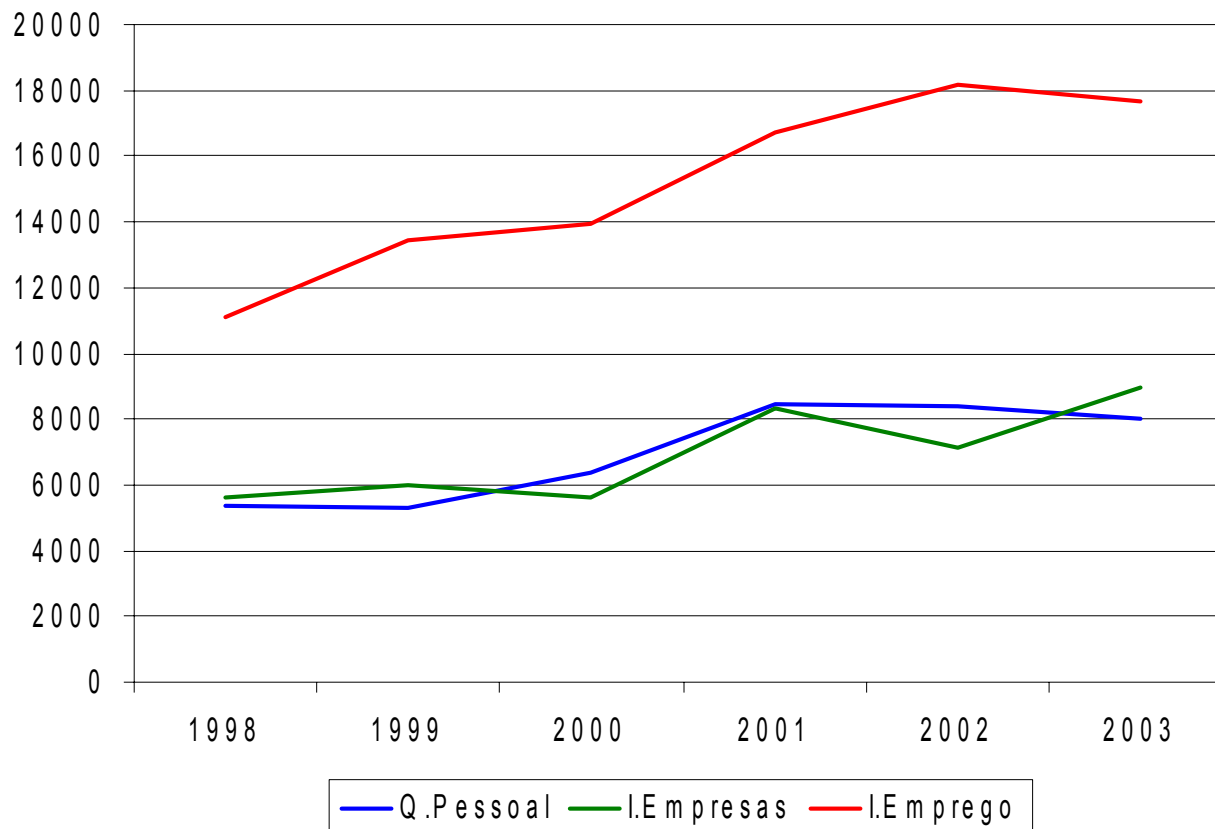
O Inquérito ao Emprego do INE, dirigido directamente, por amostra, aos alojamentos familiares, é a fonte que apresenta maiores valores. Por outro lado, o Inquérito às Empresas do INE e os Quadros de Pessoal (dirigido, igualmente, às empresas, se tiverem trabalhadores ao seu serviço) apresentam valores muito inferiores.

Deste modo, segundo o Inquérito ao Emprego estavam empregados no sector, em 2003, 17.661 trabalhadores, enquanto no Inquérito às Empresas ou nos Quadros de Pessoal se apresentam, respectivamente, 8.928 e 7.998 trabalhadores. As diferenças constatarem-se ao examinarmos em cada uma das fontes a proporção do emprego no sector da Construção no total de trabalhadores da economia açoriana (por exemplo, em 2003, este valor era, segundo o Inquérito ao Emprego de 17,3% e de acordo com o Inquérito às Empresas de 19,1%).

Estas diferenças apontam, numa primeira análise, para a existência, no sector, de uma importante “Economia Informal”, isto é, para a existência de um grande número de trabalhadores fora do mercado formal, ou igualmente, para a existência de alguma precariedade nas relações contratuais entre algumas empresas e os seus trabalhadores.

Analisando o gráfico seguinte, podemos constatar que, entre 1998 e 2003, não parece haver uma evolução que inverta este panorama, dado que os dados recolhidos junto das famílias revelam um número de trabalhadores sempre muito cima dos dados recolhidos junto das empresas e ambos apresentam uma variação não convergente.

#### Número de Trabalhadores no Sector de Construção, por diversas Fontes



Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito ao Emprego  
INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito às Empresas  
Observatório do Emprego e Formação Profissional, Quadros de Pessoal



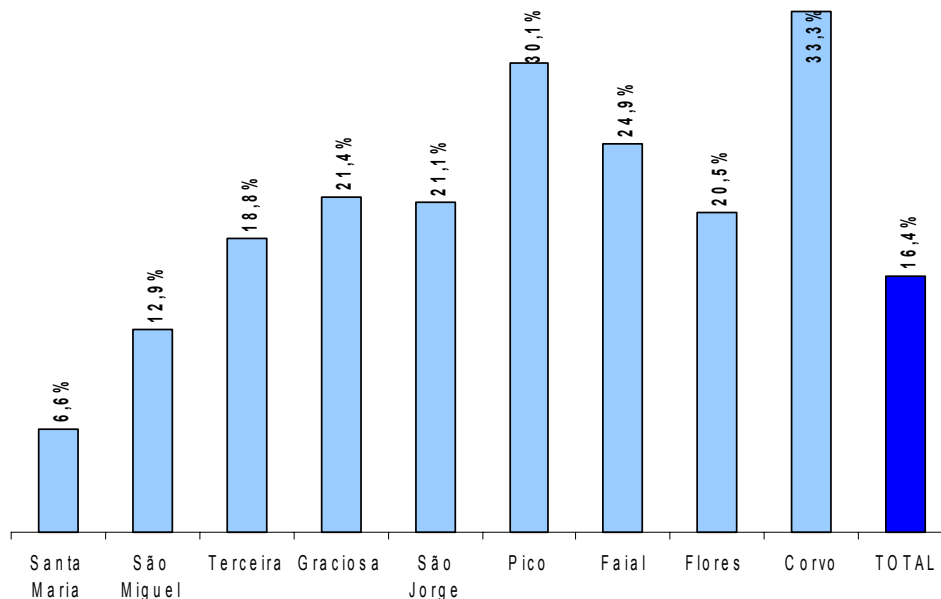
### III.3 MÃO-DE-OBRA EMPREGUE



A análise subsequente (Mão-de-Obra Empregue e Estrutura Empresarial) tomará como fonte, de acordo com o objectivo a atingir, os Quadros de Pessoal. Esta fonte, apesar de apresentar um valor total inferior, apresenta uma desagregação de dados que nos permitirá efectuar uma mais adequada caracterização do sector.

#### Número de Trabalhadores no Sector de Construção, Por ilha, em 2003

	Geral	Construção
Santa Maria	972	64
São Miguel	28 233	3 652
Terceira	10 195	1 915
Graciosa	676	145
São Jorge	1 865	394
Pico	2 589	779
Faial	3 300	821
Flores	611	125
Corvo	72	24
<b>TOTAL</b>	<b>48 761</b>	<b>7 998</b>



Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

Segundo os mais recentes dados dos Quadros de Pessoal, o sector de Construção empregava, oficialmente, 16,4% dos trabalhadores da RAA. Desagregando o peso do sector, por ilha, destacam-se as ilhas do Corvo (33,3% dos trabalhadores encontravam-se empregados no sector), do Pico (30,1%) e do Faial (24,9%). Por outro lado, as ilhas onde o sector tinha menor importância, como receptor de mão-de-obra, eram as do Grupo Oriental, com 6,6% em Santa Maria e 12,9% em São Miguel.

Os dados referentes à Ilha de São Miguel contrastam com a observação anterior relativa ao número de empresas. Desta forma, apesar de nesta ilha estarem sediadas grande parte das empresas de Construção (cerca de 40% em 2003), o sector assimila uma percentagem relativamente pequena da oferta de trabalho, o que poderá ser explicado pela maior diversidade económica da ilha e da oferta de trabalho.

## Número de Trabalhadores, Por grupo etário

Grupos Etários	2001		2002		2003	
	Geral	Construção	Geral	Construção	Geral	Construção
< 25	9 514	1 858	9 523	1 673	9 073	1 496
25 a 34	15 569	2 917	16 358	2 908	16 666	2 822
35 a 44	11 950	2 233	12 336	2 281	12 538	2 239
45 a 54	6 765	996	7 134	1 153	7 376	1 077
55 a 64	2 332	294	2 445	328	2 553	327
≥ 65	465	44	403	37	465	37
Ignorado	548	90	143	22	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>47 143</b>	<b>8 432</b>	<b>48 342</b>	<b>8 402</b>	<b>48 671</b>	<b>7 998</b>

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

A grande maioria dos trabalhadores do sector têm idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos (63,27%), destacando-se o escalão entre os 25 e os 34 anos com 35,28% do total. Este cenário não difere da análise geral da Região Açores, onde os trabalhadores entre os 25 e os 44 anos compõem 60% do total.

	Geral	Construção
< 25	18,64%	18,70%
25 a 34	34,24%	35,28%
35 a 44	25,76%	27,99%
45 a 54	15,15%	13,47%
55 a 64	5,25%	4,09%
≥ 65	0,96%	0,46%

## Número de Trabalhadores, por categoria profissional

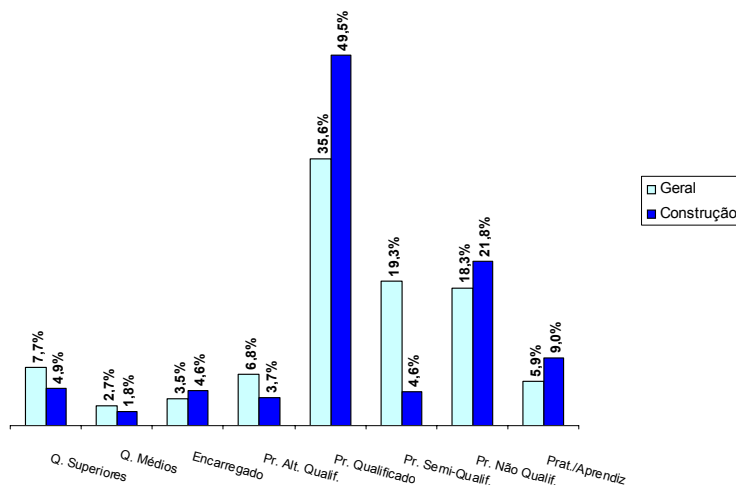
Qualificações	2001		2002		2003	
	Geral	Construção	Geral	Construção	Geral	Construção
Quadros Superiores	2 904	246	3 238	290	3 754	392
Quadros Médios	1 411	143	1 356	177	1 301	144
Encarregado	1 920	430	2 121	443	1 711	371
Prof. Altam. Qualificado	3 449	506	3 650	598	3 299	296
Prof. Qualificado	16 594	3 941	17 542	4 001	17 312	3 956
Prof. Semi-Qualif.	9 250	378	8 929	377	9 408	365
Prof. Não Qualificado	9 156	2 520	9 380	2 299	8 918	1 747
Praticante/Aprendiz	2 053	216	1 843	203	2 869	723
Ignorado	406	52	283	14	99	4
<b>TOTAL</b>	<b>47 143</b>	<b>8 432</b>	<b>48 342</b>	<b>8 402</b>	<b>48 671</b>	<b>7 998</b>

A Categoria de Profissional Qualificado é a mais comum, representando quase 50% do total de empregados no sector. Igualmente relevante é a categoria de Profissional não qualificado, que representa cerca de 22% do total.

No geral das categorias CAE, a categoria Profissional Qualificado (35,6%) é, de igual modo, a mais importante, sendo seguida, todavia, pela categoria Profissional Semi-Qualificado.

É notória a diferença existente entre o sector da Construção e a média geral, quando observamos o peso das vários níveis de qualificação. O sector de Construção apresenta maiores percentagens nas baixas qualificações e menores percentagens nas qualificações mais elevadas.

Estes resultados encontram-se esquematizados no gráfico ao lado.



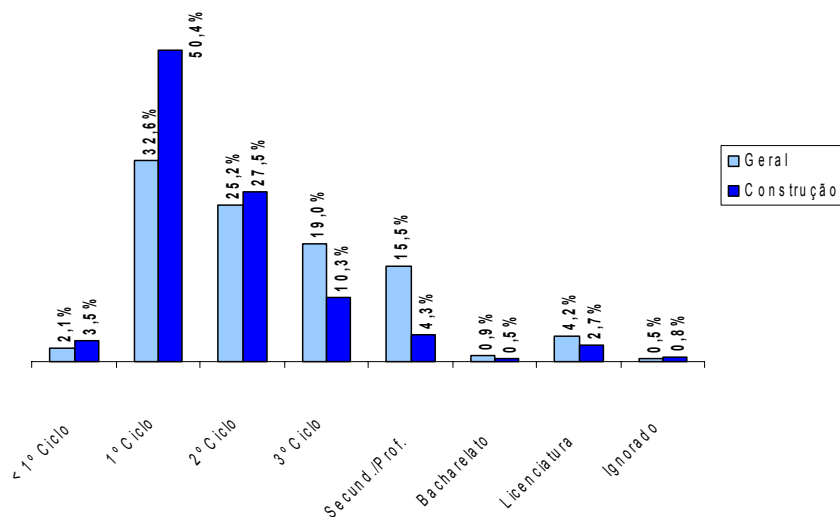
Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

## Número de Trabalhadores, por habilitações

Habilitações	2001		2002		2003	
	Geral	Construção	Geral	Construção	Geral	Construção
< 1º Ciclo Ensino Básico	1 083	220	937	198	1 036	277
1º Ciclo Ensino Básico	17 178	4 785	15 227	3 958	15 864	4 033
2º Ciclo	11 224	1 837	11 505	2 009	12 256	2 201
3º Ciclo	8 058	652	8 918	742	9 268	820
Ensino Secundário e Profissional	6 656	371	7 048	388	7 542	341
Bacharelato	414	42	461	55	456	42
Licenciatura	1 548	163	1 822	182	2 022	218
Ignorado	982	362	2 424	870	227	66
<b>TOTAL</b>	<b>47 143</b>	<b>8 432</b>	<b>48 342</b>	<b>8 402</b>	<b>48 671</b>	<b>7 998</b>

Os trabalhadores da construção possuem, em média, menores habilitações, encontrando-se acima da média geral, nos mais baixos níveis de escolarização e abaixo, nos mais altos.

Como podemos ver no gráfico seguinte, cerca de metade dos trabalhadores do sector de Construção Civil possuem apenas o 1º ciclo de escolaridade, em oposição aos 32,6% do agregado total.



Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

## Remunerações Médias Mensais Base (euros)

Qualificações	2001		2002		2003	
	Geral	Construção	Geral	Construção	Geral	Construção
<b>Quadros Superiores</b>	1.596,81 €	1.933,55 €	1.761,98 €	1.427,65 €	1.623,98 €	1.429,97 €
<b>Quadros Médios</b>	1.351,87 €	1.142,89 €	1.405,84 €	1.472,91 €	1.201,92 €	1.011,45 €
<b>Encarregado</b>	819,42 €	759,74 €	869,49 €	850,65 €	857,33 €	846,65 €
<b>Prof. Altam. Qualificado</b>	647,97 €	508,69 €	769,44 €	526,18 €	711,25 €	597,76 €
<b>Prof. Qualificado</b>	540,33 €	455,45 €	549,88 €	479,70 €	586,24 €	486,42 €
<b>Prof. Semi-Qualif.</b>	418,12 €	417,55 €	441,78 €	422,15 €	455,57 €	466,97 €
<b>Prof. Não Qualificado</b>	388,02 €	359,87 €	413,60 €	387,01 €	429,65 €	393,74 €
<b>Praticante/Aprendiz</b>	388,99 €	379,63 €	408,55 €	395,68 €	422,50 €	402,27 €
<b>MÉDIA</b>	<b>540,93 €</b>	<b>486,87 €</b>	<b>570,66 €</b>	<b>518,06 €</b>	<b>585,20 €</b>	<b>521,44 €</b>
<b>LEQUE SALARIAL<sup>a)</sup></b>	<b>24,4%</b>	<b>19,6%</b>	<b>23,2%</b>	<b>27,7%</b>	<b>26,0%</b>	<b>28,1%</b>

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

a) Rácio entre o salário mais baixo e o salário mais alto

A média de remunerações mensais base no Sector de Construção Civil era, em 2003, de 521,44€ o que equivale a cerca de 89,1% da média geral. Entre 2001 e 2003, em quase todas as categorias profissionais, as remunerações base mensais, são inferiores à média geral.

Notou-se uma forte melhoria do leque salarial (relação entre a remuneração do mais baixo escalão e a do mais alto) no sector da Construção, de tal forma que, em 2003, este era superior em cerca de 2% ao do Geral de sectores.

## Ganho Médio Mensal

Qualificações	2001		2002		2003	
	Geral	Construção	Geral	Construção	Geral	Construção
<b>Quadros Superiores</b>	1822,83	2399,32	2087,75	1726,36	1967,04	1679,04
<b>Quadros Médios</b>	1568,78	1345,36	1807,44	1740,00	1456,26	1284,65
<b>Encarregado</b>	1019,26	979,07	1075,86	1094,26	1190,90	1699,61
<b>Prof. Altam. Qualificado</b>	796,02	648,48	965,03	694,27	866,2	684,64
<b>Prof. Qualificado</b>	635,62	579,95	680,71	624,34	726,58	732,94
<b>Prof. Semi-Qualif.</b>	490,94	492,71	521,59	491,28	531,91	808,56
<b>Prof. Não Qualificado</b>	441,65	428,47	476,7	501,82	497,47	469,42
<b>Praticante/Aprendiz</b>	423,58	413,05	465,34	440,08	472,06	474,44
<b>MÉDIA</b>	<b>635,27</b>	<b>605,67</b>	<b>694,24</b>	<b>663,34</b>	<b>711,53</b>	<b>764,56</b>
<b>LEQUE SALARIAL<sup>a)</sup></b>	<b>23,2%</b>	<b>17,2%</b>	<b>22,3%</b>	<b>25,5%</b>	<b>24,0%</b>	<b>28,3%</b>

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

a) Rácio entre o salário mais baixo e o salário mais alto

A análise dos Ganhos Mensais médios (incluem os vencimentos complementares - diuturnidades, remunerações por horas extraordinárias e outras prestações regulares), mostra-nos um cenário diferente, com os valores do sector a representarem 95% da média total em 2001 e 2002, e a ultrapassar esta mesma média, em 2003.

Esta análise pode ser indicativa da importância, no sector de Construção, do trabalho efectuado em horas extraordinárias e da existência neste sector de regimes complementares de remuneração. Para melhor analisar este facto, convém calcular e comparar a diferença entre a Remuneração Base e o Ganho Total.

## Diferença entre Remuneração Médias Base e Ganho médio, por categoria CAE, em 2003

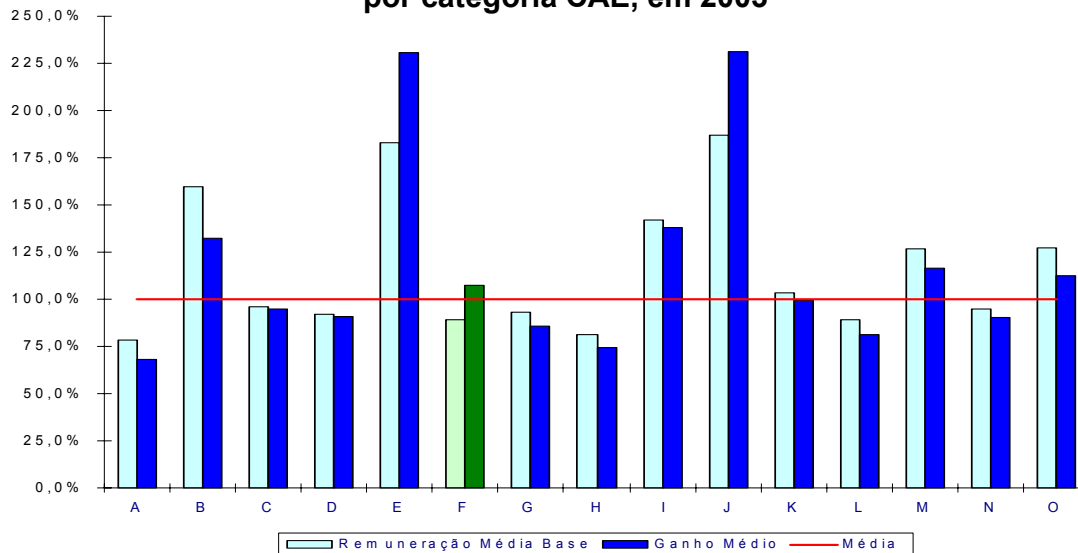
Categoria CAE	Remuneração Média Base	Ganho Médio	Diferença
<b>A</b> - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	458,10 €	486,05 €	<b>27,95 €</b>
<b>B</b> - Pesca	934,16 €	942,42 €	<b>8,26 €</b>
<b>C</b> - Indústrias Extractivas	561,43 €	673,32 €	<b>111,89 €</b>
<b>D</b> - Indústrias Transformadoras	539,87 €	647,92 €	<b>108,05 €</b>
<b>E</b> - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	1.070,86 €	1.640,47 €	<b>569,61 €</b>
<b>F</b> - Construção	521,44 €	764,56 €	<b>243,12 €</b>
<b>G</b> - Comércio	543,83 €	609,70 €	<b>65,87 €</b>
<b>H</b> - Alojamento e Restauração	475,44 €	530,14 €	<b>54,70 €</b>
<b>I</b> - Transportes	831,04 €	981,60 €	<b>150,56 €</b>
<b>J</b> - Actividades Financeiras	1.092,95 €	1.645,65 €	<b>552,70 €</b>
<b>K</b> - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços às Empresas	605,51 €	708,33 €	<b>102,82 €</b>
<b>L</b> - Administração, Defesa e Segurança Social	522,40 €	579,16 €	<b>56,76 €</b>
<b>M</b> - Educação	741,61 €	829,62 €	<b>88,01 €</b>
<b>N</b> - Saúde e Acção Social	554,73 €	640,97 €	<b>86,24 €</b>
<b>O</b> - Outras Actividades e Serviços	744,16 €	799,44 €	<b>55,28 €</b>
<b>MÉDIA</b>	585,20 €	711,53 €	<b>126,33 €</b>

Calculando a diferença entre os Ganhos Médios e as Remunerações Médias Base, constatamos que o sector de Construção apresentava, em 2003, o valor de 243,12€, muito acima da média de 126,33 €. Desta análise, depreende-se de forma mais adequada, a importância dos complementos remuneratórios nos salários totais dos trabalhadores do sector.

Estes resultados são retratados no gráfico abaixo (sector da Construção a verde), onde é notória a grande diferença existente entre a Remuneração Base (abaixo da média) e o Ganho Total (acima da média).

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

## Remuneração Médias Base e Ganho médio, por categoria CAE, em 2003



Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

## Número de Empresas, por forma jurídica

Forma Jurídica	2001		2002		2003	
	Geral	Construção	Geral	Construção	Geral	Construção
Empresa em Nome Individual	2 591	293	2 494	267	2 442	258
Sociedade por Quotas	1 854	142	2 195	199	2 365	219
Sociedade Anónima	76	3	86	6	101	6
Sociedade Cooperativa	70	-	70	-	64	-
Sociedades Cívicas	1	-	29	-	31	-
Associações e Fundações	227	-	230	-	233	-
Outra	257	3	206	-	201	1
<b>Total</b>	<b>5 076</b>	<b>441</b>	<b>5 310</b>	<b>472</b>	<b>5 437</b>	<b>484</b>

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

A forma jurídica preponderante (53,31%) no sector de Construção é a Empresa em Nome Individual sendo seguida pelas Sociedades por Quotas com 45,25%. Estas formas jurídicas, próprias de empresas de pequena dimensão constituem igualmente as classificações preponderantes no Geral de Sectores da Região Autónoma dos Açores.

2003	Geral	Construção
Empresa em Nome Individual	44,9%	53,31%
Sociedade por Quotas	43,5%	45,25%
Sociedade Anónima	1,9%	1,24%
Sociedade Cooperativa	1,2%	-
Sociedades Cívicas	0,6%	-
Associações e Fundações	4,3%	-
Outra	3,7%	0,21%



## Número de Empresas, por antiguidade

Antiguidade (Anos)	2001		2002		2003	
	Geral	Construção	Geral	Construção	Geral	Construção
Menos de 1	255	57	347	73	296	50
De 1 a 4	1072	143	1226	170	1357	202
De 5 a 9	1088	81	1050	82	1083	98
De 10 a 19	1455	108	1478	103	1512	97
De 20 a 49	872	25	871	30	897	32
Mais de 50	156	2	160	1	281	4
Ignorado/Não se Aplica	178	25	178	13	11	1
<b>Total</b>	<b>5076</b>	<b>441</b>	<b>5310</b>	<b>472</b>	<b>5437</b>	<b>484</b>

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

Cerca de 42% das empresas de Construção do arquipélago, iniciaram a sua actividade nos últimos quatro anos e cerca de 80% têm menos de 20 anos de actividade.

No contexto geral, cerca de 25% das empresas têm menos de 4 anos e cerca de 73% menos de 20. Neste caso, salienta-se a relevante percentagem (21,9%), em oposição ao caso específico da construção, das empresas cujo início de actividade deu-se há mais de 20 anos.

2003	Geral	Construção
Menos de 1	5,4%	10,3%
De 1 a 4	25,0%	41,7%
De 5 a 9	19,9%	20,2%
De 10 a 19	27,8%	20,0%
De 20 a 49	16,5%	6,6%
Mais de 50	5,2%	0,8%
Ignorado/Não se Aplica	0,2%	0,2%

### III.5 VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS



De seguida, examinaremos os principais dados relativos à estrutura de Custos e Proveitos das empresas de Construção açorianas, de forma a avaliar, essencialmente, a estrutura empresarial e os métodos de gestão das empresas.

#### Indicadores Gerais das empresas da secção F (Construção) da CAE (1998-2003)

Região	Custos e Perdas					Proveitos e Ganhos			
	TOTAL	CMVMC	FSE	Pessoal	Outros <sup>a)</sup>	TOTAL	Vendas	Prestações de Serviços	Outros <sup>b)</sup>
<b>CONTINENTE</b>									
1998	28.637.290.540	9.845.245.354	13.003.828.239	3.212.931.216	2.575.285.731	29.732.418.127	12.361.428.183	15.307.296.770	2.063.693.174
1999	27.393.967.493	10.110.803.583	11.693.252.586	3.339.362.412	2.250.548.912	28.387.840.824	11.395.275.366	13.830.844.340	3.161.721.117
2000	22.914.862.583	7.733.185.038	9.753.416.520	3.401.368.705	2.026.892.320	23.894.622.726	7.608.294.898	13.478.147.182	2.808.180.646
2001	24.599.252.583	7.867.059.652	10.775.376.931	3.782.429.917	2.174.386.083	25.550.489.615	7.911.273.076	16.308.967.237	1.330.249.302
2002	25.828.324.327	7.805.969.589	11.378.057.494	4.196.963.190	2.447.334.054	26.880.844.137	7.866.526.570	17.200.445.166	1.813.872.401
2003	31.488.634.431	8.489.310.991	14.418.596.321	4.399.503.497	4.181.223.622	31.119.989.109	10.092.059.590	18.000.654.517	3.027.275.002
	<b>172.095.590.630</b>	<b>55.852.402.810</b>	<b>75.973.848.249</b>	<b>23.646.175.867</b>	<b>16.623.163.704</b>	<b>177.218.270.293</b>	<b>61.997.649.124</b>	<b>99.968.028.018</b>	<b>15.252.593.151</b>
<b>MADEIRA</b>									
1998	657.151.605	161.065.866	369.580.311	83.603.451	42.901.976	683.103.820	146.908.830	525.169.586	11.025.404
1999	747.711.056	188.823.640	411.477.858	89.612.574	57.796.984	815.570.395	154.887.032	527.530.003	133.153.360
2000	780.623.480	185.284.368	417.294.409	89.890.595	88.154.108	805.386.570	105.774.138	567.848.580	131.763.852
2001	1.239.517.300	255.887.723	777.151.372	91.347.776	115.130.429	1.290.449.165	136.241.637	877.444.219	276.763.309
2002	1.137.033.476	242.172.395	674.035.381	129.126.706	91.698.994	1.223.888.504	50.312.213	1.065.757.995	107.818.296
2003	1.139.251.157	239.133.847	653.023.886	132.754.084	114.339.340	1.239.318.105	42.326.166	1.119.020.973	77.970.966
	<b>5.982.937.750</b>	<b>1.342.514.387</b>	<b>3.459.151.322</b>	<b>651.061.880</b>	<b>530.210.161</b>	<b>6.358.173.763</b>	<b>696.954.654</b>	<b>4.893.818.675</b>	<b>767.400.434</b>
<b>AÇORES</b>									
1998	193.919.713	78.591.719	63.809.973	37.683.967	13.834.055	203.065.083	38.506.714	157.765.929	6.792.440
1999	208.383.127	86.131.852	63.725.327	42.291.208	16.234.739	219.048.209	40.711.221	167.697.968	10.639.020
2000	220.497.100	71.096.445	85.184.164	45.273.932	18.942.559	234.413.785	24.185.089	203.370.817	6.857.879
2001	372.256.917	108.909.776	149.012.776	80.061.408	34.272.957	398.932.983	42.526.041	330.482.378	25.924.564
2002	399.876.006	123.886.508	163.993.335	74.834.527	37.161.636	420.863.083	93.427.705	293.715.503	33.719.875
2003	472.799.780	144.445.069	191.073.372	95.634.695	41.646.644	499.202.803	127.039.519	353.481.802	18.681.482
	<b>1.948.387.121</b>	<b>646.085.480</b>	<b>742.367.479</b>	<b>391.813.320</b>	<b>168.120.842</b>	<b>2.060.152.063</b>	<b>382.278.059</b>	<b>1.571.764.050</b>	<b>106.109.954</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito às Empresas

Notas: a) Não inclui o imposto sobre o rendimento e o resultado líquido do exercício

b) Inclui a variação da produção

CMVMC – Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

FSE – Fornecimentos e Serviços Externos

## III.5 VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS



### Volume de Negócios das Empresas de Construção (entre 1998 e 2003)

	Volume de Negócios	Porcentagem
<b>Continente</b>	156.418.595.826 €	95,5%
<b>Madeira</b>	5.456.033.704 €	3,3%
<b>Açores</b>	<b>1.914.692.977 €</b>	<b>1,2%</b>
<b>Total</b>	163.789.322.507 €	100,0%

Segundo as Estatísticas das Empresas do INE, o volume de negócios (Vendas e Prestação de Serviços) global das empresas de construção açorianas foi, entre 1998 e 2003, de cerca de 1.915 milhões de euros, representando apenas 1,2% do total nacional, em oposição aos 3,3% representados pela Madeira.

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito às Empresas

### Volume de Negócios das Empresas de Construção, Totais e Médias Anuais (entre 1998 e 2003)

	Continente			Madeira			Açores		
	Volume de Negócios	Nº. de Empresas	Média	Volume de Negócios	Nº. de Empresas	Média	Volume de Negócios	Nº. de Empresas	Média
<b>1998</b>	27.668.724.953 €	66.477	416.215,01 €	672.078.416 €	855	786.056,63 €	196.272.643 €	1.190	164.934,99 €
<b>1999</b>	25.226.119.707 €	75.801	332.794,02 €	682.417.035 €	657	1.038.686,51 €	208.409.189 €	1.514	137.654,68 €
<b>2000</b>	21.086.442.080 €	76.254	276.529,00 €	673.622.718 €	827	814.537,75 €	227.555.906 €	1.301	174.908,46 €
<b>2001</b>	24.220.240.313 €	70.312	344.468,09 €	1.013.685.856 €	1.089	930.841,01 €	373.008.419 €	1.489	250.509,35 €
<b>2002</b>	25.066.971.736 €	89.736	279.341,31 €	1.116.070.208 €	1.596	699.292,11 €	387.143.208 €	1.595	242.723,01 €
<b>2003</b>	28.092.714.107 €	105.075	267.358,69 €	1.161.347.139 €	1.912	607.399,13 €	480.521.321 €	1.922	250.011,09 €
<b>Média</b>	<b>22.345.513.689 €</b>	<b>79.922</b>	<b>279.590,52 €</b>	<b>779.433.386 €</b>	<b>1.085</b>	<b>718.561,00 €</b>	<b>273.527.568 €</b>	<b>1.504</b>	<b>181.918,57 €</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito às Empresas

É de especial interesse contrastar o caso açoriano com o madeirense, dado que esta Região apesar de apresentar, em praticamente todos os anos, um número inferior de empresas, exhibe volumes de negócios (absolutos e médios) muito superiores. Este facto permite caracterizar a estrutura empresarial do mercado açoriano, como um mercado de micro empresas.

De forma a realçar esta proliferação deve-se salientar que, segundo a publicação anual “As 100 Maiores Empresas dos Açores”, editado pelo jornal “Açoreano Oriental”, dez empresas foram responsáveis, em 2003, por cerca de 40% do volume de negócios total do sector, o que pode ser indicativo de uma forte concentração do volume de negócios total, num reduzido número de empresas de maiores dimensões.

## III.5 VOLUME DE NEGÓCIOS/ VENDAS



### Variação do Volume de Negócios das Empresas de Construção, a preços constantes de 1998

	1998-1999	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	Média
Continente	-10,9%	-18,7%	10,3%	0,2%	8,9%	-2,0%
Madeira	-0,5%	-3,5%	45,5%	6,6%	1,3%	9,9%
<b>Açores</b>	<b>3,5%</b>	<b>7,1%</b>	<b>58,5%</b>	<b>0,2%</b>	<b>20,6%</b>	<b>18,0%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquéritos Anuais às Empresas

De forma a obter um melhor quadro da evolução do Volume de Negócios (VN) das empresas, foi eliminado o efeito da inflação calculando as taxas de crescimento anual com base nos VN a preços constantes de 1998.

A Região Autónoma dos Açores apresenta a melhor média de crescimento do Volume de Negócios das empresas de Construção, traduzida na média de 18,0%, superior à média madeirense de 9,9% e continental de -2%. Em todos os anos em análise registou-se um aumento nos valores das empresas açorianas, destacando-se o forte crescimento entre 2000 e 2001 (58,5%).

### Estrutura de Custos e Proveitos das Empresas de Construção, entre 1998 e 2003

Região	Custos e Perdas				Proveitos e Ganhos		
	CMVMC	FSE	Pessoal	Outros <sup>a)</sup>	Vendas	Prestações de Serviços	Outros <sup>b)</sup>
<b>CONTINENTE</b>	32,5%	44,1%	13,7%	9,7%	35,0%	56,4%	8,6%
<b>MADEIRA</b>	22,4%	57,8%	10,9%	8,9%	11,0%	77,0%	12,1%
<b>AÇORES</b>	33,2%	38,1%	20,1%	8,6%	18,6%	76,3%	5,2%

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Inquérito às Empresas

Notas: a) Não inclui o imposto sobre o rendimento e o resultado líquido do

b) Inclui a variação da produção

Do quadro acima destaca-se, no lado dos Custos, o forte percentagem (20,1%) dos gastos com pessoal das empresas açorianas, em comparação com as congéneres nacionais (10,9% na Madeira e 13,7% no Continente). Esta percentagem aponta para a existência de um sistema de produção, no que concerne aos factores utilizados, mais trabalho-intensivo do que o madeirense ou continental. Por outro lado, estas diferenças poderão apontar, igualmente, para uma maior importância da subcontratação (conta FSE) nas empresas continentais e madeirenses, indicativa da existência, nestas Regiões, de um maior número de empresas especializadas.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, salienta-se a maior percentagem das empresas do Continente, em relação às empresas dos Açores e Madeira, no que concerne às vendas e a menor percentagem dos proveitos advindos das prestações de serviços.

## III.5 VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS



Nos últimos anos nota-se, todavia, a existência de maiores diferenças entre as empresas açorianas e as madeirenses, no sentido em que, em 2003, apenas 3,6% do VN das empresas madeirenses deveu-se a vendas (alienação de bens – mercadorias, produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos - resultantes do desenvolvimento da actividade corrente da empresa), devendo-se os restantes 96,4% a prestações de serviços (valor dos trabalhos e serviços realizados). Por outro lado, em 2003, o VN das empresas açorianas dividia-se em 26,4% de vendas e 73,6% de prestações de serviços.

### Indicadores Gerais das empresas por secção da CAE, nos Açores (2000-2002)

Classificação CAE	Volume de Negócios					Aum. Imobilizado Corpóreo				
	2000	2001	TCA	2002	TCA	2000	2001	TCA	2002	TCA
<b>A</b> - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	110 756	106 927	-3,5%	91 710	-14,2%	6 008	6 741	12,2%	6 810	1,0%
<b>B</b> - Pesca	18 427	19 223	4,3%	18 612	-3,2%	3 331	7 275	118,4%	1 777	-75,6%
<b>C</b> - Indústrias Extractivas	24 967	28 884	15,7%	38 460	33,2%	4 939	6 575	33,1%	1 960	-70,2%
<b>D</b> - Indústrias Transformadoras	543 633	595 993	9,6%	625 778	5,0%	16 774	16 688	-0,5%	31 033	86,0%
<b>E</b> - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	69 167	73 947	6,9%	82 109	11,0%	94 511	34 882	-63,1%	13 765	-60,5%
<b>F - Construção</b>	<b>227 556</b>	<b>373 008</b>	<b>63,9%</b>	<b>387 143</b>	<b>3,8%</b>	<b>12 763</b>	<b>17 393</b>	<b>36,3%</b>	<b>14 783</b>	<b>-15,0%</b>
<b>G</b> - Comércio	1 574 295	1 733 661	10,1%	1 810 648	4,4%	45 353	52 144	15,0%	57 274	9,8%
<b>H</b> - Alojamento e Restauração	101 492	121 223	19,4%	111 601	-7,9%	42 064	19 603	-53,4%	13 216	-32,6%
<b>I</b> - Transportes, Armazenagem e Comunicações	278 407	315 216	13,2%	320 463	1,7%	8 555	13 693	60,1%	9 790	-28,5%
<b>K</b> - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados	64 967	70 596	8,7%	84 748	20,0%	6 104	7 251	18,8%	17 995	148,2%

Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, Inquérito às Empresas  
Unidade do Volume de Negócios: Milhares de euros

Em comparação com outras categorias CAE, das quais estão presentes no quadro as mais relevantes, o sector de construção apresenta um forte volume de negócios (VN), apenas ultrapassado pela categoria G (Comércio) e D (Indústrias Transformadoras). O sector de construção apresenta igualmente, no cômputo dos 3 anos em análise, a melhor taxa de crescimento do VN, causada pelo crescimento verificado em 2001.

Em proporção do total de VN nacional, destacam-se as categorias A – Agropecuária, representativa, em 2002, de 3,1% do total nacional; B – Pesca, com 5,5% e C – Indústrias Extractivas com 3,4%. Todavia, os dois primeiros apresentam taxas de crescimento do VN, diminutas ou negativas, explicada pela continuo decréscimo da importância do sector primário no panorama português.

A diminuição do “aumento de imobilizado corpóreo”, registada em 2002, no sector de construção, deve-se essencialmente, ao crescimento registado no ano anterior, pois, como podemos ver no quadro, após fortes acréscimos da capacidade instalada surgem, naturalmente, decréscimos.

### Número de Empresas por Escalões de Volume de Vendas

Volume de Vendas (milhares de Euros)	2001		2002		2003	
	Geral	Construção	Geral	Construção	Geral	Construção
<b>Menos de 50</b>	1 076	117	1 085	124	1 911	205
<b>De 50 a 149</b>	1 175	79	1 186	85	1 288	80
<b>De 150 a 499</b>	1 057	76	1 032	75	1 167	101
<b>De 500 a 999</b>	377	25	370	34	421	40
<b>De 1000 a 4999</b>	393	33	393	31	445	35
<b>De 5000 a 24999</b>	64	5	78	7	88	10
<b>De 25000 a 500000</b>	22	3	39	4	36	4
<b>Ignorado/Não se Aplica</b>	912	103	1 127	112	81	9
<b>Total</b>	<b>5 076</b>	<b>441</b>	<b>5 310</b>	<b>472</b>	<b>5 437</b>	<b>484</b>

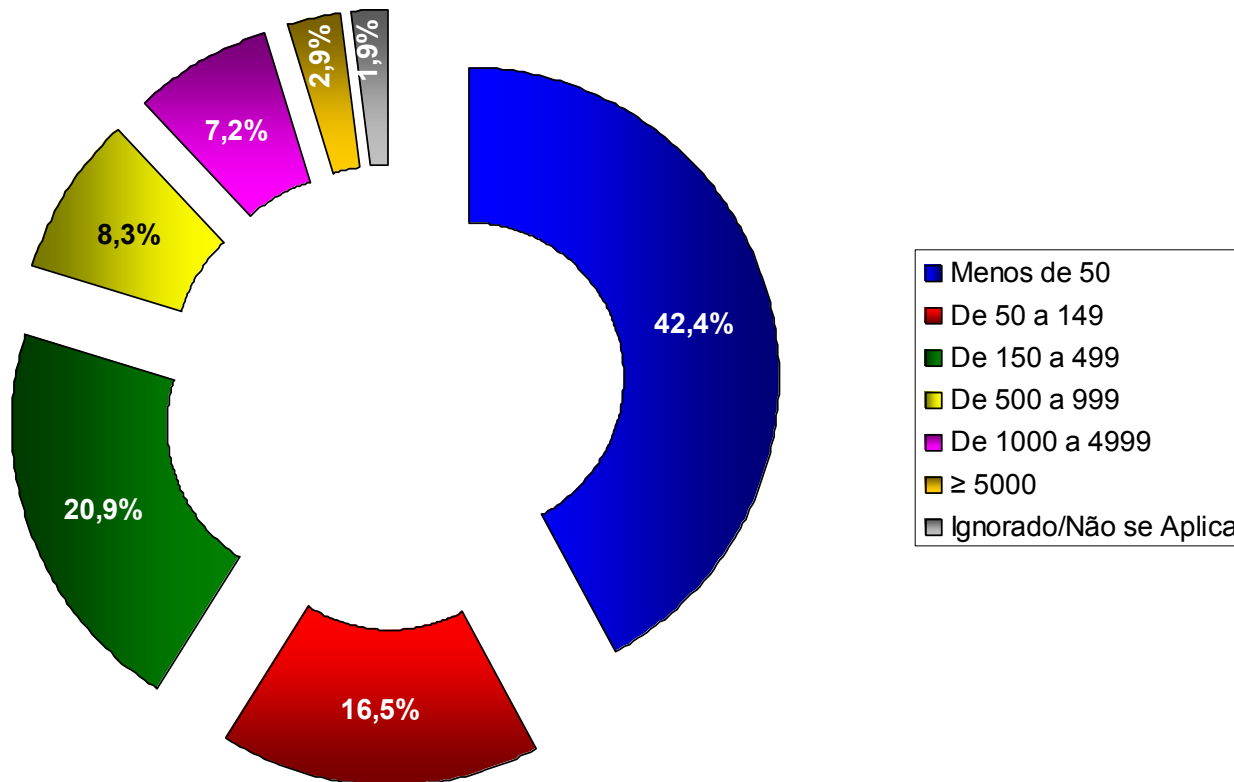
Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional – Quadros de Pessoal

Como podemos ver da análise 2001-2003, as empresas açorianas são, no que concerne ao volume de vendas, de dimensão reduzida, destacando-se em todos os anos, a categoria com um volume inferior a 50.000€

Em 2003, das 5.437 empresas, que apresentaram os Quadros de Pessoal, a maior parte (42,4%) exibiu volumes de venda anuais inferiores a 50.000€ e cerca de 80% tem um volume de vendas anual inferior aos 500.000€.

A situação no sector de construção civil não difere significativamente do panorama geral, com 42,4% a exibir volumes de venda anuais inferiores a 50.000€ e com cerca de 80% a apresentarem volumes inferiores aos 500.000€. Estes resultados, relativos ao ano de 2003, são melhor exemplificados pelo gráfico que se segue.

Percentagem de empresas de Construção por escalões de volume de vendas (2003)



## Valor dos trabalhos Realizados por empresas de Construção, com 20 ou mais trabalhadores

TIPOS DE OBRA	AÇORES		PORTUGAL	
	Milhares de Euros		Milhares de Euros	
	2001	2002	2001	2002
<b>TOTAL</b>	<b>235 602</b>	<b>307 976</b>	<b>12 536 251</b>	<b>12 245 086</b>
<b>Construção de Edifícios</b>	<b>128 089</b>	<b>176 329</b>	<b>4 552 981</b>	<b>4 098 964</b>
Habituação	34 950	55 795	2 297 840	1 892 912
Agricultura e Pecuária	540	2 885	29 099	32 208
Indústria	9 358	9 738	297 944	246 684
Comércio	17 089	13 876	621 215	559 231
Educação	5 901	8 808	288 582	369 323
Saúde	3 458	7 316	141 053	152 513
Outros Fins	56 793	77 911	877 248	846 093
<b>Obras de Engenharia Civil</b>	<b>65 050</b>	<b>100 098</b>	<b>5 134 427</b>	<b>5 227 263</b>
Obras Hidráulicas	5 349	12 241	429 477	451 725
Pontes	54	1 305	201 224	224 216
Vias de Comunicação e Aeródromos	24 000	41 040	2 809 253	2 698 927
Obras de Urbanização	16 071	27 009	1 118 408	1 385 544
Outras Obras de Engenharia Civil	19 576	18 503	576 065	466 851
<b>Sondagens Geológicas, Consolidação de Terrenos e Fundações</b>			<b>112 027</b>	<b>152 709</b>
<b>Trabalhos de Transformação, Restauração e Reparação</b>	<b>33 234</b>	<b>20 752</b>	<b>740 075</b>	<b>691 957</b>
<b>Trabalhos de Demolição</b>	<b>2 542</b>	<b>2 556</b>	<b>16 139</b>	<b>19 762</b>
<b>Instalações Eléctricas</b>	<b>3 108</b>	<b>4 740</b>	<b>427 810</b>	<b>562 043</b>
<b>Trabalhos ou Instalações que concorrem para a Construção</b>	<b>377</b>	<b>1 911</b>	<b>537 485</b>	<b>616 602</b>
<b>Outras Obras de Construção</b>	<b>3 202</b>	<b>1 590</b>	<b>1 015 307</b>	<b>875 786</b>

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores, Inquérito às Empresas



## Valor dos trabalhos Realizados (Peso por Área de Negócios)

	Portugal		Açores	
	2001	2002	2001	2002
Construção de Edifícios	36,3%	33,5%	54,4%	57,3%
Obras de Engenharia Civil	41,0%	42,7%	27,6%	32,5%
Transf./Manut./Repar.	5,9%	5,7%	14,1%	6,7%
Instalações Eléctricas	3,4%	4,6%	1,3%	1,5%
Trabalhos Preparatórios	4,3%	5,0%	0,2%	0,6%
Outros	9,1%	8,6%	2,4%	1,3%

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores, Inquérito às Empresas

A Construção de Edifícios constitui a principal área de negócios (54,4% em 2001 e 57,3% em 2002) das empresas de Construção Civil, sendo seguida pelas Obras de Engenharia Civil (37,6% em 2001 e 32,5% em 2002).

Em oposição, no contexto nacional, são as Obras de Engenharia Civil que percentualmente detêm maior peso no total do valor realizado, representando 41,0% em 2001 e 42,7% em 2002. A construção de edifícios surge em segundo lugar com 36,3% em 2001 e 33,5% em 2002.

As outras áreas de intervenção detêm pouca relevância, devendo-se destacar, contudo, a superior percentagem (14,1% em 2001 e 6,7% em 2002) dos trabalhos realizados em Transformação/Manutenção/Reparação na RAA, consequência sobretudo das intempéries e calamidades que assolam, frequentemente, o Arquipélago dos Açores.

## Construção de Edifícios (Açores - 2002)

	Açores	
	Valor	%
Habitação	55 795	31,6%
Agricultura e Pecuária	2 885	1,6%
Indústria	9 738	5,5%
Comércio	13 876	7,9%
Educação	8 808	5,0%
Saúde	7 316	4,1%
Outros Fins	77 911	44,2%
<b>TOTAL</b>	<b>176 329</b>	<b>100,0%</b>

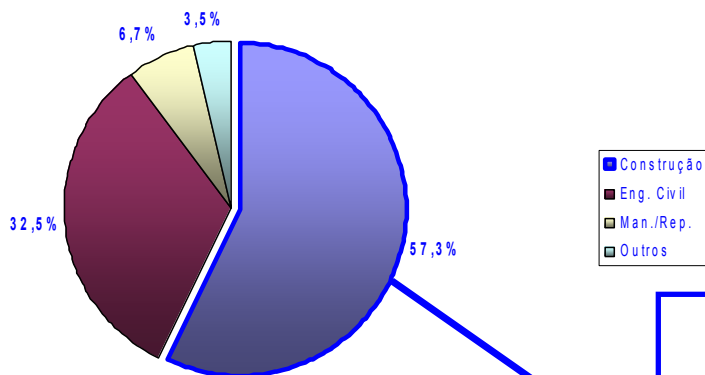
Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores, Inquérito às Empresas

Analisando detalhadamente a área de Construção de Edifícios nos Açores, em 2002, o sector de Habitação surge como o mais importante, representando 31,6% do valor total de trabalhos realizados.

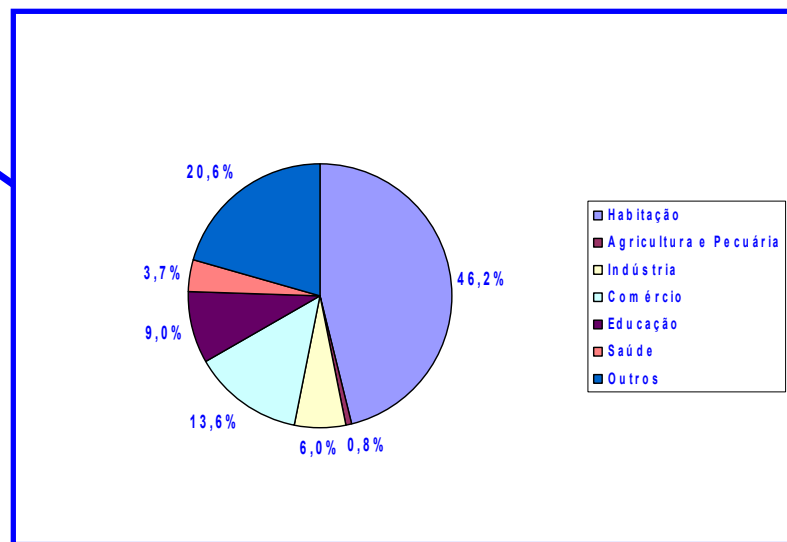
Os restantes sectores especificados representavam, em 2002, percentagens pouco relevantes, que variavam entre os 1,6% no Sector de Agricultura e Pecuária e os 7,9% no Sector de Comércio.

Estes resultados são melhor esquematizados no gráfico que se segue.

## Tipologia de Negócios, por empresas de Construção com sede na Região, com 20 ou mais trabalhadores (2002)



Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores, Inquérito às Empresas



### **Valor dos trabalhos Realizados, por empresas com menos de 20 trabalhadores**

O inquérito efectuado pela Norma-Açores junto dos empresários do sector permitiu caracterizar o nível de actividade e tipologia dos negócios das empresas de menores dimensões.

Das respostas das 36 empresas com menos de 20 trabalhadores, que remeteram o inquérito é nos possível aferir que o valor dos trabalhos realizados, por cada uma, não ultrapassa, em média, os 80.000 € e que estas dedicam-se, na sua maior parte, à construção de edifícios habitacionais, adjudicados por particulares e na ilha onde estão sedeadas.

Algumas desta empresas, por se encontrarem em ilhas pequenas, onde não existe uma relevante concorrência, conseguem obras maiores, nomeadamente, promovidas por Câmaras Municipais

O cimento constitui o principal material utilizado na construção, sendo esta uma das razões para que seja o único material contemplado nas estatísticas oficiais. Desta forma, o nível e variação da oferta/produção de cimento é um dos principais indicadores de medição da actividade das empresas do sector de Construção, não só devido à facilidade em conseguir dados que permitam uma análise temporal abrangente, como ao facto de os valores não serem significativamente diferentes dos valores de Venda de Cimento.

### Oferta de Cimento (Entre 1999 e 1º Trimestre de 2005)

Oferta de Cimento	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 <sup>a)</sup>	TOTAL
<b>Total Geral</b>								
<b>Quantidade (Ton)</b>	<b>284 764</b>	<b>278 766</b>	<b>341 892</b>	<b>360 568</b>	<b>330 563</b>	<b>318 336</b>	<b>189 731</b>	<b>2 104 620</b>
<b>Valor (milhares de euros)</b>	<b>16 138</b>	<b>15 984</b>	<b>20 162</b>	<b>21 874</b>	<b>20 334</b>	-	-	<b>94 492</b>
<b>Produção Local</b>								
<b>Quantidade (Ton)</b>	161 821	167 855	195 560	199 499	184 371	174 189	96 982	<b>1 180 276</b>
<b>% Total</b>	56,8%	60,2%	57,2%	55,3%	55,8%	54,7%	51,1%	<b>56,1%</b>
<b>Valor (milhares de euros)</b>	8 875	9 331	11 141	11 765	11 131	-	-	<b>52 243</b>
<b>% Total</b>	55,0%	58,4%	55,3%	53,8%	54,7%	-	-	<b>55,3%</b>
<b>Importação</b>								
<b>Quantidade (Ton)</b>	122 943	110 911	146 332	161 069	146 192	144 148	92 749	<b>924 344</b>
<b>% Total</b>	43,2%	39,8%	42,8%	44,7%	44,2%	45,3%	48,9%	<b>43,9%</b>
<b>Valor (milhares de euros)</b>	7 263	6 652	9 021	10 109	9 203	-	-	<b>42 248</b>
<b>% Total</b>	45,0%	41,6%	44,7%	46,2%	45,3%	-	-	<b>44,7%</b>

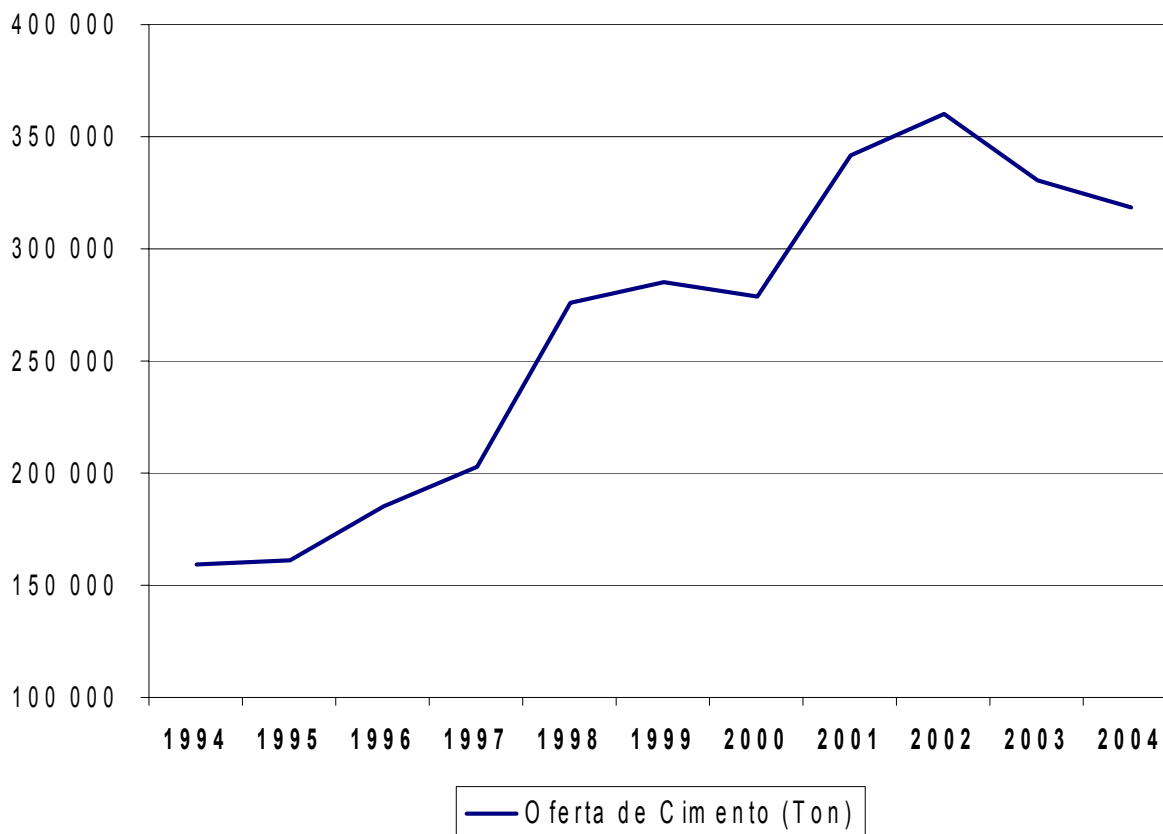
Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

a) Julho de 2005

Foram produzidas 2.104.620 toneladas de cimento entre 1999 e Julho de 2005, sendo que, 56,1% destas foram produzidas nos Açores e as restantes em outros locais (essencialmente, no Continente). No que concerne ao valor, e apesar de não existirem dados após 2003, foram produzidos cerca de 94.482.000,00 €, 55,3% dos quais originários de cimento produzido na Região.

Como podemos ver no gráfico seguinte, que analisa a evolução, em toneladas, da oferta de cimento, verificou-se, entre 1994 e 2004 uma duplicação na oferta de cimento (de 159 mil toneladas em 1994 para 318 mil em 2004). O ano de 2002 surge como o pico na oferta de cimento, notando-se após este ano a um decréscimo, que não implica todavia, uma descida para os níveis verificados antes de 2001 (o valor de 2004 é superior em 14,2% ao registado em 2000). Ainda porque, de acordo com os dados mais actuais, referentes a Julho de 2005, a produção de cimento é superior (2,1%) ao registado no mesmo período de 2004.

## Oferta de Cimento, em toneladas (Entre 1994 e 2004)



Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

## Aquisição de Materiais de Construção por empresas do Sector, em 2004 (euros)

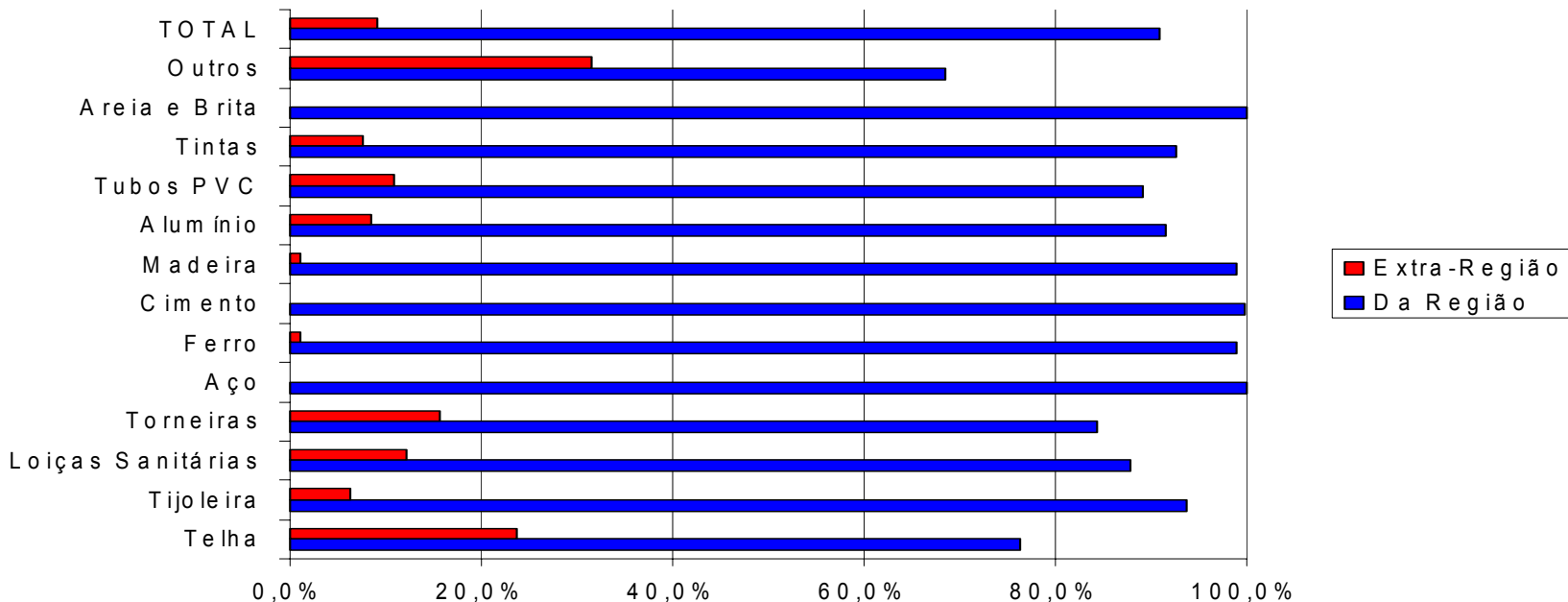
Produtos adquiridos	≤ 20			> 20			TOTAL		
	Nº Resp.	Total	Média	Nº Resp.	Total	Média	Nº Resp.	Total	Média
Telha	8	19.147,79 €	<b>2.393,47 €</b>	3	205.320,22 €	<b>68.440,07 €</b>	11	224.468,01 €	<b>20.406,18 €</b>
Tijoleira	10	40.895,79 €	<b>4.089,58 €</b>	3	191.426,00 €	<b>63.808,67 €</b>	13	232.321,79 €	<b>17.870,91 €</b>
Loiças Sanitárias	10	12.504,12 €	<b>1.250,41 €</b>	3	65.951,60 €	<b>21.983,87 €</b>	13	78.455,72 €	<b>6.035,06 €</b>
Torneiras	7	7.658,95 €	<b>1.094,14 €</b>	2	2.929,50 €	<b>1.464,75 €</b>	9	10.588,45 €	<b>1.176,49 €</b>
Aço	2	1.725,00 €	<b>862,50 €</b>	0	-	-	2	1.725,00 €	<b>862,50 €</b>
Ferro	10	40.409,90 €	<b>4.040,99 €</b>	4	1.114.225,50 €	<b>278.556,38 €</b>	14	1.154.635,40 €	<b>82.473,96 €</b>
Cimento	12	82.552,84 €	<b>6.879,40 €</b>	4	1.537.388,09 €	<b>384.347,02 €</b>	16	1.619.940,93 €	<b>101.246,31 €</b>
Madeira	10	24.407,61 €	<b>2.440,76 €</b>	4	1.144.595,74 €	<b>286.148,94 €</b>	14	1.169.003,35 €	<b>83.500,24 €</b>
Alumínio	8	45.607,37 €	<b>5.700,92 €</b>	2	29.515,00 €	<b>14.757,50 €</b>	10	75.122,37 €	<b>7.512,24 €</b>
Tubos PVC	10	11.972,94 €	<b>1.197,29 €</b>	4	34.987,00 €	<b>8.746,75 €</b>	14	46.959,94 €	<b>3.354,28 €</b>
Tintas	8	16.944,28 €	<b>2.118,04 €</b>	4	120.160,00 €	<b>30.040,00 €</b>	12	137.104,28 €	<b>11.425,36 €</b>
Areia e Brita	2	4.667,50 €	<b>2.333,75 €</b>	2	1.193.328,59 €	<b>596.664,30 €</b>	4	1.197.996,09 €	<b>299.499,02 €</b>
Outros	3	5.074,48 €	<b>1.691,49 €</b>	3	353.164,06 €	<b>117.721,35 €</b>	6	358.238,54 €	<b>59.706,42 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>313.568,57 €</b>	<b>40.763,91 €</b>	<b>3</b>	<b>5.992.991,30 €</b>	<b>2.050.233,87 €</b>	<b>11</b>	<b>6.306.559,87 €</b>	<b>594.096,22 €</b>

Fonte: Inquérito da equipa de trabalho a empresas do sector de Construção

De acordo com o Inquérito efectuado, os materiais onde as empresas de Construção despendem maiores montantes monetários são: o Ferro, o Cimento, a Madeira e os inertes como a Areia e a Brita.

Este panorama de compras é semelhante em ambas as categorias de empresas apresentadas no quadro. A excepção é a maior relevância de tijoleira em empresas com menos de 20 trabalhadores, o que é indicativa da importância dos trabalhos de pequena monta e especializados para estas empresas. Do mesmo modo, as empresas maiores, em oposição, despendem uma maior proporção na aquisição de areia e brita, o que é igualmente indicativo das diferentes tipologias de obras.

**Aquisição de Materiais de Construção por empresas do Sector, por sede da empresa vendedora, em 2004**



Fonte: Inquérito da equipa de trabalho a empresas do sector de Construção

Em geral, a grande maioria dos materiais são adquiridos a empresas com sede nos Açores. Do total de materiais adquiridos, cerca de 91% foram adquiridos a empresas açorianas e apenas a compra de Telha com 23,8% e de Outros Materiais (ex. material eléctrico) com 31,6%, apresentam um valor relativamente significativo de compras a empresas fora da Região.

## **IV. ANÁLISE DA PROCURA**

**IV.1 Licenciamento de Edifícios**

**IV.2 Parque Edificado da Região**

**IV.3 Particular**

**IV.4 Actividades Económicas**

**IV.5 Pública**



### LICENÇAS CONCEDIDAS PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

#### Total de Licenças Concedidas

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	MÉDIA
<b>CONTINENTE</b>	59 773	57 060	55 122	58 484	53 766	50 054	<b>55 710</b>
<b>TCA</b>	-	-4,5%	-3,4%	6,1%	-8,1%	-6,9%	<b>-3,4%</b>
<b>MADEIRA</b>	1 547	1 604	1 662	1 413	1 415	1 248	<b>1 482</b>
<b>TCA</b>	-	3,7%	3,6%	-15,0%	0,1%	-11,8%	<b>-3,9%</b>
<b>AÇORES</b>	1 968	1 881	2 221	2 515	1 820	1 985	<b>2 065</b>
<b>TCA</b>	-	-4,4%	18,1%	13,2%	-27,6%	9,1%	<b>1,7%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística e SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

O licenciamento de obras pelas câmaras municipais constitui um dos mais utilizados indicadores da evolução do sector de construção civil.

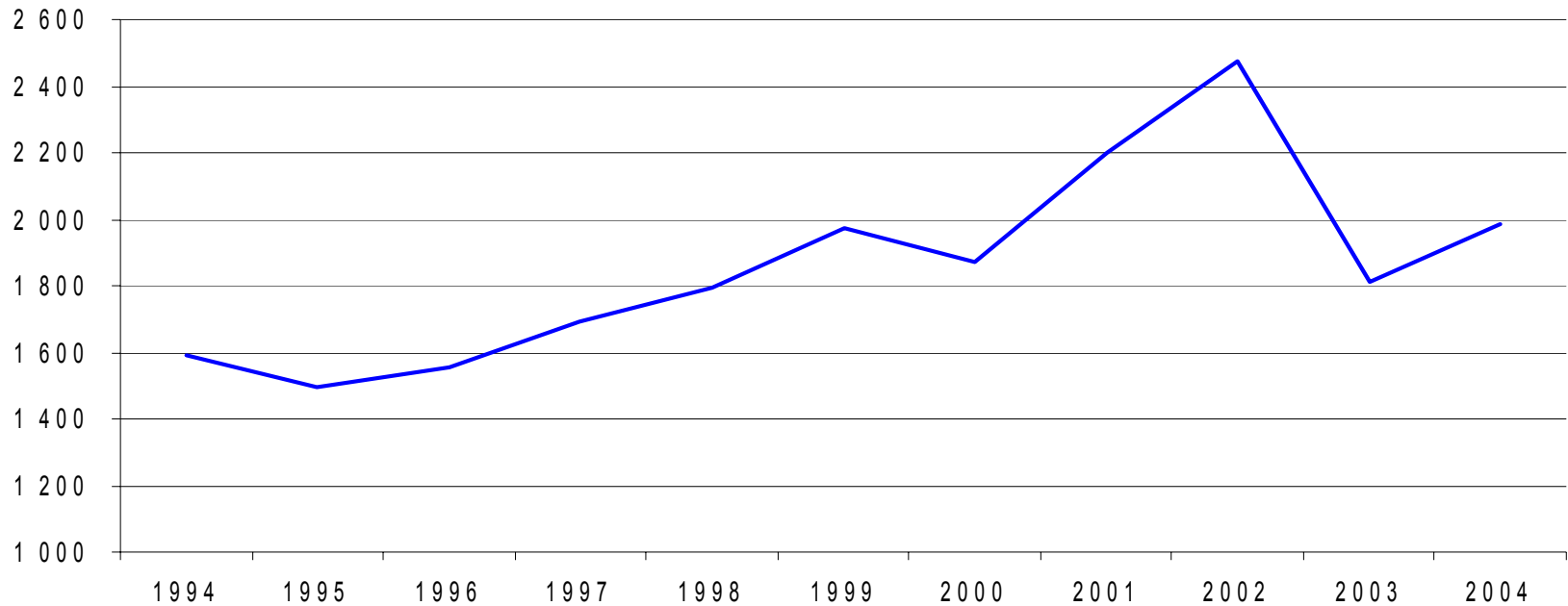
O comportamento deste indicador na Região Autónoma dos Açores mostra-nos uma evolução globalmente positiva entre 1999 e 2004, como podemos ver pela média de crescimento anual positiva de 1,7%.

Esta média de crescimento positiva é explicada pelas fortes taxas de crescimento anual (TCA) entre 2000 e 2001, entre 2001 e 2002 e entre 2003 e 2004. Se analisarmos o total de obras licenciadas em 2004, em comparação com o de 1999, apercebemo-nos que o primeiro encontra-se apenas 0,9% acima, o que é explicado, sobretudo, pela forte quebra (-29,3%) registada em 2003, após o valor recorde de 2002.

Após a recuperação registada em 2004, espera-se um pequeno crescimento para 2005, dado que, até Julho de 2005, tinham sido licenciados 1.181 edifícios, valor superior em 0,6% ao registado em igual período de 2004.

Esta evolução globalmente positiva do sector na Região Autónoma dos Açores contrasta com o panorama registado no restante território português. As médias de crescimento de 1999 a 2004 são negativas, tanto no Continente (-3,4%) como na Região Autónoma da Madeira (-3,9%). Desta forma, o total de obras licenciadas em 2004 encontra-se, no Continente, -16,3% dos valores registados em 1999, enquanto que na Madeira o valor de 2004 é -19,3% relativamente ao de 1999.

## Total de Licenças Concedidas, nos Açores



Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

O gráfico acima ilustra-nos o panorama de crescimento do número de obras licenciadas na última década, no Arquipélago dos Açores.

No gráfico acima destaca-se, igualmente, a forte quebra registada em 2003, após os grandes crescimentos registados em 2001 e 2002.

## Licenças Concedidas, por ilha

Ilha	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
<b>Santa Maria</b>	70	51	31	43	65	41	<b>301</b>
%	3,6%	2,7%	1,4%	1,7%	3,6%	2,1%	<b>2,4%</b>
<b>São Miguel</b>	921	890	834	932	757	860	<b>5 194</b>
%	46,8%	47,3%	37,6%	37,1%	41,6%	43,3%	<b>41,9%</b>
<b>Terceira</b>	462	169	504	679	424	462	<b>2 700</b>
%	23,5%	9,0%	22,7%	27,0%	23,3%	23,3%	<b>21,8%</b>
<b>Graciosa</b>	23	35	19	53	24	20	<b>174</b>
%	1,2%	1,9%	0,9%	2,1%	1,3%	1,0%	<b>1,4%</b>
<b>São Jorge</b>	91	82	110	91	96	97	<b>567</b>
%	4,6%	4,4%	5,0%	3,6%	5,3%	4,9%	<b>4,6%</b>
<b>Pico</b>	203	185	319	355	270	312	<b>1 644</b>
%	10,3%	9,8%	14,4%	14,1%	14,8%	15,7%	<b>13,3%</b>
<b>Faial</b>	167	423	333	313	154	163	<b>1 553</b>
%	8,5%	22,5%	15,0%	12,4%	8,5%	8,2%	<b>12,5%</b>
<b>Flores</b>	26	42	64	46	26	30	<b>234</b>
%	1,3%	2,2%	2,9%	1,8%	1,4%	1,5%	<b>1,9%</b>
<b>Corvo</b>	5	4	7	3	4	0	<b>23</b>
%	0,3%	0,2%	0,3%	0,1%	0,2%	0,0%	<b>0,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 968</b>	<b>1 881</b>	<b>2 221</b>	<b>2 515</b>	<b>1 820</b>	<b>1 985</b>	<b>12 390</b>
%	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

A maioria do licenciamento de obras foi efectuada por Câmaras da Ilha de São Miguel. Esta ilha é representativa de 41,9% do total de obras licenciadas, entre 1999 e 2004.

Em segundo lugar, surge a Ilha Terceira com 21,8% do total de licenciamentos.

O Pico foi representativo de 13,3% dos licenciamentos entre 1999 e 2004.

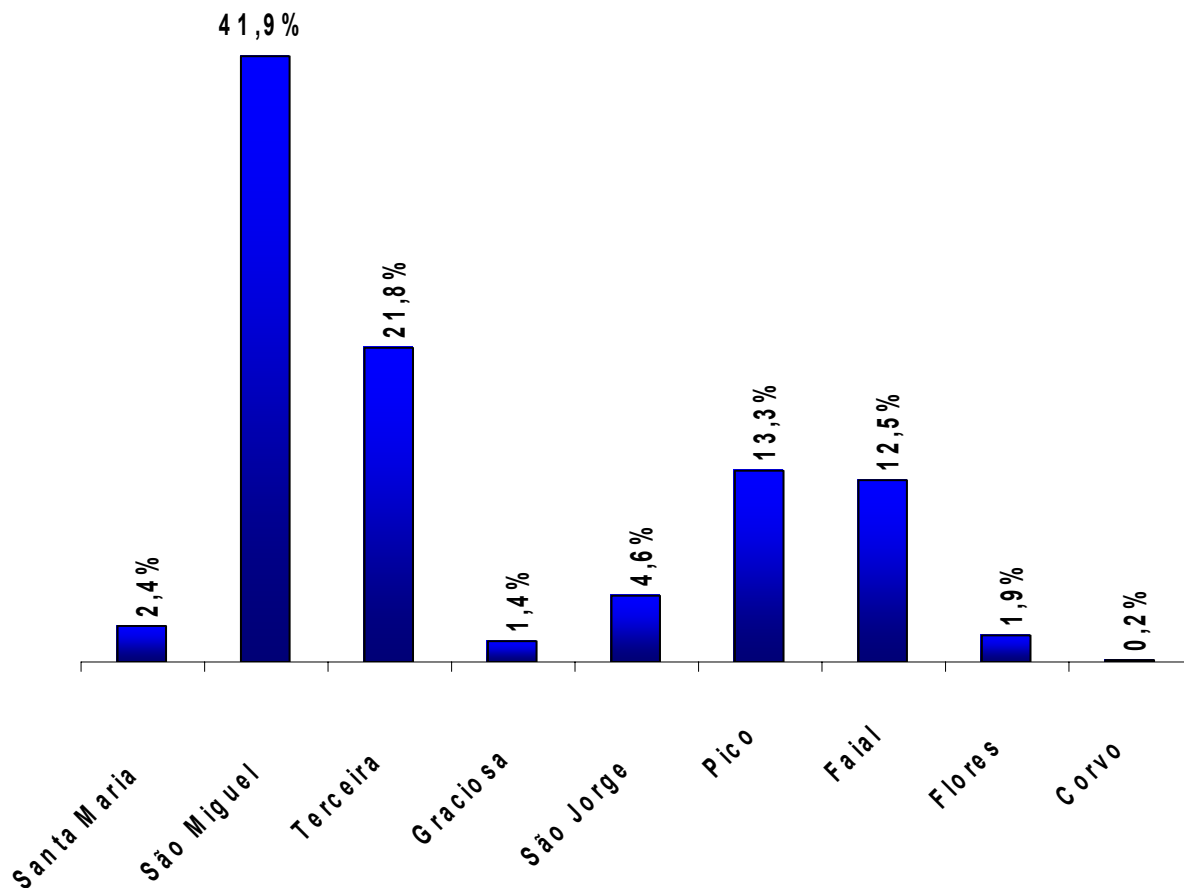
O Faial, com um valor médio 12,5% surge a seguir, notando-se um substancial decréscimo no peso desta ilha, após 2000.

Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

Este último valor encontra-se, porém, aquém do total de obras efectuadas na ilha, dado que muitas das construções efectuadas após o sismo de 1998, por serem de administração directa do estado, não necessitaram de licenciamento municipal.

As restantes ilhas, de pequena dimensão demográfica e geográfica apresentam pesos (abaixo dos 5%) marginais do total de obras licenciadas

Total de Obras Licenciadas, por ilha

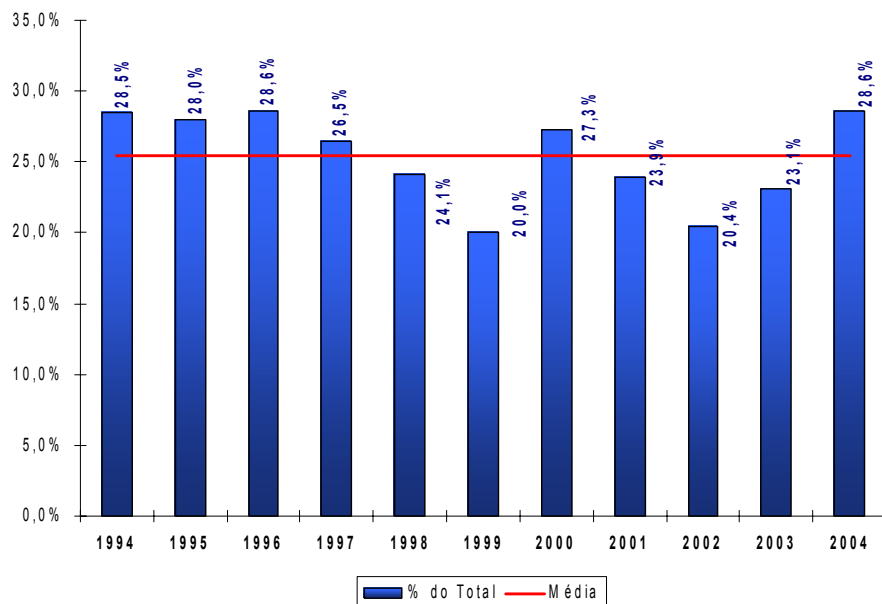


Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

## Total de Licenças Concedidas em obras de Manutenção e Recuperação

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	MÉDIA
<b>CONTINENTE</b>	10 228	9 507	9 420	12 797	12 919	12 514	-
<b>% do Total</b>	17,1%	16,7%	17,1%	21,9%	24,0%	25,0%	<b>20,3%</b>
<b>TCA</b>	-	-7,0%	-0,9%	35,8%	1,0%	-3,1%	<b>5,1%</b>
<b>MADEIRA</b>	380	362	353	311	388	312	-
<b>% do Total</b>	24,6%	22,6%	21,2%	22,0%	27,4%	25,0%	<b>23,8%</b>
<b>TCA</b>	-	-4,7%	-2,5%	-11,9%	24,8%	-19,6%	<b>-2,8%</b>
<b>AÇORES</b>	394	516	537	561	421	568	-
<b>% do Total</b>	20,0%	27,4%	24,2%	22,3%	23,1%	28,6%	<b>24,3%</b>
<b>TCA</b>	-	31,0%	4,1%	4,5%	-25,0%	34,9%	<b>9,9%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística



Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

Apesar de minoritárias, as obras destinadas à Manutenção/Recuperação de edifícios (ampliações, transformações e restaurações), têm maior peso (média de 24,3% entre 1999 e 2004) nos Açores do que no Continente (20,3%) ou na Madeira (23,8%).

De igual modo, os Açores apresentam as maiores taxas de crescimento, no licenciamento deste tipo de obras (média de crescimento de 9,9%).

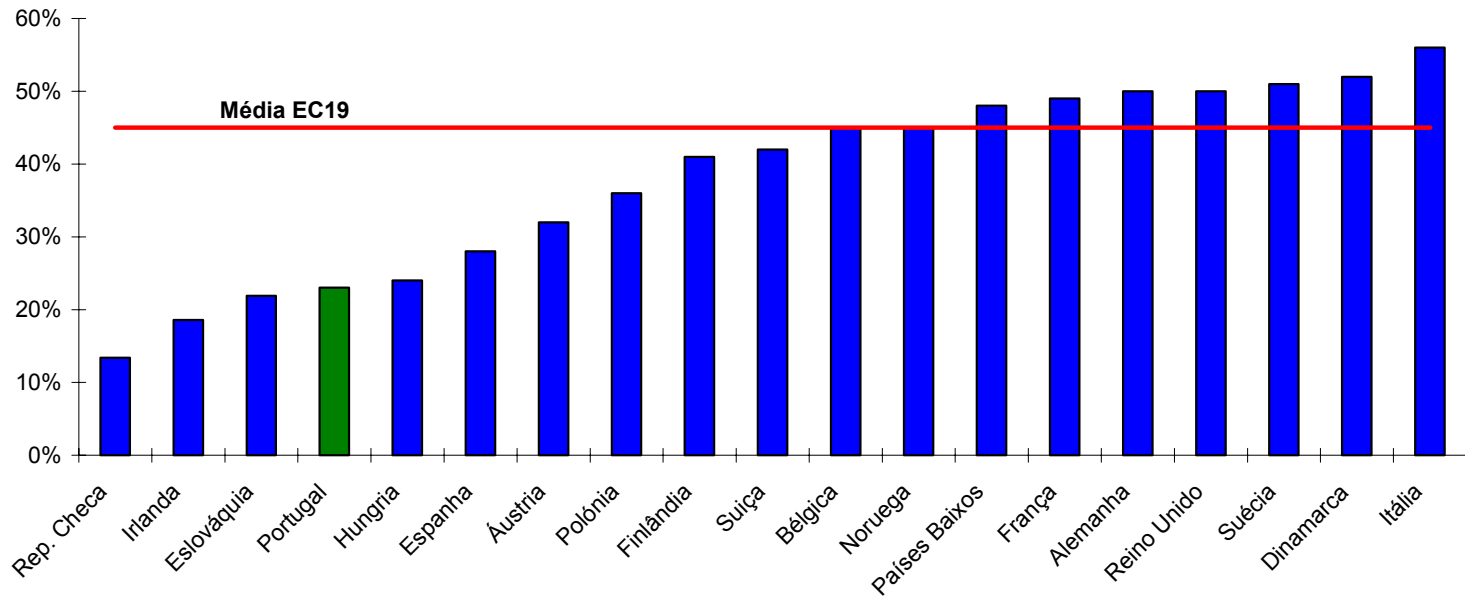
Nos últimos 10 anos, a percentagem de licenças concedidas para obras de manutenção e recuperação tem-se mantido relativamente estável, variando entre os 20,0% em 1999 e os 28,6% em 1996 e 2004.

## IV.1 LICENCIAMENTO DE EDIFÍCIOS



Estes dados vêm confirmar a diminuta importância do segmento de manutenção/recuperação, em Portugal. Segundo dados do Euroconstruct, em Junho de 2005, apenas cerca de 23% do total do Output de construção destinou-se a obras de renovação, em contraste com a média europeia (19 países membros do Euroconstruct) de 45% e os valores acima dos 50%, da Suécia, Dinamarca e Itália.

**Percentagem das Obras de Renovação, no Total do Output da Construção**



Fonte: Euroconstruct

## O PARQUE EDIFICADO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

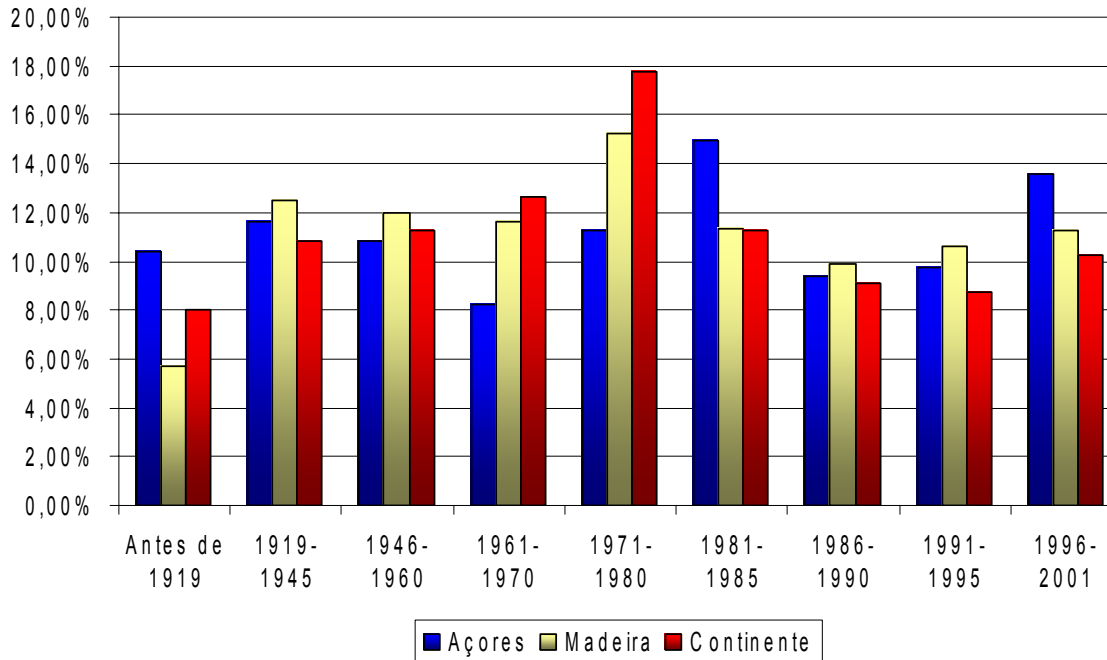
Outro importante factor associado à procura é o estado do parque edificado de um determinado território, nomeadamente, a sua idade e estado de conservação. Desta forma, passaremos, de seguida e tomando por base os Censos 2001, a analisar as características dos edifícios da Região Autónoma dos Açores.

### Edifícios, segundo a época de Construção, por estado de conservação

	TOTAL	Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2001
<b>AÇORES</b>	<b>87.585</b>	<b>9.099</b>	<b>10.197</b>	<b>9.502</b>	<b>7.222</b>	<b>9.840</b>	<b>13.112</b>	<b>8.199</b>	<b>8.538</b>	<b>11.876</b>
<i>Sem Necessidades de Reparação</i>	57.413	3.093	4.395	5.023	4.429	6.684	9.637	6.623	7.214	10.315
<i>Com Necessidades de Reparação</i>	27.954	5.030	5.320	4.163	2.691	3.042	3.341	1.550	1.301	1.516
Pequenas Reparações	15.588	1.998	2.561	2.331	1.721	1.953	2.067	1.043	917	997
Médias Reparações	8.110	1.662	1.750	1.228	698	772	864	399	324	413
Grandes Reparações	4.256	1.370	1.009	604	272	317	410	108	60	106
<i>Muito Degradado</i>	2.218	976	482	316	102	114	134	26	23	45
<b>MADEIRA</b>	<b>74.799</b>	<b>4.253</b>	<b>9.345</b>	<b>8.957</b>	<b>8.670</b>	<b>11.382</b>	<b>8.462</b>	<b>7.382</b>	<b>7.918</b>	<b>8.430</b>
<i>Sem Necessidades de Reparação</i>	45.711	1.015	3.260	3.998	4.623	7.339	6.073	5.667	6.371	7.365
<i>Com Necessidades de Reparação</i>	27.257	2.631	5.513	4.697	3.934	3.941	2.328	1.657	1.524	1.032
Pequenas Reparações	16.587	1.050	2.821	2.666	2.550	2.774	1.669	1.205	1.101	751
Médias Reparações	7.394	919	1.675	1.386	1.050	904	522	332	381	225
Grandes Reparações	3.276	662	1.017	645	334	263	137	120	42	56
<i>Muito Degradado</i>	1.831	607	572	262	113	102	61	58	23	33
<b>CONTINENTE</b>	<b>2.997.659</b>	<b>240.528</b>	<b>325.394</b>	<b>338.583</b>	<b>379.370</b>	<b>532.127</b>	<b>338.005</b>	<b>273.770</b>	<b>262.690</b>	<b>307.192</b>
<i>Sem Necessidades de Reparação</i>	1.765.218	46.096	89.199	127.673	191.899	344.935	247.232	218.137	222.837	277.210
<i>Com Necessidades de Reparação</i>	1.144.125	156.828	211.582	198.923	181.267	183.113	89.256	54.686	39.220	29.250
Pequenas Reparações	674.541	59.885	95.270	109.352	116.350	131.592	68.082	42.493	30.237	21.280
Médias Reparações	314.101	53.239	71.080	61.510	48.516	39.973	16.653	9.427	7.427	6.276
Grandes Reparações	155.483	43.704	45.232	28.061	16.401	11.548	4.521	2.766	1.556	1.694
<i>Muito Degradado</i>	88.316	37.604	24.613	11.987	6.204	4.079	1.517	947	633	732

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

### Edifícios, segundo a época de Construção



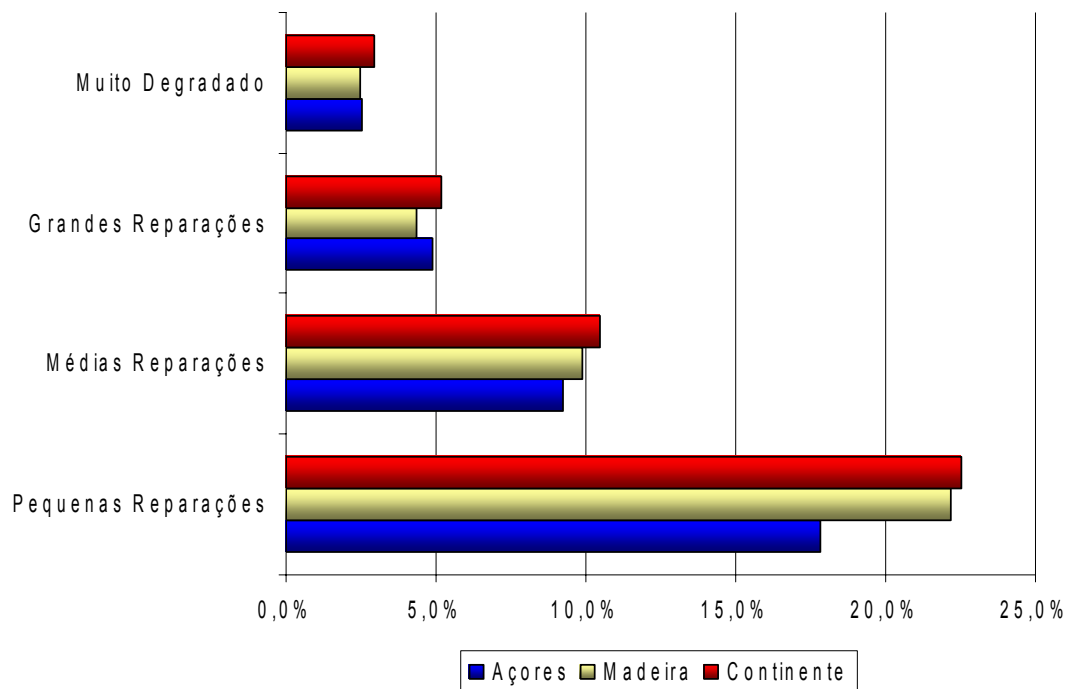
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

É de salientar a significativa percentagem (10,4%) de edifícios que nos Açores foram construídos antes de 1919. Esta percentagem, acima da registada na Madeira (5,7%) e no Continente (8,0%), em conjunto com o facto que cerca de um terço dos edifícios açorianos terem sido construídos antes de 1961 (o ciclo de vida da construção, sem obras significativas ou estruturantes, tem normalmente um prazo de 40/50 anos) poderá, acima de tudo, indicar a maior necessidade de construção de novos edifícios, com melhores condições.

De igual modo, a antiguidade de uma substancial parte do parque edificado açoriano traduz-se na existência de um importante mercado potencial, no que concerne a obras de manutenção e recuperação dos edifícios.



### Edifícios, por necessidades de reparação



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Os Censos 2001 indicam que cerca de 35% do parque edificado açoriano necessita de reparações. Este valor reparte-se por 18% com necessidade de pequenas reparações, 9% de médias reparações, 5% de grandes reparações e 3% com necessidade de profundas reestruturações devido ao seu estado muito degradado.

Estes valores são melhores que os registados para o Continente e a Madeira, em que 41% e 39%, respectivamente, necessitam de reparação.

## Edifícios por ilha, Segundo a Época de Construção

ILHAS	TOTAL	Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2001
<b>Santa Maria</b>	3.446	581	658	613	246	272	173	209	312	382
%	-	16,9%	19,1%	17,8%	7,1%	7,9%	5,0%	6,1%	9,1%	11,1%
<b>São Miguel</b>	42.121	3.926	5.509	4.932	4.057	4.997	4.078	4.443	4.633	5.546
%	-	9,3%	13,1%	11,7%	9,6%	11,9%	9,7%	10,5%	11,0%	13,2%
<b>Terceira</b>	19.691	1.334	1.671	2.333	1.533	2.562	5.556	1.388	1.361	1.953
%	-	6,8%	8,5%	11,8%	7,8%	13,0%	28,2%	7,0%	6,9%	9,9%
<b>Graciosa</b>	2.858	907	567	223	140	133	300	199	171	218
%	-	31,7%	19,8%	7,8%	4,9%	4,7%	10,5%	7,0%	6,0%	7,6%
<b>São Jorge</b>	4.807	413	257	240	438	381	1.668	487	417	506
%	-	8,6%	5,3%	5,0%	9,1%	7,9%	34,7%	10,1%	8,7%	10,5%
<b>Pico</b>	7.571	897	742	506	407	1.088	809	840	891	1.391
%	-	11,8%	9,8%	6,7%	5,4%	14,4%	10,7%	11,1%	11,8%	18,4%
<b>Faial</b>	5.053	760	587	472	251	259	330	442	471	1.481
%	-	15,0%	11,6%	9,3%	5,0%	5,1%	6,5%	8,7%	9,3%	29,3%
<b>Flores</b>	1.892	260	181	178	139	139	183	170	266	376
%	-	13,7%	9,6%	9,4%	7,3%	7,3%	9,7%	9,0%	14,1%	19,9%
<b>Corvo</b>	146	21	25	5	11	9	15	21	16	23
%	-	14,4%	17,1%	3,4%	7,5%	6,2%	10,3%	14,4%	11,0%	15,8%
<b>AÇORES</b>	<b>87.585</b>	<b>9.099</b>	<b>10.197</b>	<b>9.502</b>	<b>7.222</b>	<b>9.840</b>	<b>13.112</b>	<b>8.199</b>	<b>8.538</b>	<b>11.876</b>
%	-	<b>10,4%</b>	<b>11,6%</b>	<b>10,8%</b>	<b>8,2%</b>	<b>11,2%</b>	<b>15,0%</b>	<b>9,4%</b>	<b>9,7%</b>	<b>13,6%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

As Ilhas de Santa Maria e Graciosa apresentam os piores valores, no que concerne à antiguidade do parque edificado. Na primeira, 16,9% dos edifícios foram construídos antes de 1919 e 53,8% antes de 1961, enquanto que, na Graciosa estas percentagens sobem para 31,7% e 59,3%, respectivamente.

Em melhor situação encontram-se as Ilhas de São Jorge e da Terceira, com 8,6% e 6,8%, respectivamente, no que diz respeito a edifícios construídos antes de 1919. De igual modo, a extensão da análise para edifícios com mais de 40 anos, mostra-nos que São Jorge com 18,9% e a Terceira com 27,1% têm um parque edificado mais moderno do que a média açoriana, o que se deve, essencialmente, à reconstrução, após o sismo de 1980.

### Edifícios por ilha, por Estado de Conservação

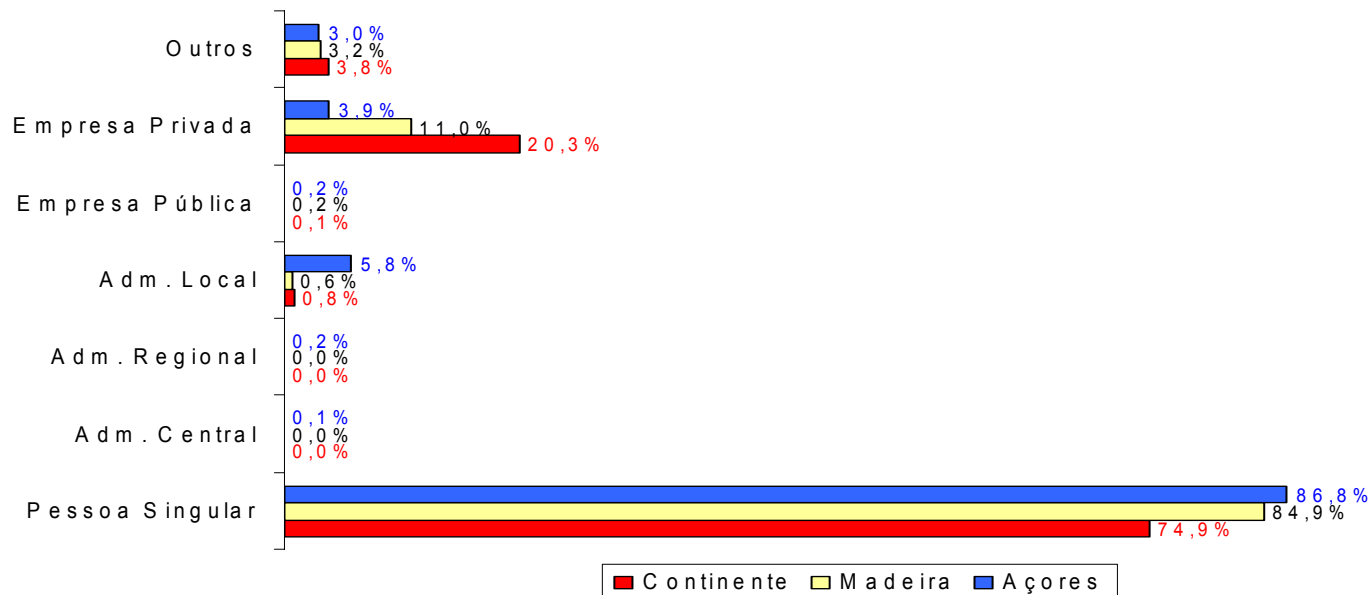
ILHAS	TOTAL	Sem Necessidades de Reparação	Com Necessidades de Reparação			Muito Degradado	
			TOTAL	Pequenas	Médias		Grandes
<b>Santa Maria</b>	3.446	2.460	881	478	249	154	105
%	-	71,4%	25,6%	13,9%	7,2%	4,5%	3,0%
<b>São Miguel</b>	42.121	27.032	14.182	8.075	4.194	1.913	907
%	-	64,2%	33,7%	19,2%	10,0%	4,5%	2,2%
<b>Terceira</b>	19.691	14.376	4.826	3.027	1.217	582	489
%	-	73,0%	24,5%	15,4%	6,2%	3,0%	2,5%
<b>Graciosa</b>	2.858	1.558	1.215	624	356	235	85
%	-	54,5%	42,5%	21,8%	12,5%	8,2%	3,0%
<b>São Jorge</b>	4.807	2.229	2.361	1.085	792	484	217
%	-	46,4%	49,1%	22,6%	16,5%	10,1%	4,5%
<b>Pico</b>	7.571	4.975	2.394	1.274	700	420	202
%	-	65,7%	31,6%	16,8%	9,2%	5,5%	2,7%
<b>Faial</b>	5.053	3.660	1.265	555	370	340	128
%	-	72,4%	25,0%	11,0%	7,3%	6,7%	2,5%
<b>Flores</b>	1.892	1.054	753	412	214	127	85
%	-	55,7%	39,8%	21,8%	11,3%	6,7%	4,5%
<b>Corvo</b>	146	69	77	58	18	1	0
%	-	47,3%	52,7%	39,7%	12,3%	0,7%	0,0%
<b>AÇORES</b>	<b>87.585</b>	<b>57.413</b>	<b>27.954</b>	<b>15.588</b>	<b>8.110</b>	<b>4.256</b>	<b>2.218</b>
%	-	<b>65,6%</b>	<b>31,9%</b>	<b>17,8%</b>	<b>9,3%</b>	<b>4,9%</b>	<b>2,5%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Em contraste com o anteriormente referido, aquando da análise da idade dos edifícios, é a ilha de São Jorge que apresenta um parque edificado com maiores necessidades de reparação (49,1% com necessidades de reparação, dos quais, 10,1% com grandes necessidades e 4,5% em estado muito degradado). Este facto é explicado pela grande percentagem (aproximadamente 35%) de edifícios vagos ou de uso sazonal que, naturalmente, não recebem os mesmos cuidados de manutenção dedicados aos edifícios ocupados.

Para além de São Jorge, a Ilha do Corvo (52,7% com necessidades de reparação), a Ilha da Graciosa (42,5%), a Ilha das Flores (39,8%) e a Ilha de São Miguel (33,7%) apresentam igualmente um parque edificado com fortes lacunas no que concerne à sua conservação, sendo desta forma, as que representam um maior mercado potencial para obras de manutenção e reparação.

## Obras Concluídas, em Construções Novas, por Entidade Investidora (2003)



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Em Portugal (2003), as principais entidades investidoras na construção de edifícios foram os particulares (Pessoa Singular), sendo seguidos pelas empresas privadas. Deve-se salientar, porém, que nos Açores a Administração Local aparece em segundo lugar (5,8%), suplantando as empresas (3,9%).

### Total Licenças Concedidas para Habitação

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
<b>CONTINENTE</b>	49 321	47 229	45 273	46 373	42 412	38 466	<b>44 846</b>
% do Total	82,5%	82,8%	82,1%	79,3%	78,9%	76,8%	<b>80,4%</b>
TCA	-	-4,2%	-4,1%	2,4%	-8,5%	-9,3%	<b>-4,8%</b>
<b>MADEIRA</b>	1 281	1 376	1 432	1 263	1 264	1 102	<b>1 286</b>
% do Total	82,8%	85,8%	86,2%	89,4%	89,3%	88,3%	<b>86,96%</b>
TCA	-	7,4%	4,1%	-11,8%	0,1%	-12,8%	<b>-2,6%</b>
<b>AÇORES</b>	1 509	1 511	1 665	1 971	1 345	1 485	<b>1 581</b>
% do Total	76,7%	80,3%	75,0%	78,4%	73,9%	74,8%	<b>76,51%</b>
TCA	-	0,1%	10,2%	18,4%	-31,8%	10,4%	<b>1,5%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística e SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

A procura particular é traduzida, principalmente, pela evolução do licenciamento de edifícios destinados a habitação, que nos Açores apresentou uma média de crescimento positiva (1,5%).

Neste aspecto ressalta-se a existência de uma forte quebra (-31,8%) no ano de 2003, após um crescimento sustentado desde 2000.

Desta forma, o valor total de 2004 apesar de superior ao de 2003, encontra-se 1,6% abaixo do registado em 1999.

O licenciamento deste tipo de edifícios habitacionais constituiu, em média (1999-2004), 76,51% do total de licenças concedidas, valor inferior ao verificado no Continente (80,4%) e na Madeira (86,96%), onde o mercado de habitação tem maior importância.

Apesar da perda registada em 2003, o mercado açoriano, apresenta melhores resultados do que o continental e o madeirense. No primeiro, a média de crescimento foi de -4,8%, encontrando-se o valor de 2004, 22% abaixo do registado em 1999, enquanto que o segundo apresenta uma média de crescimento de -2,6% e um registo de 2004, inferior em 14% ao verificado em 1999.

### Total Licenças Concedidas em Construções Novas para Habitação

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
<b>CONTINENTE</b>	42 009	40 481	38 590	38 291	34 234	31 080	<b>37 448</b>
<b>% do Total</b>	85,2%	85,7%	85,2%	82,6%	80,7%	80,8%	<b>83,4%</b>
<b>TCA</b>	-	-3,6%	-4,7%	-0,8%	-10,6%	-9,2%	<b>-5,8%</b>
<b>MADEIRA</b>	1 039	1 101	1 192	1 001	951	845	<b>1 022</b>
<b>% do Total</b>	81,1%	80,0%	83,2%	79,3%	75,2%	76,7%	<b>79,3%</b>
<b>TCA</b>	-	6,0%	8,3%	-16,0%	-5,0%	-11,1%	<b>-3,6%</b>
<b>AÇORES</b>	1 197	1 090	1 260	1 582	1 059	1 110	<b>1 216</b>
<b>% do Total</b>	79,3%	72,1%	75,7%	80,3%	78,7%	74,7%	<b>76,8%</b>
<b>TCA</b>	-	-8,9%	15,6%	25,6%	-33,1%	4,8%	<b>0,8%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística e SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

Em todos os territórios em análise, a maioria dos licenciamentos destinados a habitação destinam-se à construção de novos edifícios. Este segmento teve maior peso, na média 1999-2004, no Continente, onde exibiu a percentagem de 83,4%. Na Madeira este valor foi de 79,3%, enquanto que nos Açores foi de 76,8%.

A evolução deste segmento segue o panorama geral do licenciamento total para habitação, salientando-se novamente, no caso dos Açores, a descida verificada em 2003 (-33,1%), que apesar de seguida pelo crescimento de 4,8% em 2004, coloca este último ano, 7,3% abaixo do valor registado em 1999.

Prevê-se um ligeiro crescimento para 2005, dado que o valor até Julho de 2005 (557 licenciamentos), encontra-se marginalmente acima (0,8%) do verificado no mesmo período de 2004.

Porém, isto não invalida, como veremos a seguir, um crescimento na procura particular de habitações, dado que, para os anos de 2003 e 2004, o licenciamento em Construções Novas para Habitação, traduziu-se num maior número de fogos do que se registou em 1999. Por outro lado, a análise dos últimos dados disponíveis (Julho de 2005) apontam para um crescimento de 10,9% face a igual período de 2005.

Do quadro anterior, podemos igualmente depreender, como visto na análise do total de licenciamentos, a diminuta importância das obras de manutenção e recuperação. No caso da habitação, agora em análise, este segmento é ainda menor, representando em média, no espaço temporal considerado, apenas 23,2% (superior ao registado no Continente ou na Madeira) do total de licenciamentos para habitação.

Este valor, apesar de explicado em parte, pelo facto de que muitas obras de manutenção/recuperação habitacional serem efectuadas num sistema “Do-it-yourself” e deste modo não serem declaradas, é esclarecedor da mentalidade vigente causadora da proliferação de habitação degradada em todas as ilhas do Arquipélago.

### Percentagem das Licenças Concedidas para a Habitação, destinadas a Obras de Manutenção/Recuperação

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
<b>CONTINENTE</b>	14,8%	14,3%	14,8%	17,4%	19,3%	19,2%	<b>16,6%</b>
<b>MADEIRA</b>	18,9%	20,0%	16,8%	20,7%	24,8%	23,3%	<b>20,7%</b>
<b>AÇORES</b>	20,7%	27,9%	24,3%	19,7%	21,3%	25,3%	<b>23,2%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística e SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

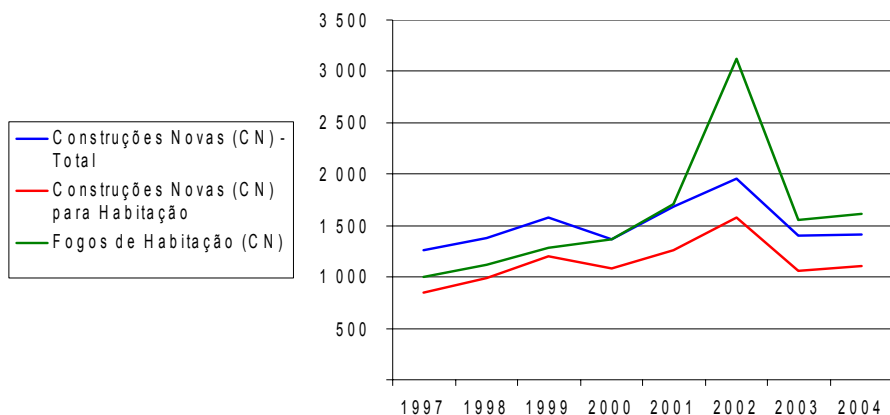
## Total Licenças Concedidas para Fogos de Habitação

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
<b>CONTINENTE</b>	115 528	110 718	99 756	90 197	80 847	73 697	<b>95124</b>
<b>Nº. Médio</b>	2,8	2,7	2,6	2,4	2,4	2,4	<b>2,5</b>
<b>TCA</b>	-	-4,2%	-9,9%	-9,6%	-10,4%	-8,8%	<b>-8,6%</b>
<b>MADEIRA</b>	3 190	3 351	4 775	3 209	2 697	3 415	<b>3440</b>
<b>Nº. Médio</b>	3,1	3,0	4,0	3,2	2,8	4,0	<b>3,4</b>
<b>TMCA</b>	-	5,0%	42,5%	-32,8%	-16,0%	26,6%	<b>5,1%</b>
<b>AÇORES</b>	1 288	1 369	1 703	3 123	1 557	1 615	<b>1776</b>
<b>Nº. Médio</b>	1,1	1,3	1,4	2,0	1,5	1,5	<b>1,4</b>
<b>TCA</b>	-	6,3%	24,4%	83,4%	-50,1%	3,7%	<b>13,5%</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística e SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

O estudo da variação do número de licenças concedidas para a habitação, traduzidas em fogos, revela-nos, novamente, o sinal positivo do panorama açoriano (crescimento médio de 13,5%) em comparação com o continental (-8,6%) e com o madeirense (5,1%).

Da análise detalhada da evolução do mercado açoriano ressalta-se o forte crescimento (83,4%) registado em 2002 que se traduziu num número médio de fogos por edifício de 2,0. É interessante ressaltar, a evolução registada nos últimos anos deste último indicador (nº médio de fogos por edifício habitacional), que indica, essencialmente, a crescente importância da chamada “construção em altura”.



O gráfico ao lado, permite-nos vislumbrar com maior detalhe o descrito acima. Contrastando as licenças concedidas para construções novas habitacionais com o número de fogos de habitação daí consequentes, nota-se que em todo o espaço temporal analisado, o número de fogos foi sempre superior ao número de edifícios habitacionais, sendo inclusivamente, a partir de 2001 superior ao número total de edifícios licenciados.



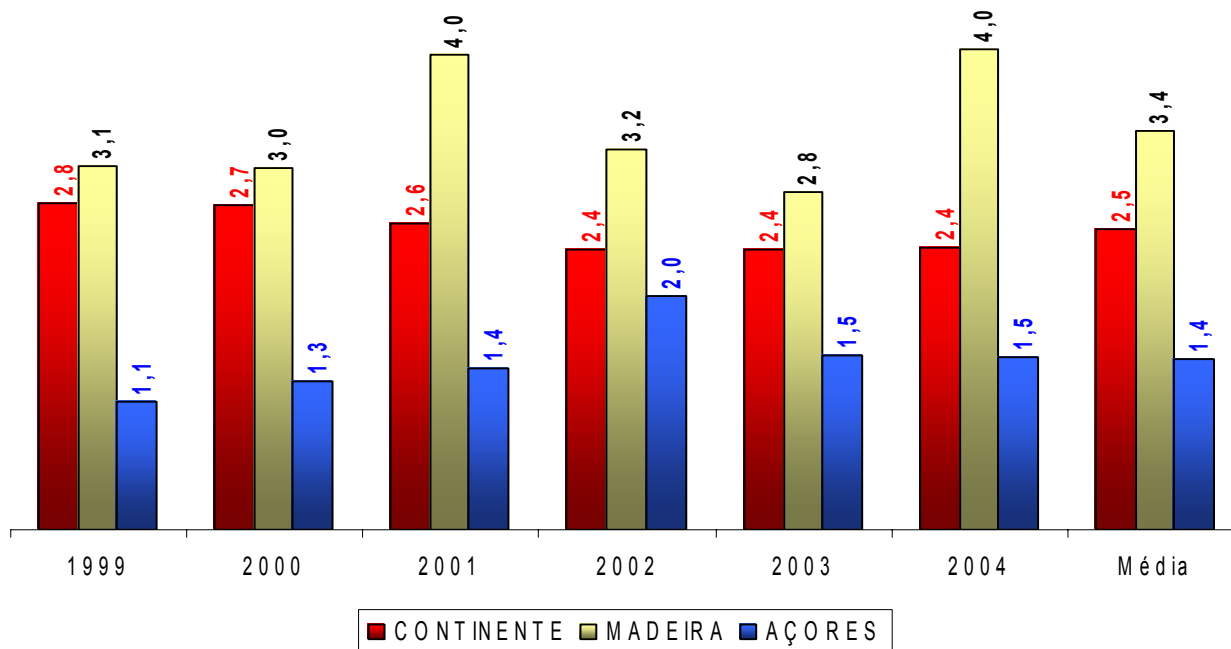
## IV.3 PROCURA PARTICULAR



Estes valores (nº médio de fogos) encontram-se todavia, abaixo do observado nas restantes Regiões portuguesas em análise, onde esta tipologia de construção habitacional ocupa há mais tempo, maior relevância.

Destaca-se o caso da Madeira que, no mesmo período, apresenta a média de 3,4 fogos licenciados por cada edifício habitacional licenciado. Este facto deve-se, essencialmente, à menor dimensão geográfica e à morfologia desta Região, causadoras de uma maior necessidade de economia de espaço, traduzida, neste aspecto, na construção de prédios de apartamentos. A importância deste tipo de fogos explica, igualmente, a diferença existente entre a média de crescimento (5,1%) das licenças para fogos e a média de crescimento (-2,6%) das licenças concedidas para edifícios de habitação.

### Número Médio de Fogos por Licença Concedida para Habitação



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística e SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

## Crédito Concedido a Particulares, nos Açores para Aquisição de Habitação

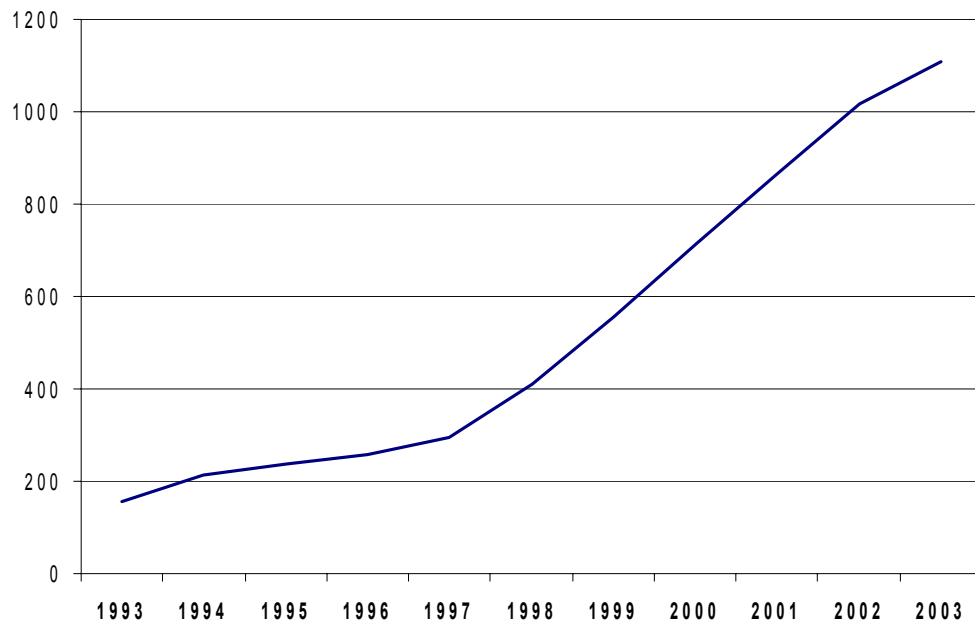
Unidade: milhões de euros

CRÉDITO	1999	2000	2001	2002	2003	MÉDIA
Crédito Concedido	556,69	710,97	863,97	1015,59	1108,85	<b>851,214</b>
TCA	-	27,7%	21,5%	17,5%	9,2%	<b>19,0%</b>

Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

O panorama globalmente positivo, descrito acima, da evolução do mercado habitacional, é explicado em grande parte, pelas condições favoráveis oferecidas pelas instituições bancárias a particulares que pretendam adquirir/construir edifícios de habitação.

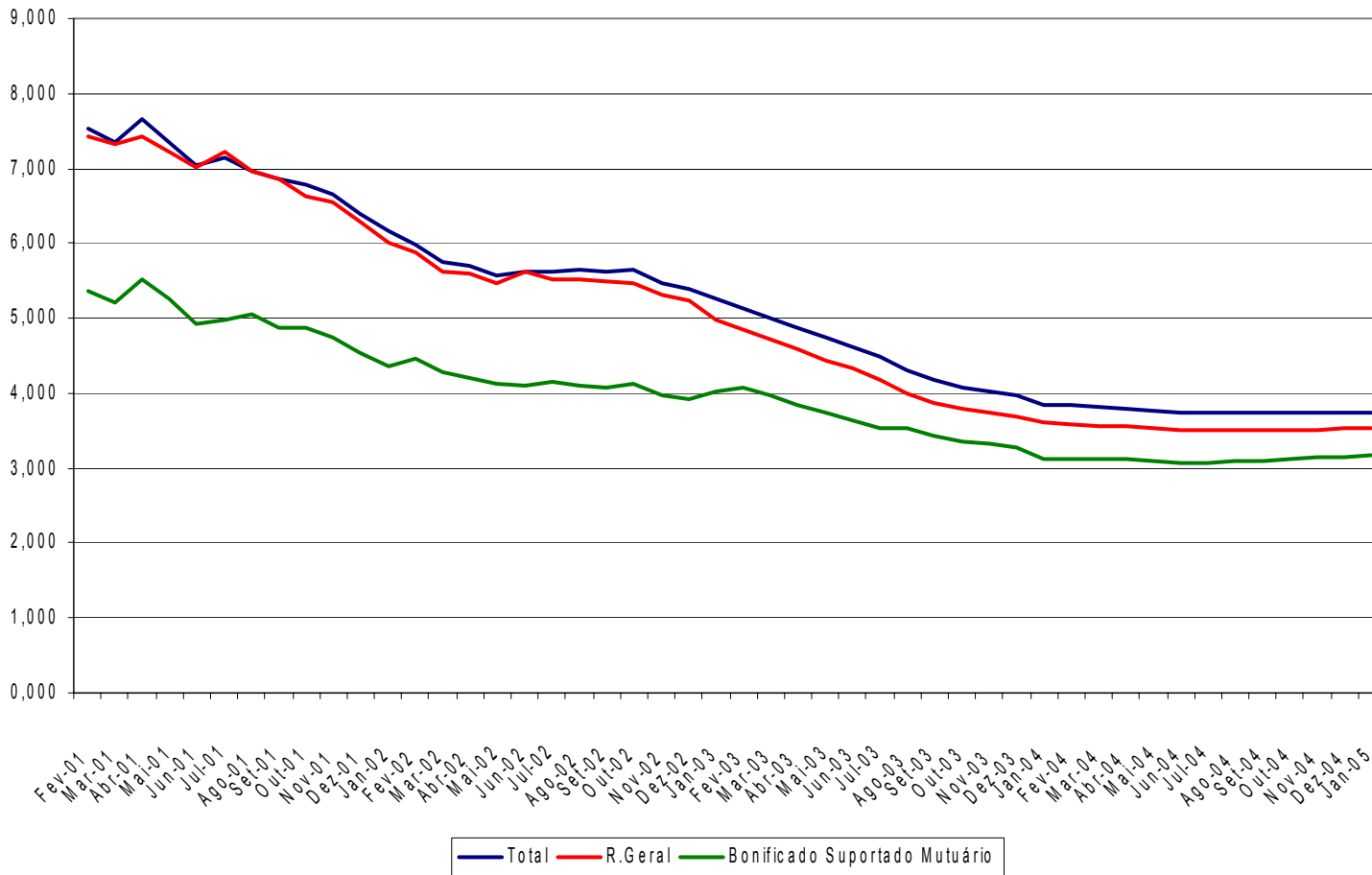
A evolução de licenças concedidas segue anualmente a evolução do crédito concedido a particulares para aquisição de habitação, destacando-se o volume máximo de 2002 e a quebra consequente em 2003.



De 1993 a 2003 é notório o enorme crescimento do volume de crédito concedido, passando-se de cerca de 200 milhões em 1993 para cerca de 1100 milhões em 2003.

É de salientar que este aumento do volume de crédito foi perpetrado, essencialmente, pelo decréscimo contínuo das taxas de juro, como podemos ver no gráfico da página seguinte.

## Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação



## População e Fogos, em 2001

2001	Portugal	Açores	Madeira	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
<b>População Residente</b>	10.356.117	<b>241.763</b>	245.011	9.869.343	3.687.293	2.348.397	2.661.850	776.585	395.218
<b>Famílias</b>	3.650.757	<b>71.846</b>	73.619	3.505.292	1.210.631	847.265	1.005.671	292.487	149.238
<b>Fogos de Habitação</b>	5.019.425	<b>92.617</b>	94.271	4.832.537	1.605.157	1.248.486	1.281.891	420.910	276.093
<b>População/Famílias</b>	2,8	<b>3,4</b>	3,3	2,8	3,0	2,8	2,6	2,7	2,6
<b>População/Fogos</b>	2,1	<b>2,6</b>	2,6	2,0	2,3	1,9	2,1	1,8	1,4

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001

De acordo com dados do INE, os Açores apresentavam, em 2001 e em conjunto com a Madeira, o mais alto rácio (2,6) de pessoas por fogo, do país. Este valor, apesar de inferior ao que se registava em 1991 (2,8), poderá denunciar a existência de um importante défice de habitação na Região Autónoma dos Açores.

Evolução	1991	2001
<b>População Residente</b>	237.795	241.763
<b>Famílias</b>	63.555	71.846
<b>Fogos de Habitação</b>	83.810	92.617
<b>População/Famílias</b>	3,7	3,4
<b>População/Alojamentos</b>	2,8	2,6

Devemos contudo, ao analisar o défice habitacional, ter em atenção, especialmente, a percentagem de alojamentos que não constituem residência habitual (edifícios não ocupados, impacto do mercado de arrendamento e de segunda habitação) e a dimensão média das famílias clássicas.

O rácio açoriano não é, segundo os Censos 2001, afectado de forma relevante pela percentagem de fogos de uso sazonal (15,5%) ou de fogos vagos (9,9%). Por outro lado, os diminutos valores dos rácios apresentados pelas Regiões Alentejo, Centro e Algarve, devem-se essencialmente à existência de uma grande percentagem de fogos vagos ou de uso sazonal (47,8% no Algarve, 33,7% no Centro e 32,1% no Alentejo).

É de interesse, destacar a situação algarvia, onde 38,5% dos fogos eram de uso sazonal ou secundário, percentagem exemplificativa da grande relevância do mercado de arrendamento, proveniente do grande afluxo de turistas. Sendo o turismo um dos vectores estratégicos de desenvolvimento na RAA, este segmento particular do mercado poderá, igualmente, ganhar maior importância no arquipélago, não devendo porém, devido ao factor geográfico, atingir a relevância que ocupa no Algarve.

Na análise do défice habitacional deve-se, igualmente, ter em atenção, a dimensão média das famílias. Segundo os Censos 2001 (últimos dados disponíveis) uma família açoriana era constituída, em média, por 3,4 pessoas. Este valor, o mais elevado do país explica o mais elevado rácio de pessoas por fogo de habitação, mas não exclui a existência de um presente e futuro défice habitacional.

A principal razão para tal prende-se com a tendência decrescente do número de pessoas por família. Tendo em conta os níveis de crescimento económico (com as consequentes alterações sociais) evidenciados pela Região, é de prever uma continua aproximação ao rácio nacional de pessoas por família, aproximação que pressupõe a existência de uma relevante e crescente pressão no mercado habitacional.

Por outro lado, a pressão causada por forças centrífugas de desenvolvimento, como é o caso de Ponta Delgada, tem levado a aumentos constantes na procura de habitação nova nestes centros nevrálgicos.

Tendo em conta esta tendência decrescente do rácio açoriano de pessoas por família e tomando por valor de referência, o rácio População/Fogos apresentado pela Região de Lisboa (a mais desenvolvida do país) e que equivale a duas pessoas por fogo, podemos aferir a existência de um relevante mercado potencial nesta área.

Para uma redução de 0,1 no rácio pessoas/fogo será necessária a construção de aproximadamente 3.000 fogos de habitação. Deste modo, para que o valor açoriano equivalha ao da Região de Lisboa, seriam necessários, aproximadamente, 15.000 novos fogos de habitação (assumindo uma população relativamente constante).

Estes números, extrapolados e constituindo aproximações, não deixam, todavia, de evidenciar a existência de um significativo mercado potencial no segmento de habitação.

Este mercado deve, contudo, ter em atenção a localização das novas habitações e a recuperação de outras, atento aos movimentos de migração interna para os grandes centros e dirigido por planos concertados e globais de ordenamento.

## Edifícios Licenciados, por destino de obra

Destino da Obra	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
Actividades desportivas de pequena dimensão				1		2	3
Actividades recreativas e culturais	2	1	2	4	8	3	20
Agricultura	13	14	14	30	21	15	107
Centros comerciais				5	2	1	8
Comércio tradicional	1			18	21	25	65
Comunicações					4	1	5
Escritórios	51	37	45	20	8	8	169
Estabelecimento de restauração e de bebidas				7	9	5	21
Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural	3	11	7	6	8	5	40
Indústria extractiva	6	3	5	1	2	1	18
Indústria transformadora	10	16	8	22	17	25	98
Parques de estacionamento e interfaces				1		1	2
Pesca				1	2	1	4
Transportes			1	1	3	1	6
Unidades comerciais de dimensão relevante				8	7	3	18
Uso geral	288	207	326	243	209	202	1475
<b>TOTAL</b>	<b>374</b>	<b>289</b>	<b>408</b>	<b>368</b>	<b>321</b>	<b>299</b>	<b>2059</b>

Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

Do quadro acima destaca-se o decrescimento, após 2002, das licenças concedidas para obras relacionadas com a actividade económica. Com a excepção das obras em edifícios de “Comércio Tradicional” e “Indústria Transformadora”, todos os restantes apresentam decrescimentos após 2002, o que sugere a possível estagnação deste mercado, após o número avultado de obras até 2002.

Não sendo possível apontar um valor monetário para as obras licenciadas em edifícios destinados à actividade económica (valor de cada unidade pode ser muito diferente, consoante o edifício) podemos todavia, aferi-lo através dos montantes aplicados nos sistemas de incentivos ao investimento disponíveis.

O principal programa destinado às empresas é o PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, que integra um conjunto de instrumentos de política económica até 2006, destinados aos sectores da Indústria, Energia, Construção, Transportes, Turismo, Comércio e Serviços

## Projectos Homologados e Investimento no âmbito do PRIME (Entre 2000 e 23-5-2005)

NUTS II	SIME		SIVETUR		URBCOM	
	Nº Projectos	Investimento	Nº Projectos	Investimento	Nº Projectos	Investimento
Norte	740	2.334.249	50	61.014	1.835	237.222
Centro	493	1.676.768	27	58.590	563	59.959
Lisboa e Vale do Tejo	253	1.198.949	15	128.667	486	56.739
Alentejo	66	351.055	20	29.220	335	36.922
Algarve	35	205.190	14	81.185	165	16.979
Açores	62	268.045	1	22.774	142	18.995
Madeira	51	101.959	3	16.161	91	22.540

Fonte: Ministério da Economia  
Valores do Investimento em milhares de euros

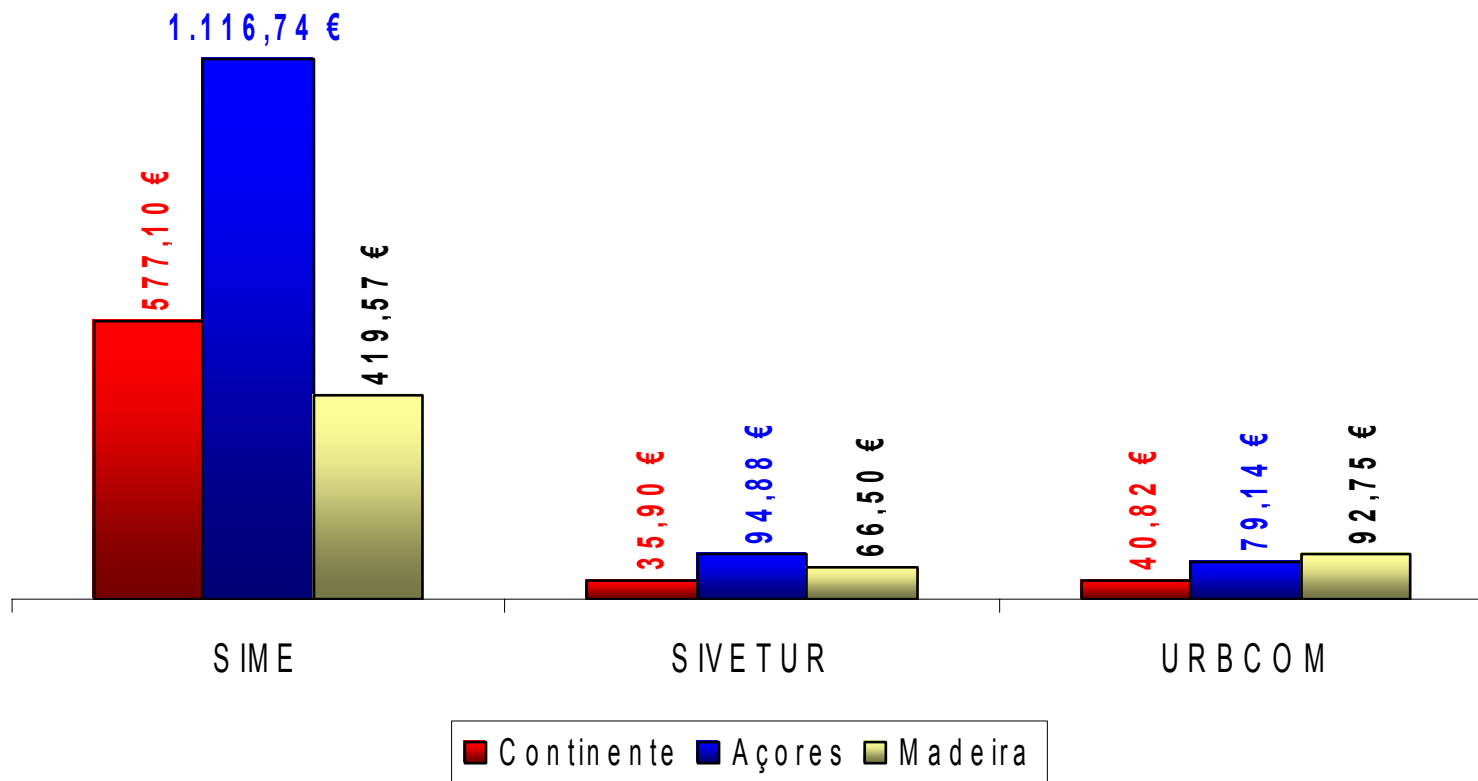
De todos os sistemas de incentivos integrados no PRIME, destacamos aqueles que maior influência, por englobarem a possível realização de obras, têm sobre o sector de Construção Civil. Estes são:

- SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial;
- SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica;
- URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial;

No global, foram aprovados, de 2000 a Maio de 2005, 205 projectos de investimento, no âmbito destes três sistemas, o que equivale a um investimento de cerca de 310 milhões de euros.

De forma a comparar o montante investido nos Açores com o das restantes Regiões portuguesas podemos utilizar um rácio Investimento/População. Como podemos ver no gráfico seguinte, à excepção do URBCOM, os rácios dos Açores são superiores aos da Madeira e aos do Continente, destacando-se o montante relativo ao SIME (1.116,74 € por cada habitante, em contraste com 577,10 € no Continente e 419,57 € na Madeira).

Investimento de Projectos ao abrigo do PRIME, por Habitante (2000 a 25-3-2005)



Fonte: Ministério da Economia  
População – estimativa para 2003 (INE – Instituto Nacional de Estatística)



Neste capítulo examinaremos a evolução da Procura Pública (Central, Regional e Local) nos últimos anos. Este segmento da Procura Dirigida assume, devido ao volume das suas obras e aos montantes envolvidos, um papel preponderante na situação financeira do sector de Construção, constituindo um importante indicador da situação do Sector.

### Concursos Públicos Adjudicados, por ilha (Entre 2001 e Julho de 2005)

ILHA	2001		2002		2003		2004		2005		TOTAL	
	Nº.	Valor	Nº.	Valor	Nº.	Valor	Nº.	Valor	Nº.	Valor	Nº.	Valor
Santa Maria	13	5,12	0	0,00	2	2,43	2	0,58	2	3,86	19	12,00
São Miguel	71	73,74	40	40,82	29	18,69	59	29,58	29	29,30	228	192,12
Terceira	30	48,67	20	17,94	14	28,23	20	31,59	8	5,58	92	132,01
Graciosa	6	5,26	4	4,55	0	0,00	1	0,07	0	0,00	11	9,89
São Jorge	13	5,48	4	3,21	5	4,85	6	13,81	1	0,42	29	27,77
Pico	22	12,41	4	9,21	14	9,75	14	11,27	8	2,46	62	45,10
Faial	6	4,81	9	4,22	4	1,48	11	12,14	9	4,82	39	27,47
Flores	3	2,33	2	0,94	5	3,73	3	7,09	1	0,24	14	14,32
Corvo	1	0,03	1	0,17	0	0,00	0	0,00	1	0,64	3	0,84
<b>TOTAL</b>	<b>165</b>	<b>157,84</b>	<b>84</b>	<b>81,05</b>	<b>73</b>	<b>69,16</b>	<b>116</b>	<b>106,13</b>	<b>59</b>	<b>47,33</b>	<b>497</b>	<b>461,52</b>

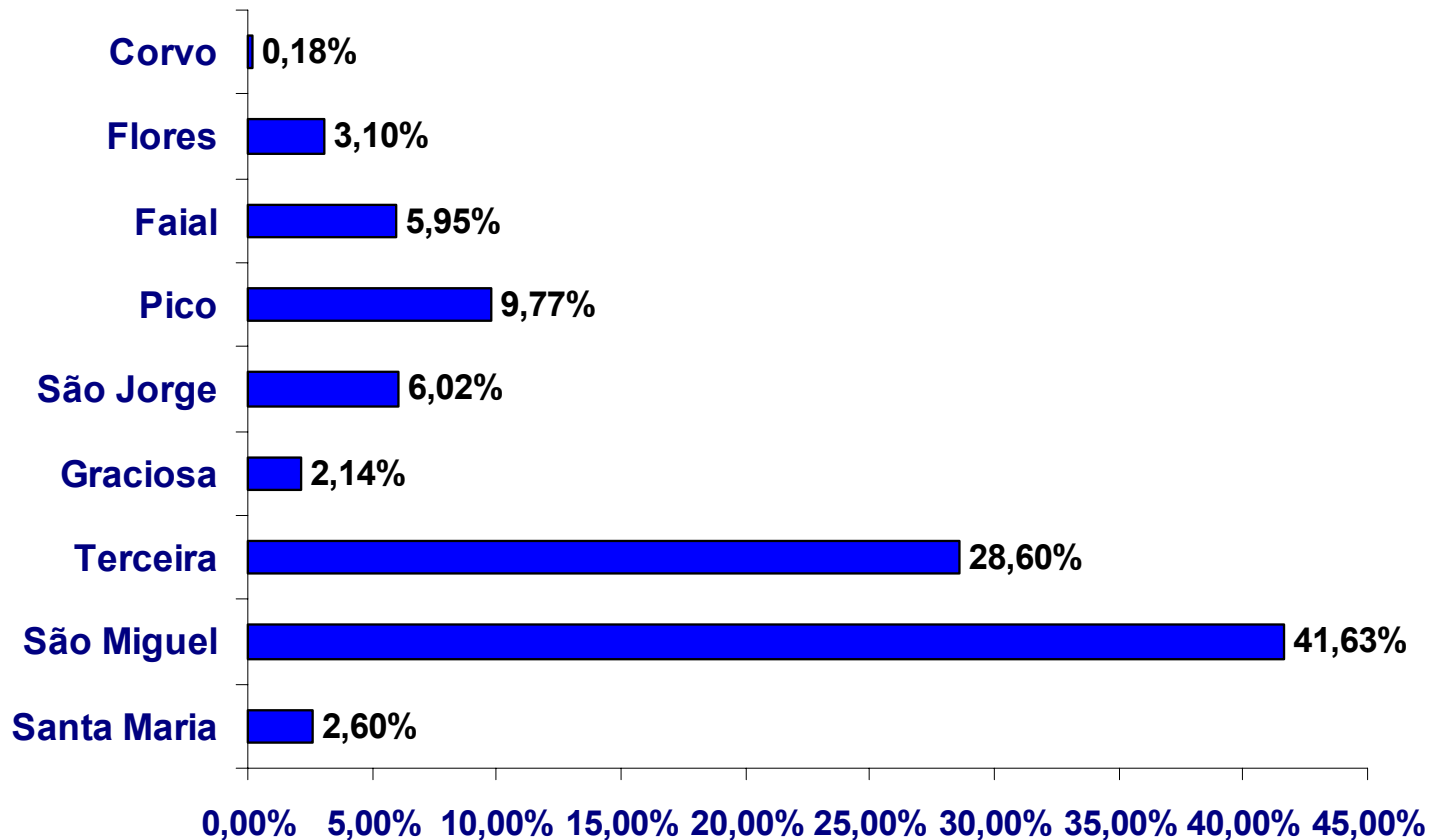
Fonte: AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas  
Valor em milhões de euros

Numa primeira abordagem à Procura Pública analisaremos os Concursos Públicos adjudicados entre 2001 e Julho de 2005, de forma a tirarmos as principais conclusões, sobre o evoluir deste segmento, no que concerne aos montantes envolvidos, à categoria do dono de obra, à distribuição geográfica e ao tipo das obras públicas realizadas.

Entre 2001 e Julho de 2005, foram adjudicados 497 concursos, o que corresponde a trabalhos realizados no valor de 461,52 milhões de euros. Após os valores registados em 2001, registaram-se nos dois anos seguintes significativos decréscimos seguido por um crescimento em 2004. Aguarda-se um pequeno decréscimo em 2005, tendo em conta que os valores registados até Julho encontravam-se abaixo dos registados em 2004, em igual período.

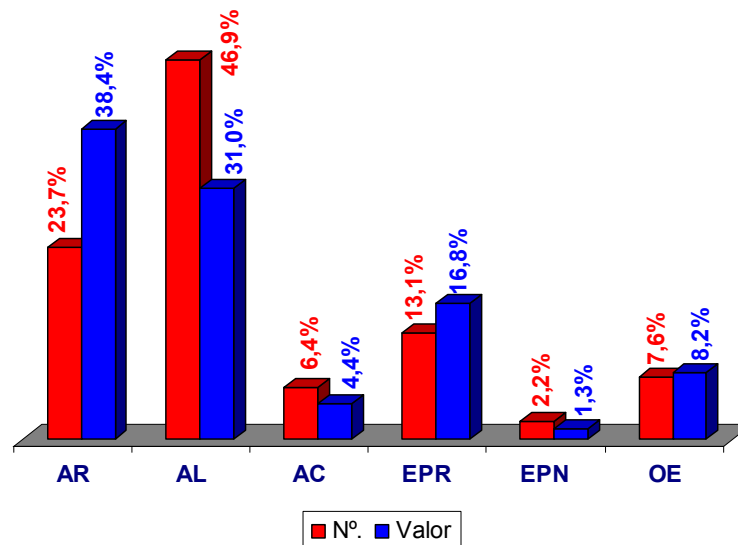
Como podemos ver no gráfico seguinte, a maioria (41,63%) dos concursos públicos adjudicados no período analisado, referem-se a obras públicas realizadas ou a realizar na ilha de São Miguel. Em segundo lugar, surge a ilha Terceira com 28,6% do total, seguindo-se a maior distância as ilhas do Pico (9,77%), de São Jorge (6,02%) e do Faial (5,95%).

Percentagem por ilha, dos Concursos Públicos Adjudicados



## Concursos Públicos Adjudicados, por categoria de Dono de Obra de 2001 a 2004

DONO DE OBRA	TOTAL	
	Nº.	Valor
Administração Regional (AR)	118	177,10
Administração Local (AL)	233	142,97
Administração Central (AC)	32	20,38
Empresas Públicas Regionais (EPR)	65	77,52
Empresas Públicas Nacionais (EPN)	11	5,92
Outras Entidades (OE)	38	37,63
<b>TOTAL</b>	<b>497</b>	<b>461,52</b>



Fonte: AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas  
Valor em milhões de euros

Ao analisarmos os valores monetários totais, a Administração Regional assume a primazia (177,10 milhões de euros que correspondem a 38,4% do total) indicativa da maior dimensão das obras realizadas pelo Governo Regional dos Açores. A Administração Local, com 142,97 milhões (31% do total), as Empresas Públicas Regionais (77,52 milhões de euros) e as Outras Entidades (37,63 milhões de euros) surgem a seguir. a Administração Central e as Empresas Públicas Nacionais surgem em último, sendo responsáveis, respectivamente por 20,38 (4,4%) e 5,92 (1,3%) milhões de euros de obras realizadas na RAA, no espaço temporal considerado

No que concerne ao número total de concursos adjudicados, a Administração Local foi o principal dono de obra, com 233 concursos adjudicados (46,9% do total). A seguir surgem a Administração Regional com 23,7% do total, as Empresas Públicas Regionais com 13,1%, Outras Entidades com 7,6%, a Administração Central com 6,4% e por fim as Empresas Públicas Nacionais com 2,2% do total.

### INVESTIMENTO DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

O Governo Regional dos Açores é o principal dono de obra dos Açores não só no que concerne ao número de obras e à sua envergadura, como especialmente aos montantes monetários envolvidos. Deste modo, a análise do investimento do Governo Regional é essencial para avaliar a situação do sector de Construção.

#### **INVESTIMENTO DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES (2001-2005), A PREÇOS CORRENTES E A PREÇOS CONSTANTES DE 2001**

	2001	2002	2003	2004	2005
Investimento Público	356,4	400,4	397	524,3	554,2
TCA	-	12,3%	-0,8%	32,1%	5,7%
Taxa de Inflação Média	-	3,9%	3,3%	2,7%	2,4%
Índice	1	1,039	1,072	1,099	1,123
Investimento Público a preços constantes de 2001	<b>356,4</b>	<b>385,4</b>	<b>370,3</b>	<b>477,1</b>	<b>493,5</b>
TCA	-	<b>8,1%</b>	<b>-3,9%</b>	<b>28,8%</b>	<b>3,4%</b>

Fonte: DREPA – Direcção Regional de Estudos e Planeamento, Planos Regionais Anuais 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005

De acordo com os Planos Regionais, publicados anualmente, o investimento inclui não só as acções promovidas directamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respectivas tutelas governamentais, promovem projectos de investimento estratégicos. Da mesma forma, os Planos Anuais incluem os investimentos financiados directamente pelos departamentos governamentais do GRA, e os investimentos financiados por outros fundos regionais, nacionais e comunitários.

O investimento do GRA apresenta, à excepção do ano de 2003, taxas de crescimento positivas. Eliminando o efeito da inflação e tomando como base os preços de 2001, o cenário não se altera drasticamente porque apesar de ligeiras alterações nas taxas de variação, mantêm-se os sinais e a tendência geral de variação.

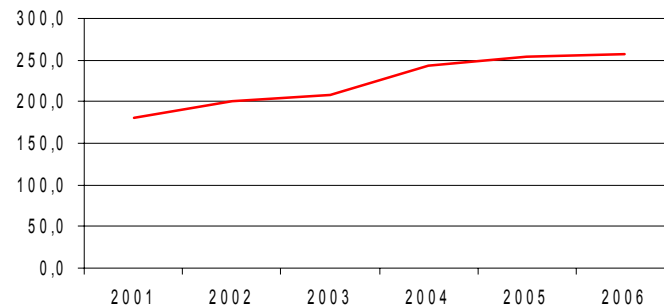
Passaremos de seguida a analisar o impacto do Investimento total do GRA no Sector de Construção.

## INVESTIMENTO DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES (2001-2005), IMPACTO NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL	MÉDIA
Investimento Total	356,4	400,4	397,0	524,3	554,2	556,9	2.789,2	464,9
Impacto no Sector	180,5	200,1	208,8	242,8	253,7	257,9	1.343,8	224,0
Proporção do total	50,6%	50,0%	52,6%	46,3%	45,8%	46,3%	48%	48%

Fonte: DREPA – Direcção Regional de Estudos e Planeamento, Planos Regionais Anuais 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 e Ante Proposta do Plano Regional Anual de 2006

Nota: Valores em milhões de euros



Os valores acima apresentados foram calculados após a análise de todas as acções previstas nos Programas inscritos nos Planos Anuais Regionais e após a estimativa do investimento que não é da responsabilidade directa dos departamentos governamentais do Governo Regional. Após o filtro aplicado, de modo a isolar as acções que implicam obras públicas, podemos estimar que dos 2.789,2 milhões de euros investidos pelo GRA, 1343,8 milhões (48%) têm impacto directo no sector de construção, o que equivale a uma média anual de gastos, de 224,0 milhões de euros.

Os montantes com impacto no sector apresentam um panorama de crescimento, notando-se todavia, um decréscimo do peso, deste tipo de despesa, no total investido (de 50,6% em 2001 para 46,3% em 2006).

Os investimentos em obras públicas concentram-se (cerca de 80% dos 1343,8 milhões) nos seguintes programas:

- **Calamidades** com 251.021.528 € entre 2001 e 2005, o que equivale a uma média anual de 50.204.306 €. Em 2006 o programa Calamidades foi repartido por outros programas, como o da Habitação ou Património e Actividades Culturais.
- **Construção e Reabilitação de Estradas Regionais e de Edifícios Públicos** com um investimento de 225.234.885 €, entre 2001 e 2006 e uma média anual de 37.539.148 €;
- **Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos**, com 170.680.990 € (25% para 2006) investidos e uma média anual de 28.446.832 €;
- **Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais** com 162.497.356 € (média de 27.082.893 €);
- **Habitação** com 106.131.908 € (média anual de 17.688.651 €);
- **Fomento Agrícola** com 80.398.663 € (média anual de 13.399.777 €) e;
- **Modernização das Infra-estruturas e da Actividade da Pesca** com 54.320.250 € (média anual de 9.053.375 €).

### INVESTIMENTO DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES (2006-2008), IMPACTO NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

A ante proposta do Plano Regional Anual de 2006, disponibilizada recentemente, aponta para um ligeiro aumento (1,7%) do investimento em infra-estruturas, salientando-se, o forte reforço dos gastos, com impacto no sector da Construção, nos campos da:

- **Construção e Reabilitação de Estradas Regionais e de Edifícios Públicos**, que consagra um investimento em obras públicas de 48.145.428 €, especialmente na beneficiação e pavimentação de diversos troços rodoviários dos Açores;
- **Habitação**, onde, incluindo os sistemas de incentivos e os acordos com o INH e os Municípios, se prevê um investimento de 43.891.058 €;
- **Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos**, onde os investimentos na Recuperação do Porto da Praia da Vitória e no projecto “Portas do Mar” serão responsáveis por cerca de 66% dos 42.742.259 € a investir;
- **Educação**, com uma previsão de investimento de 36.500.000€ em infra-estruturas educacionais; e
- **Fomento Agrícola**, com um investimento previsto de 19.530.000 €,

Para 2007 e 2008 e segundo as Orientações de Médio Prazo, a projecção de investimento total é de 914,3 milhões de euros, o que equivale a uma média anual de investimento de 304 milhões de euros (inferior ao registado entre 2001 e 2006). Os montantes com impacto no sector da Construção, foram estimados, tomando por ponderação o inscrito (Acções e Programas) no Plano Anual Regional de 2005, ano de inicio da nova legislatura e, conseqüentemente, de um novo período de planeamento.

Segundo este cenário (o mais optimista, tendo em conta que o ano de 2005 prevê um forte investimento em obras públicas) serão despendidos, em 2007 e 2008, cerca de 360 milhões de euros com impacto directo no sector da Construção, o que equivale a uma média anual de 120 milhões de euros. Esta média, menor do que a que se registou entre 2001 e 2006, é explicada, essencialmente, pela forte tendência de diminuição do peso deste tipo de investimentos (infra-estruturas) no investimento total (de 45,8% em 2005 para 38,7% em 2008).

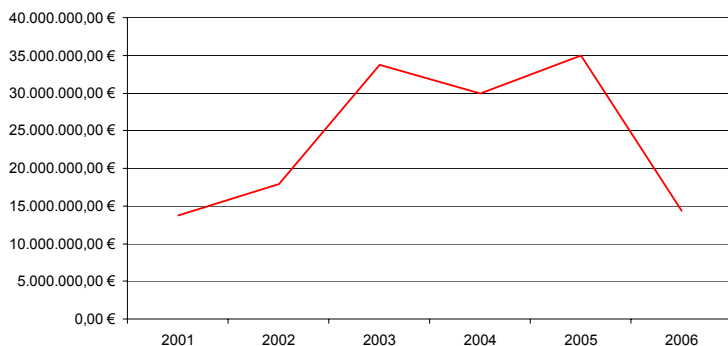
Prevê-se que a maior parte do investimento em infra-estruturas, em 2007 e 2008, siga o padrão de programação até agora registado, ou seja, uma forte relevância para os gastos em Habitação, Educação, Sistema Rodoviário, Transportes Marítimos e Fomento Agrícola.

Como referido, os valores acima apresentados, correspondem a estimativas baseadas nas projecções a médio prazo do Governo Regional dos Açores, podendo deste modo, estar aquém do futuro investimento real, especialmente se tivermos em conta, os projectos apresentados recentemente e ao facto de ainda estar em negociação o quadro dos futuros fundos comunitários.

## Investimento do Governo da República (PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central). Impacto no Sector da Construção

PROJECTOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL	MÉDIA
Sistema Judicial	22.610,51 €	1.920.826,00 €	3.300.893,00 €	2.535.000,00 €	885.000,00 €	20.000,00 €	8.684.329,51 €	1.447.388,25 €
Segurança	2.211.435,44 €	2.954.413,00 €	2.371.145,00 €	460.425,00 €	607.507,00 €	665.021,00 €	9.269.946,44 €	1.544.991,07 €
Educação	2.964.889,62 €	4.145.183,00 €	2.690.261,00 €	3.474.218,00 €	1.534.500,00 €	1.817.780,00 €	16.626.831,62 €	2.771.138,60 €
Habitação	2.757.250,03 €	7.755.400,00 €	25.311.196,00 €	22.641.181,00 €	31.451.275,00 €	11.776.147,00 €	101.692.449,03 €	16.948.741,50 €
Outros Edifícios	37.828,83 €	40.020,00 €	16.869,00 €	430.000,00 €	359.323,00 €	80.000,00 €	964.040,83 €	160.673,47 €
Requalificação Urbana	1.870.492,11 €	935.246,00 €		220.462,00 €	150.000,00 €		3.176.200,11 €	529.366,69 €
Imóveis Classificados	247.777,86 €	220.958,00 €		150.000,00 €			618.735,86 €	103.122,64 €
Infra-estruturas Energéticas	3.676.140,50 €						3.676.140,50 €	612.690,08 €
<b>TOTAL</b>	<b>13.788.424,90 €</b>	<b>17.972.046,00 €</b>	<b>33.690.364,00 €</b>	<b>29.911.286,00 €</b>	<b>34.987.605,00 €</b>	<b>14.358.948,00 €</b>	<b>144.708.673,90 €</b>	<b>24.118.112,32 €</b>

Fonte: DPP – Direcção de Prospectiva e Planeamento, Relatórios de Execução PIDDAC 2001, 2002 e 2003, e PIDDAC 2004, 2005 e 2006



Isolando os montantes com influência no sector da Construção, o Governo da República investiu ou irá investir, entre 2001 e 2006 um montante de 144.768.673,9 € o que corresponde a uma média anual de 24.118.112,32 €.

Dos projectos presentes nos vários PIDDAC's analisados destacam-se, sobretudo, os que, sobre a alçada do Instituto Nacional de Habitação (INH), promovem a construção de edifícios habitacionais a custos controlados, quer após calamidades, quer através de programas de realojamento de famílias carenciadas.

Os investimentos em habitação entre 2001 e 2006 são de 101.692.449,03 € (cerca de 70% do total), salientando-se o grande crescimento registado após 2002, explicativo da variação apresentada no gráfico onde ilustra-se a evolução do investimento total com impacto no sector da Construção. Em 2006, em consonância com o panorama nacional, prevê-se uma forte descida do investimento do Governo da República Portuguesa.

Com alguma relevância, surge igualmente o investimento em Educação composto, essencialmente, pelos investimentos da Universidade dos Açores. Neste campo o investimento total é de 16.626.831,62 €, numa média anual de 2.771.138,60 €.

## Investimento Municipal

As autarquias açorianas são um importante dono de obra, desenvolvendo no âmbito das suas competências, obras nos campos dos transportes (rede viária municipal), Equipamento Rural e Urbano (ex. ruas e arruamentos, espaços Verdes, etc.), Energia (iluminação pública urbana e rural), Educação (ex. construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico), Património, Cultura e Ciência, Tempos Livres e Desporto (ex. instalações desportivas), Saúde (ex. construção e manutenção de centros de saúde), Acção Social (ex. construção de creches, jardins de infância, lares de idosos, etc.).

### Investimento Municipal, por área de Investimento (1999-2003)

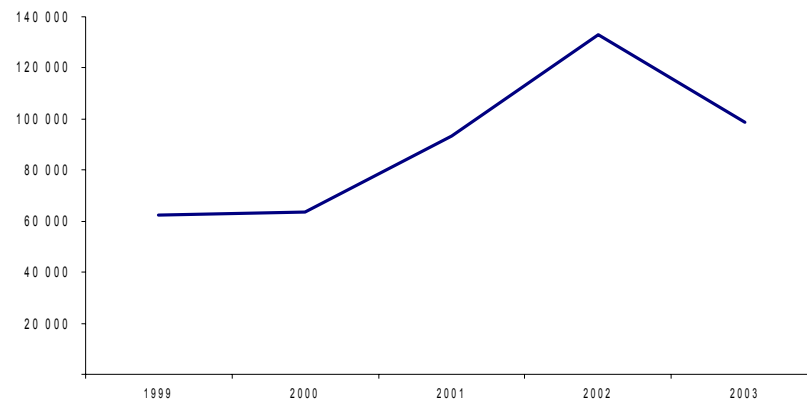
Unidade: milhares de euros

Áreas de Investimento	1999	2000	99-00	2001	00-01	2002	01-02	2003	02-03	Médias
Terrenos e Habitação	3 767	5 672	50,6%	9 956	75,5%	23 877	139,8%	23 645	-1,0%	13 383 66,2%
Inst. Serviços e outros Edifícios	3 839	3 286	-14,4%	3 076	-6,4%	4 795	55,9%	4 219	-12,0%	3 843 5,8%
Educação e Desportos	14 604	16 960	16,1%	24 140	42,3%	33 233	37,7%	25 413	-23,5%	22 870 18,2%
Rede Viária	14 859	14 866	0,0%	22 528	51,5%	28 625	27,1%	15 540	-45,7%	19 284 8,2%
Água e Esgotos	12 793	9 680	-24,3%	15 115	56,1%	17 875	18,3%	6 633	-62,9%	12 419 -3,2%
Lixos	1 359	1 096	-19,4%	759	-30,7%	499	-34,3%	1 203	141,1%	983 14,2%
Outras Construções	1 525	1 926	26,3%	3 144	63,2%	10 734	241,4%	8 675	-19,2%	5 201 77,9%
Equipamento e Material de Transporte	4 035	3 675	-8,9%	4 286	16,6%	5 160	20,4%	4 196	-18,7%	4 270 2,4%
Outros	5 860	6 421	9,6%	10 240	59,5%	8 054	-21,3%	9 254	14,9%	7 966 15,7%
<b>Total</b>	<b>62 641</b>	<b>63 582</b>	<b>1,5%</b>	<b>93 244</b>	<b>46,7%</b>	<b>132 852</b>	<b>42,5%</b>	<b>98 778</b>	<b>-25,6%</b>	<b>90 219 22,8%</b>

Fonte: DROAP – Finanças Locais 2003

O Investimento Municipal apresentou até 2002, taxas de crescimento positivas, destacando-se o ano de 2002 onde foram investidos 132,8 milhões de euros. Assistiu-se após este ano a um decréscimo do valor investido, acima, porém, dos totais registados antes de 2002, o que se traduz numa taxa de crescimento média anual de 22,8%.

O impacto deste investimento no sector de Construção Civil é substancial, especialmente tendo em conta que as áreas com maior peso incluem fortes investimentos em obras de construção e engenharia.





### Investimento Municipal, em 2003, por área de Investimento e ilha

Neste aspecto destacam-se as áreas de Educação e Desportos com 25,3% da média total (incluem, essencialmente investimentos em infra-estruturas desportivas e recreativas), a área Rede Viária com 21,4% (destaque para a viação rural), a área de Terrenos e Habitação com 14,8% e a área de Redes e Esgotos (especialmente saneamento básico) com 13,8%.

Áreas de Investimento	Santa Maria	São Miguel	Terceira	Graciosa	São Jorge	Pico	Faial	Flores	Corvo	TOTAL
Terrenos e Habitação	59 234	15 663 886	6 790 407	66 138	767 654	22 508	49 999	225 381		23 645 207
Inst. Serviços e outros Edifícios	72 832	1 908 724	724 428	8 998	398 098	130 851	555 450	182 332	236 969	4 218 682
Educação e Desportos	134 597	9 871 990	10 191 809	163 937	172 269	2 314 121	2 276 444	227 119	60 518	25 412 804
Rede Viária	8 756	7 892 772	3 113 942	67 879	1 027 038	1 716 016	569 304	1 144 464	168	15 540 339
Água e Esgotos	1 305	2 201 216	1 764 060	548 721	368 819	1 482 990	225 535	7 228	32 704	6 632 578
Lixos	60 231	876 539	47 794	115 233	6 348	63 618	17 453		15 898	1 203 114
Outras Construções	1 826 302	5 085 705	747 731	1 749	79 637	141 631	292 902	132 739	366 388	8 674 784
Equipamento e Material de Transporte	256 858	1 940 259	617 911	126 673	428 448	239 992	202 156	332 963	50 835	4 196 095
Outros	161 378	4 763 665	988 932	71 732	375 537	1 048 696	1 224 339	494 966	124 673	9 253 918
<b>Total</b>	<b>2 581 493</b>	<b>50 204 756</b>	<b>24 987 014</b>	<b>1 171 060</b>	<b>3 623 848</b>	<b>7 160 423</b>	<b>5 413 582</b>	<b>2 747 192</b>	<b>888 154</b>	<b>98 777 522</b>
Percentagem	2,6%	50,8%	25,3%	1,2%	3,7%	7,2%	5,5%	2,8%	0,9%	100,0%

Fonte: DROAP – Finanças Locais 2003  
Unidade: milhares de euros

As Câmaras Municipais de São Miguel foram responsáveis, em 2003, por mais de metade (60,8%) do investimento municipal do Arquipélago dos Açores, destacando-se nesta ilha os investimentos realizados na área de Terrenos e Habitação. Em segundo lugar, surgem as Câmaras da Ilha Terceira que representaram 26,3% do investimento municipal total (destaque para os investimentos em Educação e Desportos).

Para além destas duas ilhas, acima dos 5% do total investido em 2003, surgem as ilhas do Pico (7,2%) e do Faial (6,6%).

## **V. CONTEXTO DO SECTOR**

**V.1 Inquérito às Empresas**

**V.2 Recursos Humanos**

**V.3 Pontos Fortes e Pontos Fracos**

**V.4 Ameaças e Oportunidades**

**V.5 Cenários Evolutivos**

**V.6 Plano de Acções a Implementar**

**V.7 Síntese dos Objectivos Estratégicos**

No presente capítulo examinaremos, de forma detalhada, o contexto do sector da Construção e das empresas que nele operam, destacando as principais características (limitativas ou potenciadoras) do desempenho da sua actividade. Deste modo, tentaremos identificar os principais pontos fracos e pontos fortes das empresas do sector, as fundamentais ameaças ao sector, e as oportunidades de negócio mais importantes a médio prazo.

Começaremos por destacar as principais conclusões extraídas dos inquéritos lançados às empresas. Neste âmbito, as empresas foram inquiridas, retrospectivamente, sobre as estratégias desenvolvidas, os factores que mais influenciaram o desempenho da sua actividade, sobre a realização ou não de investimento e sobre os factores motivadores deste. De forma prospectiva, os empresários identificaram as suas principais expectativas para o sector e para a sua empresa, os mais importantes constrangimentos presentes e futuros ao desempenho global do sector e as tendências de estruturação do mercado.

Dada a relevante importância da produtividade do trabalho nas estruturas financeiras das empresas (diminuição de custos e aumento de proveitos) e na competitividade destas perante factores exógenos, será efectuada uma análise das principais características definidoras de um empregado médio do sector e as políticas de formação desenvolvidas. Como a falta de uma política de qualidade, segurança no trabalho tem contribuído para o denegrir da imagem do sector perante a sociedade, em geral e os clientes, em particular, afastando igualmente, trabalhadores com melhores habilitações e qualificações; destacaremos igualmente estes factores inibidores.

Após as análises estatísticas precedentes, os inquéritos efectuados e as entrevistas realizados junto dos principais “players” do mercado, identificaremos os principais pontos fortes e pontos fracos das empresas, as mais importantes ameaças ao desempenho global do sector e, por fim, as mais relevantes oportunidades de negócio com que se depararão os gestores, nos próximos anos.

Por fim e em forma de síntese, apresentaremos os objectivos estratégicos que, na nossa opinião e após todo o levantamento efectuado, deverão estar na linha da frente das políticas a desenvolver pelas empresas do sector de modo a enfrentarem com sucesso o futuro.

## V.1 Inquérito às Empresas

O inquérito efectuado elaborado pela Norma-Açores, SA e efectuado junto dos empresários do sector, seguiu a seguinte metodologia de classificação de respostas:

- 1- Nada
- 2- Pouco
- 3- Médio
- 4- Bastante
- 5- Muito

## PRINCIPAIS GUIDELINES ESTRATÉGICAS NOS 6 ANOS ANTERIORES:

	MÉDIA
Segurança	3,27
Modernização de equipamento	2,86
Alargamento do número de produtos ou serviços	2,68
Assistência Pós-Venda	2,32
Diversificação do tipo de obras	2,32

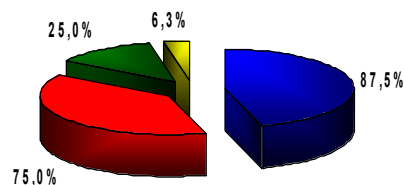
A segurança constituiu, nos últimos 6 anos, a principal preocupação das empresas inquiridas, encontrando-se com a média de 3,27 no topo das “guidelines” estratégicas das empresas. A Modernização do Equipamento (2,86) e o Alargamento do Número de Produtos e Serviços (2,68) ocuparam igualmente algum relevo.

## FACTORES COM MAIOR INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO DA ACTIVIDADE:

	MÉDIA
Preços praticados pelos concorrentes são mais baixos	2,92
Diversidade de oferta de produtos dos concorrentes	2,88
Individualismo dos empresários do sector	2,79
Dinâmica das empresas similares	2,38
Acesso a informação especializada	2,21

No que concerne aos factores que mais influíram no desempenho da actividade, foram destacados pelos inquiridos: os preços praticados pela concorrência (2,92), a diversidade de oferta da concorrência (2,88) e o individualismo dos empresários do sector (2,79).

## REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO



■ Aquisição de novos equipamentos
■ Enfrentar a concorrência
■ Aproveitar os sistemas de incentivos
■ Introdução de novos tipos de obra na sua carteira de negócios

A maioria (58,3%) das empresas inquiridas realizaram, nos últimos 6 anos, investimentos. Os factores motivadores destes investimentos foram, por ordem decrescente de importância: Aquisição de Novos Equipamentos (87,5% das empresas que investiram); Enfrentar a Concorrência (75,0%); Aproveitar Sistemas de Incentivos (25%) e, por fim e de limitada importância, a Introdução de Novos Tipos de Obra na sua Carteira de Negócios (6,3%).

## TENDÊNCIAS DA ESTRUTURA COMERCIAL:

	MÉDIA
Aparecimento de novos concorrentes	3,27
Quotas de Mercado – Manutenção do panorama actual	2,09
Quotas de Mercado – Concentração em algumas empresas	2,00
Quotas de Mercado – Dispersão por várias empresas	1,86
Saída do negócio por parte dos seus actuais concorrentes	1,82

Em relação à futura estrutura empresarial do mercado, o agudizar da concorrência, recebe os maiores valores (3,27). Com menor importância surgem, a manutenção do presente panorama de quotas de mercado (2,09), ou por outro lado, a concentração destas em algumas empresas (2,00).

## PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS AO DESEMPENHO DO SECTOR:

	MÉDIA
Burocracia	3,44
Diminuição do Poder de Compra (Crise económica)	3,19
Falta de mão-de-obra qualificada	3,07
Insularidade	2,85
A concorrência de empresas fora da Região	2,81
Dimensão do Mercado	2,52
Custos dos transportes	2,52
A não protecção das empresas regionais pelo Governo Regional	2,11
Dificuldade de receber dos promotores	2,04

Os principais constrangimentos, apontados pelas empresas, ao desempenho do sector são, por ordem decrescente de influência: a Burocracia (3,44), a Diminuição do Poder de Compra (3,07), a Falta de Mão-de-obra Qualificada (3,07), a Insularidade (2,85) e a Concorrência de Empresas Externas (2,81).

## EXPECTATIVAS SOBRE O FUTURO DO SECTOR:

	MÉDIA
Manter-se a actual situação	45,5%
Melhorar a actual situação	42,4%
Piorar a actual situação	12,1%

Apenas 12,1% das empresas inquiridas apontaram como pessimista o futuro do sector. Deste modo, 42,4% esperam uma melhoria da situação e 45,5% que esta irá piorar.

## PERSPECTIVAS PARA A EMPRESA A MÉDIO PRAZO:

	MÉDIA
Melhorar o seu sistema de planeamento e controle das obras	61,9%
Melhorar o seu sistema de programação de obras	61,9%
Implementação de medidas de higiene, segurança e saúde	57,1%
Diminuir custos estruturais	38,1%
Implementação de planos de qualidade nas obras	33,3%
Formação de Pessoal	28,6%
Implementação sistemas de certificação da qualidade da empresa	28,6%
Diversificação dos seus tipos de obras	14,3%
Investimento em novas ferramentas técnicas de gestão	14,3%

No que concerne às principais perspectivas/estratégias para o futuro, a médio prazo, da sua empresa, os empresários destacaram a aposta em investimentos incorpóreos. Deste modo, 61,9% desejam melhorar o seu sistema de planeamento e controlo de obras e o seu sistema de programação de obras e 57,1% pretendem implementar medidas de higiene, segurança e saúde. Com alguma relevância surgem ainda a diminuição de custos estruturais (38,1%) e a implementação de planos de qualidade nas obras (33,3%).

Tendo em conta a importância que a formação dos recursos humanos detém na produtividade e competitividade das empresas devemos estudar mais atentamente a perspectiva dos empresários do sector em relação a este factor.

## V.2 Recursos Humanos



### Recursos Humanos:

Apesar de pequenas diferenças, entre empresas pequenas e empresas grandes, os trabalhadores do sector apresentam, em geral, baixos níveis de literacia e qualificação. Como visto anteriormente, mais de metade da mão-de-obra do sector detêm menos do que quatro anos de escolaridade. Este panorama repercute-se e justifica, em última instância, os menores níveis de produtividade e as parcas capacidades competitivas.

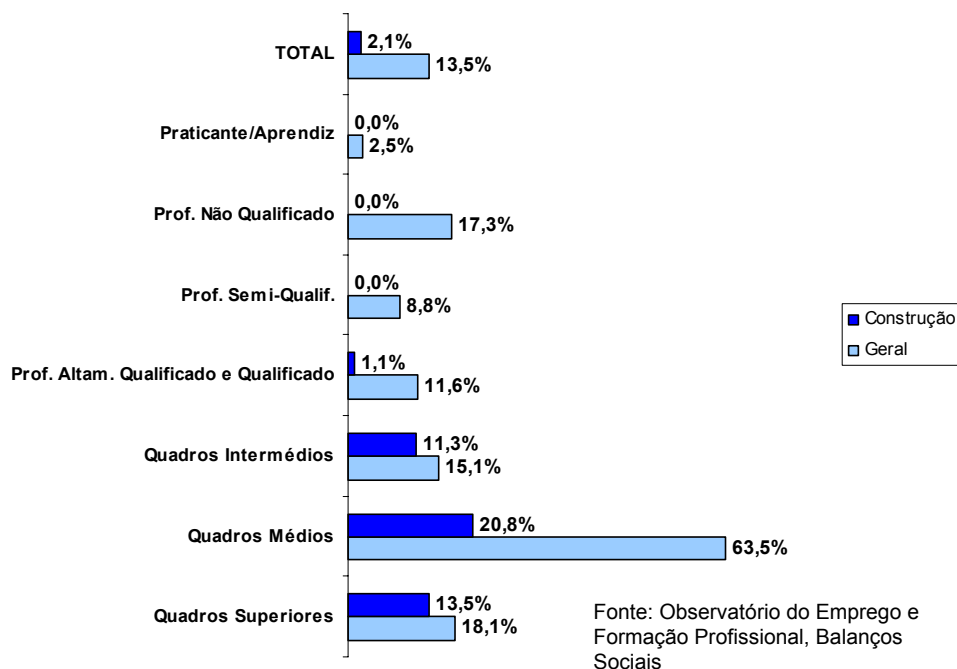
Como visto após o levantamento efectuado através dos inquéritos e entrevistas realizadas, apesar de as empresas identificarem a falta de mão-de-obra qualificada como um importante problema, pouco têm investido para resolver tal problema. Por exemplo, apenas 12,5% das empresas inquiridas afirmou ter investido, nos últimos 6 anos, na formação dos seus trabalhadores. De igual modo, apenas 28,6% dos inquiridos assinalaram a formação do pessoal como um investimento a realizar nos próximos 3 anos, realçando-se, neste sentido, as empresas maiores. Todavia, apesar de as empresas maiores apresentarem, como seria de esperar, melhores resultados do que as pequenas, os Balanços Sociais de 2003 que tiveram por amostra 44 empresas açorianas com mais de 100 trabalhadores, mostra-nos que, comparativamente com outros sectores, a formação ocupa pouco relevo na estratégia das empresas de construção.

Sector de Actividade (CAE)	Custo Médio
C INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	269 €
D INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	187 €
E ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA	1.258 €
F CONSTRUÇÃO	92 €
G COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO	189 €
H ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO	311 €
I TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.169 €
J ACTIVIDADES FINANCEIRAS	104 €
N SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	654 €

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional, Balanços Sociais 2003

O quadro acima mostra-nos, por sector CAE, o custo médio que cada entidade patronal teve, em 2003, na formação dos seus trabalhadores.

Da comparação entre sectores relevantes, destaca-se imediatamente o baixo valor apresentado pelo sector de Construção (92 € por trabalhador), o menor investimento das actividades referidas no quadro.



O gráfico mostra-nos a percentagem de trabalhadores que participaram, em 2003, em acções de formação.

É notória, a diferença existente entre o sector de Construção e a Média total. Deste modo, apenas 2,1% dos trabalhadores empregados no sector de construção participaram em acções de formação, em oposição com os 13,5% da Média Total.

Este cenário é idêntico em todas as categorias de qualificação, destacando-se a grande diferença no caso dos quadros médios.

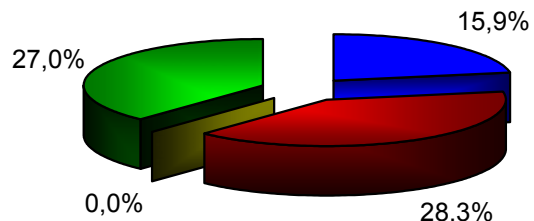
Neste aspecto, é importante destacar o caso dos Encarregados de Construção Civil, cujas tarefas, de cariz essencialmente operacional, são decisivas para a qualidade e produtividade dos trabalhos.

Estes trabalhadores, primeiros supervisores da boa realização das obras, não dispõem, normalmente, de um plano formal de formação, sendo na maior parte dos casos, mestres promovidos. Estes, mesmo que tecnicamente competentes, dificilmente detêm os conhecimentos (coordenação de equipas, gestão de conflitos ou princípios básicos de engenharia, topografia, gestão, segurança e higiene) necessários para o desempenho pleno e eficaz das suas funções

Uma boa parte deste problema de capital humano, poderia ser resolvido caso existissem melhores condições de segurança e higiene no trabalho. De facto, muitos trabalhadores com melhores habilitações e quantificações preferem, mesmo com um salário inferior, outros sectores que ofereçam maior segurança no trabalho ou melhores condições de higiene.

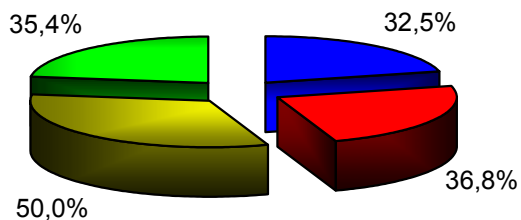
### Acidentes de Trabalho no Sector da Construção (Percentagem do Total) em 1996 e 2003

1996



■ S/ Baixa ■ C/ Baixa ■ Mortais ■ Total

2003



Os gráficos adjacentes mostram-nos os acidentes de trabalho verificados em empresas de Construção com 100 ou mais trabalhadores.

Em 1996, apesar de constituir 9,7% da amostra, 27% dos acidentes registados verificaram-se no sector da Construção. Neste ano, o sector das Indústrias Transformadoras (41,9% da amostra) apresentou os piores resultados com 49,4% dos acidentes registados.

Sete anos depois e representando 18,2% da amostra, nota-se uma retrocesso, com o sector da Construção a apresentar os piores resultados (35,4% dos acidentes de trabalho).

Este panorama é ainda mais negativo se tivermos em conta que são estas as empresas que, em principio, oferecem melhores condições aos seus trabalhadores, sendo de esperar que a situação seja ainda pior nas pequenas médias e empresas, onde poucas ou nenhuma medidas de segurança são implementadas.

## V.3 Pontos Fortes e Pontos Fracos

## V.3 PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS



A análise de todos os dados disponíveis (estatísticas, inquéritos e entrevistas) permitiram-nos identificar os mais importantes pontos fortes e pontos fracos das empresas do sector:

<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>Peso na economia açoriana</b>	<b>Qualificação dos Recursos Humanos</b>
<b>Peso indirecto na restante actividade económica</b>	<b>Prazos de execução</b>
<b>Conhecimento do mercado açoriano</b>	<b>Qualidade dos trabalhos</b>
<b>Integração da actividade a montante</b>	<b>Sobre capacidade em algumas das ilhas</b>
<b>Aproveitamento dos recursos e apoios postos à disposição do sector</b>	<b>Falta de certificação em qualidade, ambiente, segurança, higiene e responsabilidade social</b>
<b>Facilidade de acesso à banca</b>	<b>Fraca especialização</b>
<b>Capacidade instalada</b>	<b>Espírito de parceria e cooperação</b>
	<b>Vulnerabilidade financeira</b>
	<b>Capacidade de diversificação de actividades</b>
	<b>Materiais Utilizados</b>
	<b>Processos de gestão</b>
	<b>Informalidade do sector</b>

De seguida, analisaremos, de forma mais minuciosa, cada um dos factores descritos acima.

### **Peso na economia açoriana (VAB e Emprego):**

Representando 15,5% do emprego (2º Trimestre de 2005) e 8,3% do VAB (2002), o sector da Construção é de grande relevância para a economia açoriana, sendo um dos principais agentes do processo de desenvolvimento económico e encontrando-se firmemente ligado às estratégias desenvolvidas para este fim. Este factores proporcionam uma forte capacidade de lobby ao sector, colocando os seus empresários na linha da frente do processo político de tomada de decisão.

### **Peso indirecto na restante actividade económica:**

O sector da Construção por recorrer a uma vasta rede de inputs e pelo impacto que tem na formação de capital fixo, produz uma extensa cadeia de valor, contribuindo para o surgir de externalidades positivas e para o gerar de efeitos multiplicadores a montante e a jusante. Este impacto indirecto na economia, enaltece a importância do sector como força motriz do desenvolvimento económico e concede maior poder de pressão aos seus principais operantes.

### **Conhecimento do mercado açoriano:**

O conhecimento do mercado, o relacionamento e proximidade com os donos de obra, bem como, das suas expectativas e necessidades, contribuem para o aparecimento de uma relação mais informal com a Procura e permitem o estabelecer de pontes de decisão e diálogo que se traduzem numa maior eficácia global e que constituem um importante ponto forte, face a concorrentes externos.

### **Integração da actividade a montante:**

A integração da actividade a montante (britas, betões, betuminosos, etc.) para além de proporcionar uma maior capacidade de resposta face à Procura, contribui para enriquecer as cadeias de valor das empresas, gerando uma maior capacidade de retenção de valor.

### **Aproveitamento dos recursos e apoios postos à disposição do sector:**

Nos últimos anos foram colocadas à disposição do sector, por força dos quadros comunitários de apoio, vastos recursos e apoios que contribuíram, por exemplo, para o **aumento da capacidade instalada** em algumas ilhas e deste modo, aumentando a capacidade de resposta perante obras de grande envergadura.

### **Facilidade de acesso à banca:**

Consequência do maior conhecimento do meio envolvente que permite o estreitar de relações com os outros agentes económicos, dos quais se destacam, neste aspecto, as instituições financeiras, as empresas de construção beneficiam, de uma importante facilidade de acesso a empréstimos que aliada às baixas taxas de juro, constituí um importante ponto forte no desempenho da sua actividade

### **Qualificação dos recursos humanos:**

As reduzidas qualificações e os baixos níveis de literacia são, como visto no último capítulo, um dos mais importantes pontos fracos das empresas do sector, sendo responsáveis pela diminuta produtividade e contribuindo para a falta de competitividade.

### **Prazos de execução:**

O não cumprimento dos prazos de execução por parte das empresas do sector constitui um dos importantes pontos fracos do sector afectando negativamente a imagem do sector e, especialmente, o nível de confiança por parte dos clientes. Apesar de causados, muitas vezes por deficiências do próprio projecto, os atrasos devem-se na maior parte das vezes a um mau planeamento de obras.

### **Qualidade dos trabalhos:**

Nota-se, especialmente nas empresas mais pequenas, que o produto final não cumpre muitos dos critérios de qualidade pretendidos. Este facto é, sobretudo, evidente no que toca aos trabalhos de acabamento que se repercutem, por exemplo, em parques isolamentos e insonorizações.

### **Sobre capacidade em algumas das ilhas:**

O excesso de capacidade instalada em algumas ilhas, em termos de equipamento e pessoal origina custos de desperdício.

### **Materiais Utilizados:**

Normalmente, os materiais de construção utilizados, carecem de qualquer tipo de certificação ou homologação, não reunindo critérios de qualidade adequados e não estando adequados às características climáticas e morfológicas da Região.

### **Fraca especialização:**

São poucas as empresas que se dedicam a trabalhos especializados (ex. impermeabilizações, armações de ferro, cofragens, canalizações, etc.). A fraca especialização das empresas regionais facilita a entrada de empresas exteriores e dificulta a criação de um ambiente vantajoso para o desenvolvimento de parcerias.

### **Espírito de parceria e cooperação:**

A mentalidade familiar e individualista de muitas das empresas impede, geralmente, a prática de consórcio, ou mesmo a adesão a estruturas associativas. Este facto, impede as empresas de diluir riscos ao entrarem em segmentos de negócio onde não detêm a dimensão mínima para serem rentáveis.

### **Vulnerabilidade financeira:**

A fragilidade financeira das empresas, com autonomias financeiras relativamente baixas, expõe as empresas às flutuações do mercado financeiro,

Directamente relacionado com este facto, encontram-se os atrasos nos pagamentos por alguns importantes agentes da procura, que limitam a liquidez da maior parte das empresas.

### **Falta de certificação em qualidade/ambiente/segurança/higiene/responsabilidade social:**

Em primeiro lugar, a inexistência de mecanismos de controlo da qualidade não optimiza a qualidade na perspectiva do cliente e assim, não se obtendo os melhores resultados no que concerne à satisfação deste (principal vantagem face à concorrência interna e externa). Um sistema da qualidade, segurança, higiene e ambiente implementado origina identificação de processos e padronização de procedimentos.

A reduzida atenção dada pelas empresas aos temas ambientais e sociais é igualmente prejudicial, contribuindo fortemente para o denegrir do sector perante a sociedade em geral e os clientes, em particular.

### **Capacidade de diversificação de actividades**

A diminuta capacidade de diversificação de actividades é um dos importantes pontos fracos do sector, limitando a sua adaptação a alterações na conjuntura económica.

### **Processos de gestão:**

A grande maioria das empresas do sector não utiliza processos/sistemas de gestão modernos, sendo reduzida a aplicação de Sistemas de Informação / Tecnologias de Informação e Sistemas de Informação de Gestão na contabilidade, planeamento e orçamentação de obras, logística etc. Não existindo uma clara avaliação da rentabilidade dos trabalhos e um completo planeamento de obras, as empresas não conseguem maximizar os lucros. Para além disso, não existe uma política empresarial de “out-sourcing” o que limita igualmente a aplicação de novos sistemas.

### **Informalidade do sector**

O facto de existirem demasiadas empresas e trabalhadores a operarem no limiar da legalidade ou fora desta, explica e encontra-se na base da maior parte dos problemas destacados até aqui. Esta pulverização de empresas informais é causadora de concorrência desleal e limita, em grande parte, o desenvolvimento qualitativo do sector.



## V.4 Ameaças e Oportunidades

## V.4 AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA O SECTOR



Neste capítulo apresentaremos os principais factores que a, médio prazo, poderão constituir uma ameaça ao desempenho do sector da construção. Da mesma forma, apresentaremos as principais oportunidades de negócios identificadas, após a análise retrospectiva e prospectiva da procura dirigida ao sector.

<b>AMEAÇAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<b>Mercado interno reduzido e fragmentado</b>	<b>Sistema Rodoviário Regional</b>
<b>Custos da insularidade e dupla insularidade</b>	<b>Reparação de Vias de Comunicação (portos e aeroportos)</b>
<b>Aumento do preço do petróleo</b>	<b>Trabalhos na Sequência de Calamidades</b>
<b>Crise económica</b>	<b>Habitação</b>
<b>Concorrência excessiva</b>	<b>Agricultura e Florestas</b>
<b>Dependência face aos ciclos políticos e económicos</b>	<b>“IV Quadro Comunitário de Apoio”</b>
<b>Falta de pólos de investigação e desenvolvimento (I&amp;D)</b>	<b>Turismo</b>
<b>A legislação em vigor</b>	<b>Outros:</b> Ordenamento Urbano Património Cultural Solidariedade Social Pólos Empresariais

De seguida, analisaremos, de forma mais minuciosa, cada um dos factores descritos acima.

### **Mercado interno reduzido e fragmentado:**

As características geográficas e demográficas da RAA implicam que o mercado seja reduzido e fragmentado, o que limita em muito o potencial de crescimento do sector.

### **Custos da insularidade e dupla insularidade:**

Esta ameaça, de cariz essencialmente geográfico, afecta toda a economia açoriana, sentindo-se essencialmente nos custos de transportes. Nos Açores existe igualmente o fenómeno da dupla insularidade, onde as ilhas mais pequenas, para além de afastadas dos centros nacionais, encontram-se longe dos centros nevralgicos do arquipélago.

### **Ameaça macroeconómica – aumento do preço do petróleo:**

O continuo aumento do preço do barril de petróleo poderá ter, a médio prazo, graves consequências na economia açoriana, especialmente, devido ao aumento dos custos dos transportes.

### **Crise económica:**

A actual crise económica europeia e nacional é uma das ameaças com que se defronta o sector, não só porque implica uma diminuição directa e presente do poder de compra, como também porque tem forte influência nas expectativas dos agentes económicos, limitando a existência de projectos de construção a médio prazo.

### **Concorrência Excessiva:**

O excesso de empresas, normalmente, de carácter informal e operantes no limite da legalidade poderá constituir uma ameaça ao desenvolvimento qualitativo do sector. A concorrência externa (níveis superiores de produtividade e competitividade) é igualmente um das ameaças ao sector.

### **Dependência face aos ciclos políticos e económicos:**

Devido à diminuta flexibilidade (de gestão e de diversificação de actividades) das empresas, o sector é dependente em demasia de flutuações económicas exógenas. De igual modo, como é excessivamente dependente da procura pública, o ciclo de obras encontra-se intimamente ligado ao ciclo político o que é impeditivo de um adequado planeamento a longo prazo.

### **Falta de pólos de investigação e desenvolvimento (I&D):**

A inexistência de pólos de investigação ou o mau funcionamento dos que existem constitui um forte entrave ao desenvolvimento tecnológico do sector, mormente, no que concerne ao uso ou certificação de novos e melhores materiais de construção.

Não existe, igualmente, uma tradição de ligação entre as instituições de ensino e as empresas do sector, ligação que poderia ser benéfica para o atenuar dos problemas de recursos humanos do sector.

### **A legislação em vigor:**

O quadro jurídico em vigor para o sector, especialmente, no que diz respeito aos concursos públicos poderá constituir uma ameaça no sentido em que não é adequado ao contexto açoriano, não premeia a eficiência e não combate de forma eficaz a pouca estruturação (informalidade) do sector. Neste item, similar importância deve ser dada à legislação mais geral nos domínios do trabalho, segurança social, fiscalidade, etc.

### **Sistema Rodoviário Regional:**

O investimento em estradas tem sido uma das prioridades do Governo Regional dos Açores. A necessitada ampliação do sistema rodoviário em algumas ilhas, com destaque para São Miguel e Terceira, bem como, a necessidade de manutenção e reparação de muitos troços rodoviários (em todas as ilhas) permite-nos antever um forte volume de trabalhos neste campo com a consequente repercussão no sector da construção.

### **Vias de Comunicação (portos e aeroportos):**

O esperado aumento do volume de tráfego (passageiros e mercadorias) nos portos e aeroportos dos Açores, consequência essencialmente da crescente aposta no sector turístico levará, brevemente, a que seja indispensável a realização de obras nos principais pontos de entrada do arquipélago, de forma a que as infra-estruturas se coadunem com a procura turística almejada. É exemplo disso, o projecto do terminal marítimo de Ponta Delgada (“Portas do Mar”) que comporta, nos próximos anos, um investimento superior a 45 milhões de euros.

### **Trabalhos na Sequência de Calamidades:**

O Arquipélago dos Açores ocupam uma zona geográfica onde as calamidades naturais são relativamente recorrentes. Mesmo sendo politicamente incorrecto não podemos deixar de constatar que esta situação implica a existência de importantes ciclos de reconstrução de infra-estruturas, constituindo assim, apesar de imprevisível, uma importante oportunidade de negócios para as empresas integradas no sector da Construção.

### **Habitação:**

A análise estatística efectuada do parque habitacional açoriano e da evolução e perspectivas da procura privada e pública, permite-nos destacar a construção habitacional como uma das mais importantes fontes de trabalho futuras para o sector da Construção. Neste aspecto, destacam-se os projectos de habitação para as famílias com menores rendimentos que, quer através de acções directas do Governo Regional dos Açores, quer através dos programas do INH, como o PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação) ou os CDH (Contratos de Desenvolvimento para Habitação), procuram resolver as principais carências habitacionais da Região.

De igual modo, a recuperação de habitação poderá ser um mercado potencial para as empresas de construção, não só devido à relativa antiguidade do parque habitacional em algumas ilhas, como devido à existência de programas como o RECRUA (Regime Especial de Participação na recuperação de imóveis arrendados) e a sua extensão REHABITA (Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas).

### **Agricultura e Florestas:**

Sendo a Região Autónoma dos Açores uma zona eminentemente rural, as actividades integradas no sector primário ocupam importante relevo. Assim, as infra-estruturas de fomento agrícola relacionados, nomeadamente, com a actividade pecuária ocuparão especial relevância, podendo-se esperar, deste modo, uma manutenção ou aumento dos investimentos em infra-estruturas de Viação rural ou Abastecimento de Água.

### **“IV Quadro Comunitário de Apoio”:**

As mais recentes orientações da União Europeia, para a coesão a partir de 2007, mormente no seu objectivo “Convergência” onde se insere a Região Autónoma dos Açores, apontam para um reforço dos fundos comunitários para as áreas do Ambiente e da Investigação e Inovação.

Na primeira, que implica um maior nível de obras, prevê-se não só intervenções que cobrirão as grandes infra-estruturas de protecção do ambiente, mas também, domínios que apresentem um vertente ambiental clara, como é o caso da eficiência energética e das energias renováveis.

Para além disso, espera-se a manutenção dos fundos destinados a infra-estruturas de transportes, tanto através do FEDER como do Fundo de Coesão, destacando-se neste último, o apoio a projectos que tenham, como visto acima, um forte pendor ambiental, (inter modalidade dos transportes, os transportes urbanos e colectivos, etc)

Deste modo, uma eficaz diversificação de actividades, por parte das empresas de construção, de forma a lucrar com estes novos campos de investimento, terá benéficas repercussões nos Volumes de Negócios das mesmas.

### **Turismo – sector estratégico do desenvolvimento regional:**

O Turismo, eleito há alguns anos, como sector estratégico do desenvolvimento do arquipélago, continuará a ser uma das importantes fontes de trabalho para o sector da Construção. Para além das tradicionais infra-estruturas de Hotelaria e Restauração, a construção de locais mais vocacionados para a animação e lazer ocupará necessariamente, devido às lacunas existentes, maior relevo.

### **Outros:**

Com o crescimento demográfico e económico de algumas cidades têm surgido os inevitáveis problemas de ordenamento urbano, especialmente, no que concerne à organização do trânsito. A adequação das urbes açorianas aos problemas do tráfego poderá, desta forma, constituir uma forte oportunidade de negócios.

De igual modo, o património urbano, nomeadamente, o de cariz cultural e histórico, necessita de constantes obras de manutenção e reparação.

As infra-estruturas de solidariedade social, das quais se destacam, os lares de idosos e as creches têm constituído uma prioridade para as estruturas políticas da Região, esperando-se que o mesmo se mantenha, tendo em conta as lacunas ainda existentes, a médio prazo.

Nos últimos tempos, a construção de pólos empresariais, onde se possa congregam várias actividades económicas e assim diminuir uma vasta diversidade de custos, têm recebido alguma notoriedade, existindo, especialmente na ilha de São Miguel, alguns projectos que poderão ser uma relevante fonte de trabalho para as empresas de Construção.

## V.5 Cenários Evolutivos



## CENÁRIO I – Evolução na Continuidade

- Manutenção da actual estrutura empresarial:
  - Empresas formais e empresas informais
  - Empresas médias e micro empresas
  
- Manutenção da estrutura de negócios:
  - Excessivamente dependente da procura, especialmente, pública
  - Reduzida Diversificação
  
- Mentalidade e posicionamento no mercado:
  - Individualismo dos empresários
  - Diminuta aposta em políticas de promoção da competitividade (recursos humanos, sistemas de gestão, certificação em qualidade/higiene/segurança)

## CENÁRIO II – Evolução na Produtividade e Competitividade

- Política de fusões e aquisições
- Regulamentação do sector – empresas formais
- Reforço das parcerias
- Agente e actor no investimento privado e público (parcerias público-privadas)
- Especializações sustentadas por parte das médias empresas
- Diversificação de actividades
- Fortes investimentos incorpóreos:
  - Recursos humanos - formação de base, formação a quadros intermédios e a quadros superiores
  - Sistemas de gestão e planeamento
  - Certificação dos serviços

### CENÁRIO I – EVOLUÇÃO NA CONTINUIDADE

Como o próprio título indica, neste cenário projecta-se o futuro à semelhança do passado, sendo caracterizado por:

- Reduzida especialização das empresas regionais
- Reduzidos investimentos incorpóreos;
- Dependência excessiva da Procura, sobretudo, pública;
- Individualismo dos empresários;
- Proliferação de micro empresas ineficientes;
- assunção pelas empresas sedeadas fora da RAA, das obras de mais valor acrescentado e de maior peso.

Como consequência, as empresas regionais tenderão a envolver-se, de modo sempre voluntarista, em projectos generalistas, de baixo valor acrescentado e predominantemente trabalho intensivos.

Os donos de obras continuarão a olhar para as empresas regionais, como fornecedoras de mão de obra em projectos de fácil execução tecnológica e de custo não muito elevado. Os donos de obras continuarão a recorrer às empresas regionais, em resultado do nível de conhecimento e do fácil relacionamento com elas, relacionamento esse, condutor de projectos isentos de conflitualidade.

As empresas regionais restarão vocacionadas a obras de margem reduzida, em consequência do baixo valor acrescentado ou do tipo de projectos de mais fácil execução.

A diferença competitiva entre as empresas regionais e as exteriores tenderá a ser cada vez maior.

As parcerias neste cenário tenderão a ser parcerias de domínio das empresas externas sobre as empresas regionais. O principal papel desempenhado pelas empresas regionais, dentro destas parcerias, será o de fornecimento de mão-de-obra.

### CENÁRIO II – EVOLUÇÃO NA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

Este cenário aposta na melhoria da competitividade e produtividade das empresas regionais, em particular, nos seus aspectos dinâmicos de competitividade, através de fortes investimentos incorpóreos, nos seguintes campos: estratégia, marketing, planeamento e controlo, sistemas e tecnologias de informação, certificação dos serviços, e qualificação dos recursos humanos.

As parcerias levadas a cabo com outras empresas visam, neste cenário, a partilha de responsabilidade de direcção e projecto, representando para as empresas regionais uma oportunidade e fonte de conhecimento e transferência de Know-how. Por outro lado, uma estratégia de aquisições ou fusões permitirá uma melhor adaptação ao mercado fragmentado açoriano e contribuirá para uma melhoria sustentada da qualidade dos serviços prestados (eliminação de empresas ineficientes).

De igual modo, um maior controlo legal reduzirá a informalidade e o excesso de micro empresas ineficazes.

As empresas mais dinâmicas e modernizadas ao nível regional serão um forte alicerce e ponte para a criação de redes de empresas regionais que cobrirão cada vez mais e melhor o mercado de obras.

Fruto deste posicionamento, da abertura e atenção das empresas regionais ao mercado mais global e aos interesses dos clientes, as empresas regionais melhorarão, profundamente, os aspectos de gestão (cada vez mais profissionalizados) e deste modo estarão em condições de evoluir para conceitos inovadores, nomeadamente, na utilização de novos materiais e técnicas de construção que levarão, em última instância, a uma melhor satisfação das necessidades dos clientes.

O sector deve tornar-se agente e actor no investimento e deste modo preparar-se para os projectos de gestão integral, desde a concepção à exploração dos empreendimentos. As parcerias público-privadas, como a concessão a privados de certas actividades, deverão, igualmente, ocupar uma maior relevância.

Este posicionamento levará as empresas a integrarem, recorrendo a parcerias, cada vez mais, as actividades a montante e a jusante, contribuindo, sobretudo, para a diversificação dos seus negócios.

As pequenas e médias empresas deverão, por seu lado, apostar numa especialização sustentada que lhes permitirá uma adequação a este novo contexto, maximizando as suas vantagens através do fornecimento, a particulares ou a empresas de maior dimensão, de serviços de elevado grau de qualidade e especialização.

	CENÁRIO I	CENÁRIO II
ESTRATÉGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Manutenção do mercado</li> <li>-Reactiva</li> <li>-Direccionada para o produto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Pesquisa e desenvolvimento de novos mercados</li> <li>-Proactiva e ocupando o “espaço”</li> <li>-Direccionada para a solução e para o serviço</li> <li>-Integrando a exploração</li> </ul>
PRODUTOS / SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Baixo valor acrescentado</li> <li>-Pequenas e Médias Obras</li> <li>-Obras não especializadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Obras de valor acrescentado</li> <li>-Obras cada vez mais especializadas e de maior dimensão</li> </ul>
MERCADO / CLIENTES	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Intermediário e prestador de mão de obra às empresas externas</li> <li>-Clientes de menor dimensão</li> <li>-Pouco acesso a mercados mais sofisticados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Clientes e Projectos de grande dimensão</li> <li>-Atenção aos aspectos de mercado relativos às novas tecnologias</li> </ul>
ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Voluntarista e assente na “<i>expertise</i>” do dono da empresa</li> <li>-SI/TI tradicionais</li> <li>-Sistemas de planeamento e controlo pouco eficazes, como elemento de gestão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Organização partilhada nas responsabilidades</li> <li>-Organização profissionalizada em recursos humanos e tecnologias</li> <li>-Sistemas de Gestão e de Planeamento e Controlo facilitadores do desenvolvimento</li> </ul>
RECURSOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Baixa qualificação dos Recursos Humanos</li> <li>-Baixo peso dos sectores técnicos especializados</li> <li>-Nível de formação profissional básica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Recursos humanos cada vez mais competentes e profissionalizados</li> <li>-Formação profissional orientada para a qualificação de profissionais e de técnicos intermédios.</li> </ul>

	<b>CENÁRIO I</b>	<b>CENÁRIO II</b>
<b>PARCERIAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Não existem ou, se existem as empresas regionais aparecem em posição subalterna</li> <li>-Não existem entre as empresas regionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Procura de parcerias que deixem valor e decisão nas empresas regionais</li> <li>-Desenvolvimento de parcerias inter-regionais</li> </ul>
<b>INVESTIMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessidades reduzidas de investimento</li> <li>-Investimento virado para o corpóreo (equipamentos novos (poucos) e de substituição)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessidades elevadas de investimento</li> <li>-Investimento focalizado nos factores dinâmicos de competitividade</li> </ul>
<b>RISCO ESTRATÉGICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Baixo a curto prazo, muito elevado a médio/longo prazo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Elevado o curto prazo, diluído no médio/longo prazo</li> </ul>
<b>APOIO ESTATAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessário para garantir a sobrevivência e manutenção do emprego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Como “parceiro” e catalizador de mudança qualitativa do sector da Construção</li> </ul>

## V.6 Plano de Acções a Implementar

O Cenário II, descrito acima, deverá ser o caminho a seguir, de modo a que, o sector atinja um nível de desenvolvimento sustentado que lhe permita, por um lado, conferir uma maior defesa contra factores exógenos e a concorrência externa e, por outro lado, uma evolução a longo prazo adequada aos diferentes patamares do desenvolvimento económico da Região.

A aposta em investimentos que pugnem pelo aumento dos níveis de produtividade e de competitividade das empresas regionais deverá, deste modo, permitir ao sector encarar o futuro de uma forma muito mais segura.

Para isto, propomos abaixo, um esquema de um plano de acções a desenvolver, de forma a que a evolução pretendida seja atingida.

Este plano pressupõe um conjunto de acções concertadas entre os diversos agentes, nomeadamente, os agentes públicos, as associações representativas do sector (ex. AICOPA) e as próprias empresas. Esta proposta deverá, no nosso entender, levar a um programa eficaz e abrangente que, partindo de uma intensa cooperação entre os agentes citados, estipule as principais acções a tomar, o calendário a seguir e os recursos necessários para a boa execução das mesmas.



## A - Definir as Estratégias e Desenvolver as Parcerias

### Responsáveis

A.1	<p>Acompanhamento permanente da evolução do mercado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação e manutenção de um Observatório da Construção Civil</li> </ul>	AICOPA
A.2	<p>Elaboração de Planos Estratégicos (PE) pelas empresas identificando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de especialização, para PME's (mercados, produtos e serviços, competências básicas)</li> <li>- Diversificação de Negócios (Project-Finance, Gestão Integral, Gestão com Exploração de Imobiliário, aposta em sectores estratégicos, parcerias público privadas com possível privatização e concessão de actividades públicas)</li> <li>- Modelo de parcerias (inter-regional e nacional)</li> <li>- Estratégia de aquisição ou fusão de empresas.</li> </ul>	Empresas Governo Regional
A.3	<p>Definição de Sistema de Incentivos que apoio a concepção e implementação de Planos Estratégicos, Planos de Marketing, Modelos de Organização e Processos de Certificação da Qualidade, Gestão e Qualificação dos Recursos Humanos, SI/TI, Planeamento e Controlo, nas empresas com estratégias que privilegiem a especialização, a concentração de empresas e o desenvolvimento tecnológico e qualitativo da prestação de serviços.</p>	AICOPA Governo Regional Autarquias

## B - Desenvolver o Marketing e a Gestão de Clientes

### Responsáveis

<b>B.1</b>	<p>Elaboração de Planos de Marketing (PM) pelas empresas identificando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Segmentos de Mercado</li> <li>- Produtos e Serviços a oferecer</li> <li>- Políticas de Preços</li> <li>- Canais de Distribuição</li> <li>- Comunicação</li> </ul>	<p>Empresas</p>
<b>B.2</b>	<p>Elaboração de Políticas globais para o sector, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição do Plano Global de Obras a desenvolver (Plano Rodoviário Regional, Planos de Infra-estruturação, Planos de Obras Ligadas ao Ambiente, Água, Hidráulica, etc.)</li> <li>- Recolha de informação sistemática junto dos principais donos de obras sobre o lançamento e tipologia de concursos.</li> <li>- Recolha de informação sistemática junto dos empresários sobre a conjuntura do sector.</li> <li>- Diálogo e Intervenção junto do Governo Regional dos Açores nos domínios da Política para o sector, ao nível legislativo, orçamentos e pagamentos ao sector, planificação de lançamento de obras.</li> </ul>	<p>AICOPA Governo Regional Autarquias</p>
<b>B.3</b>	<p>Operacionalização do Conselho Regional de Obras Públicas tendo em vista a definição e acompanhamento de Políticas para o sector.</p>	<p>Governo Regional</p>

### C - Desenhar a Organização e melhorar os SI/TI

#### Responsáveis

<b>C.1</b>	Elaboração e implementação de modelos organizacionais que facilitem a implementação da estratégia, clarifiquem as missões e funções no interior das empresas, orientando-as para o Mercado e Clientes.	Empresas
<b>C.2</b>	Elaboração e implementação de modelos de Planeamento e Controlo de Gestão que propiciem o apuramento de resultados e de margens, que identifiquem os principais indicadores de desempenho, através de <i>Tableaux de Bord</i> .	Empresas
<b>C.3</b>	Análise da adequação dos sistemas actuais ao novo modelo de Gestão e Definição do novo SI/TI.	Empresas

### D - Melhorar o desempenho das empresas (preço/tempo) através de adequados sistemas de Planeamento e Controlo de Obras

#### Responsáveis

D.1	Análise de processos e sistemas de Planeamento e Controlo, designadamente no relativo a preços unitários, autos de medição e fecho de obras, planeamento e controlo da obra no relativo a cronograma físico e financeiro	Empresas
D.2	Estudo de processos e sistemas que melhorem as capacidades de Planeamento e Controlo de Obras nas áreas de: <ul style="list-style-type: none"><li>- Preparação de Propostas.</li><li>- Análise, após adjudicação, de erros e omissões de projecto.</li><li>- Detalhe do plano de execução física (recursos humanos, materiais e equipamentos) e plano de pagamentos.</li><li>- Controlo de execução e análise dos desvios relativos a execução física e financeira com produção automática de suportes documentais tais como actas.</li><li>- Relatório final de síntese identificando a <i>performance</i> da empresa e projecto.</li></ul>	Empresas

## E - Melhorar a qualidade dos produtos e serviços prestados

### Responsáveis

<b>E.1</b>	<b>Diagnóstico dos Sistemas de Qualidade (integrados nos processos de Gestão da Empresa)</b>	<b>Empresas</b>
<b>E.2</b>	<b>Desenvolver os processos da aplicação das normas ISO para a Qualidade, Higiene, Ambiente e Responsabilidade Social</b>	<b>Empresas</b>
<b>E.3</b>	<b>Estudar os processos e produtos críticos do processo produtivo, desde a concepção do projecto, à sua execução, fiscalização, serviço pós-venda e período de garantia</b>	<b>Empresas</b>
<b>E.4</b>	<b>Preparar e desenvolver a certificação e homologação dos produtos e materiais de construção</b>	<b>Governo Regional AICOPA Empresas</b>

## F – Melhorar a qualificação dos Recursos Humanos e assegurar o desenvolvimento de competências

### Responsáveis

F.1	Realizar o levantamento das necessidades de formação	Empresas
F.2	Definir planos de formação, segundo as necessidades detectadas nas empresas	Empresas
F.3	Conceber e implementar um plano de formação para o <i>top management</i> do sector	Empresas AICOPA
F.4	Desenvolver planos de formação de conteúdo teórico e prático nas empresas ao nível do <i>middle management</i>	AICOPA Governo Regional
F.5	Desenvolver planos de formação que respondam às necessidades detectadas, de conteúdo prático e de acordo com a metodologia “formação em acção”, para os operários e pessoal especializado	AICOPA Governo Regional
F.6	Concepção e implementação de Modelos de Gestão integrada de Recursos Humanos ao nível do comportamento, atitudes e cultura, produtividade e avaliação de desempenho, carreiras e incentivos	Empresas
F.7	Revisão do curriculum de formação profissional dos operários especializados e não especializados à luz das exigências estratégicas das empresas e de qualificação dos Recursos Humanos	Empresas

### G - Definir o Quadro Jurídico para o sector

#### Responsáveis

<b>G.1</b>	<p>Estudo da adaptação da legislação sobre o sector às particularidades da Região Autónoma dos Açores, tendo em conta as necessidades dos donos de obras, as capacidades das empresas regionais e os condicionalismos económicos, sociais e geográficos da Região, de modo a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Combater a informalidade do sector;</li><li>- Simplificar e desburocratizar;</li><li>- Promover a qualidade dos serviços prestados.</li></ul>	<b>Governo Regional</b>
<b>G.2</b>	<p>Reformulação das regras respeitantes aos concursos públicos</p>	<b>Governo Regional</b>

## V.7 Síntese dos Objectivos Estratégicos



## 1. Especialização das pequenas e médias empresas:

- Preencher lacunas do mercado:
  - Canalizações, cofragens, armações de ferro, etc.

## 2. Diversificação de actividades – Externalização e Internacionalização:

- Aposta em novos sectores estratégicos, mormente, no que concerne a futuros fundos comunitários no âmbito do IV Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013):
  - Ambiente, energia, água e empreendedorismo.

## 3. Uso de novos materiais e processos de construção

- Reforçar I&D (Investigação e Desenvolvimento);
- Aproximar a Universidade dos Açores do sector da Construção;
- Certificação e homologação de materiais de construção;
- Importância da intervenção do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), no processo de teste e certificação de materiais e de adequação ao contexto (climático e morfológico) açoriano.

## 4. Reforço das parcerias público-privadas:

- Em todas as fases de construção:
  - Projecto;
  - Construção;
  - Exploração.
- Privatização e concessão de actividades públicas, com vista à diminuição da dependência face ao sector público.

## 5. Melhoria dos aspectos críticos do processo produtivo, desde a concepção do projecto á sua execução, á fiscalização e ao serviço post venda e período de garantia.

## 6. Definição de um novo quadro jurídico ou actuação para a Região Autónoma dos Açores, que tenha em atenção o contexto açoriano (económico, geográfico e geológico); que combata a informalidade do sector; que simplifique e desburocratize.

## 7. Promoção da cooperação entre empresas

- No campo institucional, com o reforço do associativismo e congregando num único meio de pressão os interesses do sector (ex. AICOPA)
- Aumento dos acordos inter-empresas (parceria, consórcio, associação, etc.), tendo por objectivo a criação de sinergias positivas e o intercâmbio de boas práticas. Diluir o risco

## 8. Estratégia de aquisição/fusão de empresas:

- Combater concorrência, especialmente, externa
- Promover competitividade

## 9. Reforço dos investimentos incorpóreos de forma a aumentar a produtividade e promover a competitividade das empresas açorianas:

- a) Certificação em Higiene, Segurança, Ambiente, Qualidade e Responsabilidade Social:
  - Promover a imagem do sector junto da sociedade, em geral, e dos clientes, em particular
  - Atrair quadros qualificados
- b) Aposta na formação de recursos humanos como forma de aumentar a produtividade:
  - Mudança de atitudes e comportamentos:
    - Formação escolar (baixas categorias)
    - Estágios profissionais (Encarregados e quadros médios)
    - Formação em gestão (quadros superiores)
- c) Utilização de ferramentas de gestão modernas (SI/TI) para melhorar a qualidade dos serviços prestados e diminuir custos:
  - Sistemas de gestão automática de stocks e processo logístico
  - Sistemas de planeamento e controlo da gestão de obras
  - Sistemas de informação gestão (SIG)
  - Sistemas de custeio